



RIO

PUC

Dissertação de Mestrado

“Mulheres do mundo inteiro”:

A luta das comunistas no Brasil e no
movimento mundial (1945-1958)

Nina Teruz Visco

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Departamento de História

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 2025



Pontifícia
Universidade
Católica do
Rio de Janeiro

Dissertação de Mestrado

“Mulheres do mundo inteiro”:

A luta das mulheres comunistas no Brasil
e no movimento mundial (1945-1958)

Nina Teruz Visco

Orientação: Professora Larissa Rosa Corrêa

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História pelo programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, no Departamento de História.

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 2025



Pontifícia
Universidade
Católica do
Rio de Janeiro

“Mulheres do mundo inteiro”:

A luta das mulheres comunistas no Brasil e no movimento mundial (1945-1958)

Nina Teruz Visco

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História. Aprovada pela Comissão examinadora abaixo:

Professora Larissa Rosa Corrêa

Orientadora

Departamento de História

Professora Cristiana Schettini Pereira

Universidad Nacional de San Martín (UNSAM)

Professor Guilherme Machado Nunes

Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (Unesp)

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 2025



Pontifícia
Universidade
Católica do
Rio de Janeiro

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Nina Teruz Visco

Graduou-se em História.

Ficha Catalográfica

Visco, Nina Teruz

“Mulheres do mundo inteiro” : a luta das mulheres comunistas no Brasil e no movimento mundial (1945-1958) / Nina Teruz Visco ; orientação: Larissa Rosa Corrêa. – 2025.

154 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2025.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. História Social da Cultura – Teses. 3. Mulheres comunistas. 4. Congressos femininos internacionais. 5. PCB. 6. Uniões femininas. 7. Federação Democrática Internacional de Mulheres. I. Corrêa, Larissa Rosa. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. III. Título.

CDD: 900

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, à minha família, que tanto me ensinou para que eu pudesse chegar aqui. O seu amor constante e inesgotável me dá forças para atravessar qualquer desafio. À Claudia, minha mãe, que me mostrou as virtudes de sua personalidade investigativa e curiosa. Ao meu pai, Renato, que sempre se interessou e se dedicou à minha educação. À Yasmin, minha irmã, que compartilha comigo essa vida e que ainda vai caminhar ao meu lado por tantos anos. E à minha sobrinha e melhor amiga, Flora. Que a gente continue se admirando e se emocionando de mãos dadas para todo o sempre.

Aos meus amigos, Nati, Nina, Emma, Matt, Mari, Nanda, Bela, Ju e Gabi, por serem também família. Mesmo aqueles que estão distantes geograficamente, fazem seu amor e companhia presentes todos os dias.

À minha orientadora, Larissa, que mesmo nos momentos mais conturbados nunca perde a amorosidade e a atenção com seus orientandos. Este tema foi uma semente plantada desde a pesquisa PIBIC que desenvolvemos juntas durante minha graduação. Seu constante apoio e estímulo me motivam e inspiram. Te admiro e te levo como exemplo da profissional e mulher que desejo ser um dia.

Aos amigos que o Mestrado me deu, Tomás e Antonio, que compartilharam os obstáculos e comemoraram as vitórias durante essa trajetória.

À CAPES, cujo financiamento fomentou minha pesquisa. A bolsa concedida foi o processo de número 88887.826935/2023-00, cuja vigência foi de 1 de março de 2023 a 28 de fevereiro de 2025.

Por fim, agradeço aos funcionários da PUC-Rio por proporcionarem as condições necessárias para esses estudos.

Resumo

VISCO, Nina Teruz. “Mulheres do mundo inteiro”: a luta das comunistas no Brasil e no movimento mundial (1945-1958). Rio de Janeiro, 2025. 159p. Dissertação de Mestrado - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Os anos 1940 e 1950 foram marcados pelo surgimento crescente de associações femininas no Brasil e no mundo. Este trabalho tem por objetivo investigar como as comunistas brasileiras se articularam entre si e, especialmente, dentro de uma rede internacional de organizações de mulheres. Buscamos compreender, primeiro, como esse processo se deu no Brasil durante o imediato pós-Segunda Guerra Mundial por meio das Uniões Femininas, das associações femininas locais e da Federação de Mulheres do Brasil (FMB). A partir de então, investigou-se como esta última estabeleceu relações com a Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM), conectando as brasileiras a uma rede internacional de mulheres. Em um segundo momento, analisamos uma das principais demandas femininas naquele período: a Luta pela Paz. Também observamos de que forma a sua atuação era constantemente vigiada e oprimida pela Polícia Política. Ademais, mapeamos algumas dessas mulheres, produzindo pequenas biografias ao longo da dissertação. Por fim, analisamos os congressos e reuniões de mulheres, especialmente aqueles organizados pela FDIM, onde estiveram presentes delegações brasileiras. Paralelamente, exploramos como a defesa da infância e a maternidade foram pautas centrais na luta das comunistas ao redor do globo. Para isso, compreendemos o ideal de mulher diretamente ligado ao papel do cuidado e as rupturas e continuidade estabelecidas pelas militantes nos seus discursos e práticas daquele período.

Palavras-chave

Mulheres comunistas; congressos femininos internacionais; PCB; Uniões Femininas; Federação Democrática Internacional de Mulheres.

Abstract

VISCO, Nina Teruz. “Women of the whole world”: the struggle of communist women in Brazil and in the global movement (1945-1958). Rio de Janeiro, 2025. 159p. Dissertação de Mestrado - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The 1940s and 1950s were marked by the growing emergence of women's associations in Brazil and around the world. This work aims to investigate how Brazilian communists were organised among themselves and, especially, within an international network of women's organisations. We first sought to understand how this process unfolded in Brazil during the immediate post-World War II period through the Women's Unions, local women's associations, and the Brazilian Women's Federation (FMB). From then on, we investigated how the latter established relationships with the Women's International Democratic Federation (WIDF), connecting Brazilian women to an international women's network. Second, we analysed one of the main women's demands of that period: the Struggle for Peace. We also observed how their actions were constantly monitored and oppressed by the Political Police. Finally, we sought to map some of these women's trajectories, producing short biographies throughout the text. Likewise, we analysed women's congresses and meetings, especially those organised by the WIDF, where Brazilian delegations were present. At the same time, we explored how motherhood and the defense of childhood were central themes in the struggle of communist women around the world. In order to do so, we analysed the ideal of womanhood directly linked to the role of caretaking and the ruptures and continuities established by these activists in their discourses and practices.

Keywords

Communist women; international women's conferences; PCB; Women's History; Labour History.

Sumário

Siglas e abreviaturas	10
Lista de figuras	12
Introdução	14
1. As comunistas brasileiras	27
1.1 “União, democracia, desenvolvimento pacífico”: o PCB na década de 1940	28
1.2 O PCB e as mulheres	31
1.3 As Uniões Femininas	34
1.4 O Momento Feminino	40
1.5 As organizações de mulheres comunistas	46
1.6 A Federação Democrática Internacional de Mulheres	50
2. Donas de casa, advogadas, professoras: viajantes do mundo	55
2.1 Stálin: “o campeão da Paz”	63
2.2 “As moças da Paz”: as brasileiras e o Movimento pela Paz	70
2.3 Violência policial	74
2.4 Década de 1950: a intensificação da Luta pela Paz	80
3. “Ao coração das mães brasileiras”: o ideal de mulher, suas rupturas e continuidades	90
3.1 “Energúmenas, violentas, sanguinárias, ferozes”: as comunistas como desviantes do destino social feminino	91
3.2 “A criança precisa de paz assim como a flor precisa da luz do Sol”: o Movimento pela Paz e a defesa da infância	95
3.3 O “magnífico mundo novo”: as viagens para a União Soviética	97
3.4 “Todo defensor da paz defende seu filho e a felicidade de seu lar”: a participação das mulheres no Congresso dos Povos pela Paz	103
3.5 Uma costureira brasileira no Kremlin: Elisa Branco e o Prêmio Stálin Internacional da Paz	111
3.6 Enfrentando a oposição: a Conferência Latino Americana de Mulheres	117
3.7 “Nós mulheres que damos a vida e que devemos lutar por essa vida e defendê-la”: o Congresso Mundial de Mães	121
3.8 O fim da década de 1950: a queda do herói, do Momento Feminino, da AFDF e da FMB	131

Considerações finais	139
Referências bibliográficas	144
Lista de acervos e documentos consultados	151
Apêndice	154

Siglas e abreviaturas

ABAPE - Associação Brasileira dos Amigos do Povo Espanhol

ABDDH - Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem

ABDE - Associação Brasileira de Escritores

ABE - Associação Brasileira de Educação

AFDF - Associação Feminina do Distrito Federal

AFF - Associação Feminina Fluminense

AFIB - Associação Feminina Israelita-Brasileira

APERJ - Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

APESP - Arquivo Público do Estado de São Paulo

DEOPS - Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social

FBPF - Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

FDIM - Federação Democrática Internacional de Mulheres

FMB - Federação de Mulheres do Brasil

FMESP - Federação de Mulheres do Estado de São Paulo

HUAC - Comitê de Atividades Antiamericanas da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos

IFSC - Instituto Feminino de Serviço Construtivo

IISG - Instituto Internacional de História Social

LSE - Escola de Economia e Ciência Política de Londres

MBPP - Movimento Brasileiro de Partidários da Paz

MNDSZ - Associação Democrática de Mulheres Húngaras

ONU - Organização das Nações Unidas

PCB - Partido Comunista do Brasil

POT - Partido Trabalhista Orientador

PR - Partido Republicano

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSD - Parto Sem Dor

PSD - Partido Social Democrático

PSP - Partido Social Progressista

PST - Partido Social Trabalhista

UDN - União Democrática Nacional

UF - União Feminina

UFB - União Feminina do Brasil

UMA - União de Mulheres da Argentina

UME - União Metropolitana de Estudantes

UNE - União Nacional dos Estudantes

VOKS - Sociedade Soviética de Relações Culturais com o Estrangeiro

Lista de figuras

Figura 1 - Panfletos eleitorais de Arcelina Mochel e Odila Schmidt.	18
Figura 2 - Protesto no dia 8 de março de 1948 na Câmara Municipal do Distrito Federal.	38
Figura 3 - UF da Favela apresenta Maria Segovia da Silva como representante na primeira Convenção Feminina do DF.	39
Figura 4 - Almoço de comemoração dos 25 anos da FBPF.	44
Figura 5 - As delegadas atrasadas ao II Congresso Internacional de Mulheres.	57
Figura 6 - Foto de identificação policial de Elisa Branco.	76
Figura 7 - A delegada da FMB, Fany Bastos ouve os relatórios das mulheres de outros países.	78
Figura 8 - A delegação brasileira no Casaquistão. À direita Branca Fialho e seu marido, o desembargador Henrique Fialho. Ao centro, um senhor cossaco. De óculos, Jurema Finamour. Ao seu redor, a família Pereira: Edi, Osny e a filha Heloísa. Na parede, cartaz de propaganda pela paz na entrada da casa de administração do “Kolkose Raio do Oriente”.	88
Figura 9 - Elisa Branco acena para um grupo de crianças coreanas refugiadas da guerra durante a cerimônia do Prêmio Stalin da Paz.	112
Figura 10 - Hilda Machado Vitorino, Matilde Garcia Rosa, Arcelina Mochel e Eunice Catunda no III Congresso Internacional de Mulheres.	113
Figura 11 - À esquerda, Arcelina Mochel na reunião do Comitê Executivo da FDIM. À direita em cima, delegadas numa comissão. Embaixo, a secretária-geral da FDIM, Marie-Claude Vaillant Couturier.	115
Figura 12 - Congresso Mundial de Mães, em Lausane.	131

E se hoje é cedo para fazer tudo que queremos, mais tarde tudo será feito. Porque, não haverá preconceito, não haverá leis nem indivíduos que consigam evitar a nossa libertação. Homens que nos impeçam conseguir a igualdade de direitos que desejamos, leis que nos inferiorizem ou preconceitos que nos atormentem. O tempo os irá destruindo enquanto nós estivermos lutando.

Nice Figueiredo. *O Momento Feminino*, 1948.

Introdução

Não é mais possível deixar de reconhecer o papel importante e decisivo da mulher no cenário da política internacional. Fizemos a guerra de Libertação dos povos e lutamos hoje com o mesmo vigor e a mesma perseverança para construir um mundo democrático, para garantir a paz. [...] Em tôda parte do mundo lutam as mulheres contra o fascismo, pela paz, pela democracia, pela felicidade¹.

Eram essas as palavras que estampavam a primeira página da edição inaugural do periódico *O Momento Feminino*, fundado, em grande parte, por mulheres comunistas brasileiras em 1947. O texto escrito pela redatora paraense Eneida Costa de Moraes, filiada ao Partido Comunista do Brasil (PCB), dava destaque ao aspecto internacional do movimento de mulheres naquela época. Fica explícito ao leitor o caráter internacional da luta, de modo que as mulheres aparecem como uma rede global unida por objetivos em comum: a luta “contra o fascismo, pela paz, pela democracia, pela felicidade”. A premissa deste trabalho é justamente entender a participação brasileira nesse processo, mapeando e analisando não só as trajetórias das mulheres que se deslocavam fisicamente a fim de participarem de eventos estrangeiros, mas também observando como aquelas que não se deslocavam contribuíam para a criação de uma rede internacional comunista.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, houve em todo o mundo uma proliferação de associações e uniões de mulheres que buscaram se articular a fim de garantir melhores condições de vida. Isso porque a guerra havia lhes imposto uma escassez que afetou grandemente as economias domésticas, gerenciadas historicamente pelas mulheres. Além disso, o cenário de guerra fazia com que elas fossem sobrecarregadas pelo trabalho salariado somado ao doméstico, já que muitos de seus maridos, filhos, pais e irmãos estavam lutando em nome de suas nações. Apesar de não habitarem território diretamente afetado pela guerra, as brasileiras foram fortemente impactadas pela carestia de vida provocada pelo conflito mundial. Suas falas, no entanto, revelam que elas não se reuniam politicamente a fim de lutarem por melhoramentos apenas em suas condições de vida, mas tinham em mente todas aquelas

¹ Mundo de Hoje. *O Momento Feminino*, ano I, n. 1, p. 1, 25 jul. 1947.

que sofriam ao redor do mundo. Nota-se, durante os anos 1940 e 1950, a formação de amplas redes transfronteiriças de mulheres comunistas.

Tal rede internacional de mulheres formadas no pós-guerra ainda carece de análises que partam da experiência de brasileiras. Durante muitos anos, aquilo que se chamava de “história” correspondia, em geral, a história nacional de cada país². Esse tipo de abordagem, no entanto, acaba por deixar de fora as conexões e redes formadas ao redor do mundo como aquelas que investigaremos ao longo desta pesquisa. A história global surge como uma tentativa de contraposição ao chamado nacionalismo metodológico³, trazendo à luz a natureza transfronteiriça das relações humanas, sejam elas sociais, culturais, políticas ou econômicas. Nesse sentido, a fim de compreender os mais diversos temas, historiadoras e historiadores vêm buscando as conexões e interações entre os agentes históricos para além de sua origem. Há um esforço, assim, de desnaturalização da nação como ponto de partida para as análises historiográficas, desenvolvendo um olhar mais atento a outros territórios que não aqueles delimitados por fronteiras geográficas ou políticas.

É importante notar que, neste trabalho, a história global não deve ser tomada como a história de tudo que aconteceu no mundo, isto é, não se parte do princípio de uma história total. Ao invés disso, a ideia é enfatizar as trocas e conexões, partindo do pressuposto de que nenhum grupo social, seja ele uma sociedade, uma nação ou uma civilização, existe de forma isolada⁴. Igualmente, parece crucial destacar que a tentativa aqui feita de escapar do nacionalismo metodológico não nega a nação como unidade espacial. Ao longo do texto, “o Brasil”, ou “as comunistas brasileiras”, serão expressões recorrentes, no entanto, a tentativa é de relacionar a localização particular do Brasil com várias outras escalas, como o Morro da Favela, a América Latina e o Global. Isso é o que Jacques Revel chamou de “jogos de escalas”⁵, de modo a compreender que os macroprocessos globais afetam unidades espaciais mais restritas - como uma União

² CONRAD, 2025, p. 15.

³ O historiador holandês Marcel Van der Linden foi um dos precursores no movimento de oposição ao nacionalismo metodológico, propondo uma História Global do Trabalho em *Trabalhadores do mundo: Ensaio para uma história global do trabalho*, publicado em português em 2013.

⁴ Ibid, p. 20.

⁵ REVEL, 1998.

Feminina no subúrbio do Rio de Janeiro -, enquanto as movimentações de mulheres em uma região brasileira podem afetar estruturas maiores.

Sebastian Conrad, autor de *O que é a história global?*, tem sido uma potente contribuição no campo. A fim de aproximar-me de tal abordagem, apliquei para o Programa de Intercâmbio Acadêmico da PUC-Rio, por meio do qual pude ser lecionada por Conrad na Freie Universität de Berlim. Na disciplina *The World of Global History*, ou *O Mundo da História Global*, o professor convidou diversos pesquisadores cujos trabalhos se inserem na perspectiva de história global a fim de provocar discussões sobre as variadas formas que essa metodologia pode tomar. Algumas dessas pesquisas foram: a de Michael Goebel sobre nacionalismo na história global; a análise de Franziska Exeler sobre guerra e história global; o trabalho de Geert Castryck sobre emaranhamentos de/coloniais (“De/Colonial Entanglements”); as investigações de Ismay Milford sobre a história global em um contexto de emergência climática; o estudo de Jonas Kreienbaum sobre a crise do petróleo como um evento global; a tentativa de inserir a Ásia Central na história global por Robert Kindler; e a parceria de Jana Tschurennev and Razak Khan que buscou entender a questão da lei e da estrutura familiar dentro de uma perspectiva global, dentre outras contribuições.

A participação de Sebastian Conrad suscitou interessantes pontes entre a história global como possibilidade de análise das mulheres comunistas às quais me refiro nesta pesquisa. Pretendo, assim, situar a luta das mulheres brasileiras como específicas dentro de seu território e, concomitantemente, parte de uma rede mais ampla de mulheres que multiplicavam o número de associações femininas ao redor do globo no pós-Guerra. Aqui, o internacional não aparecerá como pano de fundo do movimento de mulheres no Brasil entre 1945 e 1958, mas como “contexto no qual se investigam sistematicamente problemas de causa e efeito”⁶. Dessa forma, o contexto internacional poderá nos fornecer as condições que favoreceram as conexões estabelecidas entre as comunistas brasileiras e suas companheiras estrangeiras.

Além de uma compreensão mais profunda sobre a história global como perspectiva, a experiência como pesquisadora na Freie Universität de Berlim facilitou o acesso aos arquivos estrangeiros importantes para esta pesquisa. Uma das possibilidades

⁶ Ibid, p. 64.

de investigação era a documentação da Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM), instituição de origem europeia que organizava a maioria dos eventos femininos comunistas naquele período. Grande parte deste acervo está espalhado entre arquivos e coleções pessoais na Europa. Estive, por exemplo, no arquivo da cidade de Berlim, que conserva a documentação de organizações e autoridades de Berlim Oriental, para onde a sede da FDIM foi transferida em 1945. Em novembro, visitei o Arquivo Nacional britânico, onde podemos encontrar diversos boletins do governo inglês de monitoração da FDIM, que revelaram como as autoridades ao redor do mundo percebiam essas militantes. Também encontram-se lá relatórios de congressos, reuniões e de atividades da Federação. Ainda em Londres, pude visitar a The Women's Library, parte do acervo da London School of Economics and Political Science (LSE), que agrega documentos da FDIM e sua atuação ao redor do globo. Este foi um dos acervos mais relevantes para este trabalho, bem como o arquivo do International Institute of Social History (IISH), em Amsterdã, que abriga uma coleção exclusivamente dedicada à documentação ligada à Federação Democrática Internacional de Mulheres, incluindo relatórios, circulares e materiais impressos da organização de 1950 a 1985. O acervo conta também com a presença de alguns exemplares da *Women of the Whole World* (WWW), periódico elaborado pelas militantes da FDIM.

É importante notar, no entanto, que a consulta aos arquivos estrangeiros não é o que faz dessa uma pesquisa global. Dependendo das perguntas elaboradas pela historiadora ou historiador, um trabalho usando apenas fontes locais pode dar origem à perspectivas globais. No caso deste trabalho, grande parte da análise foi construída com base no acervo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Esta pesquisa teve início a partir do acesso a um conjunto de cartazes e folhetos da Divisão de Polícia Política e Social (DPS) do Rio de Janeiro. A documentação disponibilizada fornece um rico material para análise da repressão estatal aos movimentos sociais, incluindo a atuação das mulheres comunistas. Em 1983, com o fim da polícia política, seu acervo foi entregue a Polícia Federal, onde permaneceu até 1992. A partir de então, esses documentos passaram a ser custodiados pela APERJ. Apesar de boa parte dessa documentação ainda não estar publicizada digitalmente, o material permitiu o

vislumbração de novas perguntas ao olharmos para o Brasil das décadas de 1940 e 1950.

Foi neste acervo que me deparei pela primeira vez com Arcelina Mochel e Odila Schmidt por meio de cartazes anunciando suas candidaturas à vereança no Distrito Federal em 1947. Esse primeiro contato com a advogada e a funcionária da Light, respectivamente, abriu espaço para buscar entender quem eram aquelas figuras. A partir dessa análise, pude perceber que havia várias outras mulheres comunistas cuja militância impactava a vida de mulheres por todo o Brasil. Suas trajetórias revelaram, ainda, que a atuação dessas personagens não se limitava ao território nacional, sendo elas parte de uma rede de mulheres que atuavam em movimentos femininos ao redor do mundo.

Figura 1 - Panfletos eleitorais de Arcelina Mochel e Odila Schmidt.



Fonte: Fundo de Políticas Políticas/ APERJ

Uma das principais chaves de análise para a realização deste trabalho foi o recorte de gênero. Advinda de uma perspectiva embebida na história social, entendi que uma análise sem o olhar para o gênero naturalizaria a classe trabalhadora como masculina. Do mesmo modo, um olhar para as mulheres sem as lentes da história social privilegiaria aquelas agentes mais visíveis historicamente. Mesmo a historiografia do comunismo, bem como a do Partido Comunista do Brasil (PCB), tradicionalmente tendeu a priorizar a classe, deixando de lado as questões trazidas à tona por suas militantes. Nessas obras, as mulheres costumam aparecer em no máximo alguns parágrafos. Alguns exemplos são *O Século Dos Comunismos* (2000), *História do Marxismo no Brasil* (2007), *The Oxford Handbook of the History of Communism* (2014), *Camaradas: Uma História do Comunismo Mundial* (2015), e *The Cambridge*

History of Communism (2017). Aqui, entretanto, pretendo unir a história social à história das mulheres a fim de trazer à luz trabalhadoras comunistas há muito invisibilizadas.

Tal invisibilização ocorreu por uma amálgama de fatores. Ao analisarmos a historiografia voltada para o período entre o fim do Estado Novo (1937-1945) e o início da ditadura civil-militar (1964-1985), é perceptível um apagamento das mulheres como agentes de transformação⁷. Suas atividades parecem surgir apenas a partir da década de 1960, momento sobre o qual historiadoras e historiadores se debruçaram com mais afinco em termos de gênero⁸. Antes disso, muitas das pesquisas sobre a atuação do Partido Comunista nesse período destacaram nomes como Luís Carlos Prestes, João Amazonas, José Maria Crispim, Maurício Grabois, Carlos Marighella, Pedro Pomar, entre outros. As mulheres militantes ainda se apresentam como importantes lacunas de estudo na historiografia brasileira sobre o intervalo entre 1945 e 1964.

Daniella Ataíde Lôbo destaca ainda que, dentre os trabalhos que se voltam à atuação das mulheres militantes no PCB, a maioria se limita ao período de legalidade do partido, isto é, entre os anos de 1945 e 1947⁹. A autora explica que ainda são escassos os estudos sobre as pecebistas atuantes nos anos iniciais, como Laura Brandão. Casada com um dos fundadores do PCB, Octávio Brandão, Laura foi uma militante engajada, mas sua atuação foi invisibilizada pela cúpula do partido¹⁰. Assim como ela, várias outras mulheres parecem ter suas trajetórias pouco exploradas pela historiografia.

⁷ Ver exemplos em: FERREIRA, Jorge. *A democracia no Brasil (1945-1964)*. São Paulo: Atual, 2006; GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005; FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Terceira república (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. v. 3.

⁸ Ver exemplos em: COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1997; COLLING, Ana Maria. 50 anos da ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. *OPIS*, v. 15, n. 2, p. 370-383, 19 dez. 2015; TELES, Maria Amélia de Almeida. O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar. *Bauru*, v. 2, n. 2, p. 9-18, jun. 2014; RIBEIRO, Maria Claudia Badan. *Mulheres na luta armada: protagonismo feminino na ALN*. São Paulo: Alameda, 2018; RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo Social*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 113-128, 1990; RIGONATI, Denise Truguilho. *Ainda choram Marias e Clarices: mulheres, guerrilheiras e pecebistas na resistência à ditadura militar no Brasil*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

⁹ LÔBO, 2017, p. 62.

¹⁰ Ver mais em: BERNARDES, Maria Elena. *Laura Brandão: a invisibilidade feminina na política*. 1995. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, São Paulo.

Acrescento que, assim como ainda existe espaço para investigação sobre a atuação feminina no PCB antes do seu período de legalidade, há também possibilidades interessantes no período de clandestinidade no pré-1964. Nesse sentido, o presente trabalho buscará mapear quem eram essas militantes e de que modo elas passaram a atuar com a ilegalidade do partido, especialmente em relação a um movimento feminino comunista internacional. O contexto das décadas de 1940 e 1950 permite uma análise diversa daquela desenvolvida sobre a trajetória de mulheres nos anos 1920 e 1930, exigindo maior atenção às redes transnacionais construídas durante o período pós-Segunda Guerra. Nesse sentido, parece haver uma oportunidade de pesquisa sobre os diálogos estabelecidos entre um movimento feminino comunista internacional pungente em meados do século XX.

As militantes atuantes entre os anos 1940 e 1950 não são, no entanto, apenas invisibilizadas no campo da historiografia do comunismo ou do PCB. A história das mulheres tendeu, até aqui, a privilegiar uma narrativa ligada ao feminismo “em ondas”. Nesta visão, as brasileiras em sua luta pelo voto feminino durante as décadas de 1920 e 1930 representariam uma primeira onda. A segunda ocorreria entre os anos 1960 e 1970, com a luta pela liberdade sexual e pelos direitos reprodutivos das mulheres. Todavia, Iracélli Alves explica que “A primeira onda feminista não foi interrompida nos anos 1940 para ressurgir em 1970 completamente renovada. A maré feminista sempre esteve em movimento”¹¹. A autora demonstra, assim, como uma leitura tradicional ligada às ondas feministas deixa de fora histórias importantes que teriam ocorrido nas lacunas desses marcos. Especialmente ao considerarmos que tais marcos são fortemente inspirados no movimento feminista europeu, deixando de lado lutas cruciais envolvendo as mulheres trabalhadoras, pobres e negras em um contexto latino americano.

Também faz-se essencial entender o apagamento dessas mulheres devido aos seus posicionamentos políticos. A historiografia feminista das últimas décadas parece ter perpetuado a invisibilização das trajetórias de muitas das comunistas desse período devido às suas filiações ao stalinismo. Danielle Jardim da Silva explica que o período no qual a União Soviética fora governada por Stálin foi marcado por um retrocesso no

¹¹ ALVES, 2020, p. 319.

que tange aos direitos das mulheres¹². Houve uma repreensão do modelo de mulher independente e emancipada conquistado durante a revolução e uma reabilitação do papel da mulher como mãe, obediente e disciplinada, cuja principal tarefa seria a da reprodução de comunistas-modelos através da maternidade. É necessário, no entanto, buscar compreender de que forma as militantes comunistas brasileiras lidavam com o contexto soviético e como produziam sínteses teóricas e práticas ao cruzar o stalinismo e o contexto da emergência do trabalhismo brasileiro. Igualmente frutuosa será a investigação de como essas mulheres se posicionaram frente à virada no Partido Comunista em 1956 após as denúncias de Khrushchev.

Hoje, principalmente através de pesquisas realizadas por mulheres, há uma importante tentativa de contribuição à literatura sobre a história das mulheres comunistas. Algumas líderes internacionalmente conhecidas vêm ganhando biografias como Rosa Luxemburgo, Claudia Jones, Alexandra Kollontai e Clara Zetkin. Francisca de Haan, precursora na análise da Federação Democrática Internacional de Mulheres, organizou em 2023 o *The Palgrave Handbook of Communist Women Activists around the World*, onde agrega as trajetórias de diversas militantes ao redor do globo. A autora escreveu também um capítulo para *Queridas camaradas: historias iberoamericanas de mujeres comunistas* (2017), que reúne trajetórias de mulheres comunistas no âmbito iberoamericano. Também crucial foi o esforço de Burden-Stelly e Dean em organizarem *Organize, Fight, Win: Black Communist Women's Political Writing* (2022), no qual argumentam que as trabalhadoras negras moldaram e foram moldadas pela praxis comunista no século XX.

No Brasil, artigos mais recentes também vêm buscando visibilizar a trajetória de mulheres comunistas no país, como *Momento Feminino: mulheres e imaginário comunista* (2003), por Viviane Maria Zeni Leão; *Militância feminina no PCB: memória, história e historiografia* (2017), por Daniella Ataíde Lôbo; *Comunistas no Brasil e a emancipação da mulher* (2019), por Mariana de Rossi Venturini; *Feminismo entre ondas: mulheres, PCB e política no Brasil* (2020), por Iracélli da Cruz Alves; *A questão feminina no PCB: as mulheres na cultura política comunista* (2021), por Paula Elise Ferreira Soares; *Mulheres Comunistas no Brasil: Elisa Kauffmann Abramovich, Julieta*

¹² SILVA, 2018, p. 70-71.

Battistioli e Júlia Santiago da Conceição (1935-1965) (2021), por Guilherme Machado Nunes; *Mulheres comunistas: Alina Paim e Jacinta Passos* (2021), por Luana Claudino da Silva; *“Falam as eleitas do povo”: vereadoras e comunistas, a atuação política das mulheres do PCB no Rio de Janeiro (1946-1948)* (2022), por Larissa Rosa Corrêa e Nina Teruz Visco; e *A paz das operárias: gênero, trabalho e o Partido Comunista em São Paulo (1948- 1953)* (2023), por Ana Clara Tavares, dentre outros. Os primeiros textos buscaram traçar uma análise do movimento comunista de mulheres, bem como suas atividades dentro do *Momento Feminino*, da política institucional e do Partido. Já esforços mais recentes vêm investigando quem eram as mulheres que construíam tal movimento, ligando suas trajetórias ao contexto vivido no Brasil durante o pós-guerra. Esses trabalhos foram fonte de inspiração e conhecimento para que esta análise se construísse.

A investigação na história social a partir de uma lente de gênero não é, porém, uma novidade. A partir da década de 1980, multiplicaram-se as pesquisas que buscavam “destacar as vivências comuns, os trabalhos, as lutas, as sobrevivências, as resistências das mulheres no passado”¹³. Nesse sentido, historiadores e historiadoras passaram, cada vez mais, a retomar fontes antigas e buscar por novas documentações que revelassem a presença e agência femininas em eventos históricos de onde antes haviam sido apagadas. Tilly ressalta que não se deve apenas inserir as mulheres nesses espaços que lhe foram negados, acrescentando-lhes a uma história pronta¹⁴. Mas, sim, analisar suas implicações, ou seja, vincular as práticas e ideias dessas mulheres à estrutura vigente, percebendo como os sujeitos atuaram sobre seus contextos e vice-versa. Desse modo, é possível compreender de que forma as mulheres não só estiveram presentes no passado, mas também o transformaram.

Hoje, trinta anos após o crescimento das pesquisas relacionadas às mulheres na história brasileira, trabalhos inseridos no campo da História das Mulheres não mais buscam trazer à luz a exclusão. Soihet e Pedro explicam que as novas produções nessa área agora tem por objetivo “buscar formas mais eficientes de fornecer legitimidade ao que temos feito, ou seja, a constituição de um novo campo de estudos, intitulado

¹³ SOIHET; PEDRO, 2007, p. 287-288.

¹⁴ TILLY, 1994, p. 41.

‘História das Mulheres e das Relações de Gênero’”¹⁵. Por meio da análise de documentos e pesquisa teórica, esta pesquisa busca contribuir com o esforço de legitimação do campo em que muitas historiadoras vêm trabalhando ao longo das últimas décadas.

Maria Odila Leite da Silva Dias foi uma das precursoras nos estudos da História das Mulheres no Brasil. Em *Mulheres sem história*, a autora busca entender onde estavam as mulheres pobres de São Paulo no século XIX. Quem eram elas? Como elas transformavam o cotidiano paulista? Como eram transformadas pela cidade que as cercava? Ao procurar respostas para essas perguntas, a pesquisadora revela a importância de um trabalho que fundamentalmente se atente às entrelinhas¹⁶. Afinal, mulheres marginalizadas, muitas vezes, só têm suas trajetórias reveladas em fragmentos de documentos oficiais ou escritos de formas indireta. Esse processo foi percorrido por Rebecca Scott e Jean Hébrard em *Provas de Liberdade* (2014), onde os autores reconstituíram a trajetória de Rosalie, uma escravizada de nação Poulard, e seus descendentes por cinco gerações. Os autores conseguem construir essa narrativa lendo as entrelinhas de documentos públicos e privados de vários tipos. Além disso, Scott e Hébrard relacionam as trajetórias individuais das personagens da família Tinchant à temas mais abrangentes como a cidadania, a escravidão e o racismo.

Nesta tentativa de uma leitura a contrapelo na busca pela atuação de comunistas brasileiras entre as décadas de 1940 e 1950, a documentação da polícia política localizada no APERJ foi crucial para a compreensão das atividades exercidas pelas militantes, já que o Dops acompanhava-as de perto, produzindo relatórios sobre vários de seus encontros e traçando seus perfis. Utilizando metodologia similar de exploração de arquivos policiais, Marcelo Badaró Mattos (2004) demonstra que esse tipo de investigação permite um maior entendimento sobre o funcionamento do aparelho repressivo estatal, assim como quem eram seus alvos principais. Já documentos como folhetins e cartazes das próprias uniões femininas e da Federação de Mulheres do Brasil (FMB), também encontrados na APERJ e no Arquivo Nacional, nos revelam a prática das comunistas através de sua própria perspectiva, possibilitando um contraste com a

¹⁵ SOIHET; PEDRO, 2007, p. 282.

¹⁶ DIAS, 1983, p. 42.

documentação oficial. A partir dessas fontes, buscarei entender a atuação de comunistas brasileiras dentro de organizações locais e nacionais a fim de perceber como seu diálogo com um movimento feminino comunista global ocorreu. Pretendo mapear quem eram essas mulheres atuando em diálogo junto à militantes de outros países e de que forma a faziam.

Apesar de ter sido a alavanca das primeiras perguntas que impulsionaram esta investigação, bem como a fonte de diversas descobertas durante o processo de pesquisa, obstáculos importantes impuseram limitações ao meu trabalho, no que tange o acesso ao acervo do APERJ. O prédio onde funciona sua sede, localizado na Praia de Botafogo, foi fechado durante grande parte da duração da minha investigação devido a sua má condição estrutural, que apresenta risco iminente de incêndio devido a um sistema elétrico obsoleto. Somadas à tais condições materiais, houve ainda uma crise administrativa, ocorrendo trocas de direção e meses de interregno sem direção. Para além do triste descaso do governo estadual com a memória fluminense, a consequência para essa pesquisa foi de um acesso restrito ao acervo do Arquivo Público. Dessa forma, em certo ponto da pesquisa, me deparei com nomes de diversas mulheres comunistas cujas participações nas redes internacionais femininas foram cruciais, no entanto, não foi possível investigar suas fichas e dossiês junto ao acervo da polícia política. Tive de recorrer, assim, aos periódicos como fontes de análise.

Sem acesso à documentação da polícia política, muitas informações foram obtidas por meio do cruzamento com outras pesquisas somadas a uma extensa análise de periódicos das décadas de 1940 e 1950. Apesar de não se constituir como a ideia central no início desta investigação, a consulta à Hemeroteca Digital disponibilizada pela Biblioteca Nacional permitiu o prosseguimento deste estudo. Há muitos anos as fontes jornalísticas são utilizadas pela historiografia, revelando não só eventos de determinado período, mas os costumes e ideias de sociedades, além de questões políticas e econômicas¹⁷. Os periódicos desvelam também críticas, impressões, formas de persuasão, debates e disputas em torno das mais diversas questões. A partir desse olhar, é possível buscar compreender não só as informações a serem extraídas de um periódico, mas atentar-se a quem produziu tais dados e de que maneira esta pessoa ou

¹⁷ CAPELATO, 1988, p. 20.

entidade participou de determinado acontecimento. Nesta pesquisa, por exemplo, recorrentemente haverá o uso de *O Momento Feminino*, periódico coordenado majoritariamente por mulheres comunistas, como fonte. Suas páginas podem nos informar sobre a participação de delegações brasileiras em congressos mundo afora, mas, de forma tão importante quanto, expor como o próprio jornal foi um agente crucial na comunicação entre as associações femininas e entre elas e organizações internacionais. Nesse sentido, a própria imprensa é um agente político.

Outra restrição importante é aquela imposta pelo breve tempo que compreende um programa de Mestrado. Somado à limitações geográficas e financeiras, não pude, no tempo de que dispunha, visitar arquivos de outros estados do Brasil e, assim, ampliar as fontes disponíveis para essa investigação. Desta forma, é crucial notar que grande parte desta pesquisa foi feita por meio de consultas a arquivos no Rio de Janeiro e, portanto, possui limitações no que tange a outras regiões do país. No futuro, espero poder ampliar meu escopo, mapeando ainda mais mulheres dentro do tema aqui pesquisado.

O cruzamento da documentação presente nos acervos do APERJ, dos Arquivos Nacionais brasileiro e britânico, da Escola de Economia e Ciência Política de Londres (LSE), do Atria e do Instituto Internacional de História Social (IISH) possibilitou o mapeamento de mais de 60 viajantes brasileiras. Nesse processo, o Heurist foi uma ferramenta fundamental na construção de uma base de dados que possibilitou a catalogação de tais agentes atravessando diversas informações, como origem, relação entre elas, participação em congressos, viagens, dentre outras. No presente momento, estão catalogadas na base 72 mulheres, que participaram de 17 eventos em 12 diferentes localidades ao redor do mundo. Estou trabalhando também na catalogação das organizações femininas e/ou partidos aos quais essas militantes eram vinculadas. O Heurist é uma plataforma online gratuita e aberta, que permite a criação de bases de dados voltadas para as ciências humanas. Desse modo, possibilita o armazenamento e interligação de uma ampla variedade de dados de pesquisa, notas, anotações e anexos digitais em um único banco de dados compartilhável.

No Capítulo 1 - *As comunistas brasileiras*, pretendo traçar a base que fundamentou o crescimento do movimento de mulheres comunistas no Brasil durante a década de 1940. Para isso, navegaremos pelas diretrizes que seguia o Partido Comunista

do país na época, bem como sua relação com as mulheres que militavam na organização. A partir daí, poderemos compreender o surgimento das Uniões Femininas e de organizações como a Federação de Mulheres do Brasil (FMB). Também veremos a importância da fundação do *Momento Feminino* como periódico que auxiliaria a comunicação entre essas associações de mulheres, mantendo-lhes informadas sobre suas atividades e dando força para a agenda feminina no país.

O segundo capítulo, intitulado *Donas de casa, advogadas, professoras: viajantes do mundo*, terá como objetivo analisar de que forma as mulheres atuantes nas organizações exploradas no capítulo anterior passaram a cruzar as fronteiras brasileiras, participando de redes internacionais femininas. Para isso, será necessário compreender o Movimento pela Paz encabeçado pela União Soviética de Stálin e como essa luta foi traduzida pelas militantes brasileiras para o território nacional. Exploraremos também as consequências dessas campanhas pela paz, compreendendo a violência a qual estavam submetidas as comunistas durante o fim da década de 1940 e início de 1950.

No capítulo final, nomeado “*Ao coração das mães brasileiras*”: o ideal de mulher, suas rupturas e continuidades, analisamos a importância da maternidade e da defesa da infância dentro da luta das comunistas. Para isso, observamos qual era o ideal de mulher naquele período e de que forma as militantes reproduziam ou se distanciavam desta expectativa social. Investigaremos ainda a desmobilização do movimento comunista de brasileiras no fim da década de 1950, quando houve o fechamento do *Momento Feminino*, da AFDF e da FMB.

Após a defesa desta dissertação, pretendo dar continuidade à pesquisa por meio de um projeto de divulgação científica. A ideia inicial é utilizar o banco de dados construído no Heurist para montar um website que apresente perfis das mulheres mapeadas, bem como um mapa de visualização de seus trânsitos e páginas de contextualização histórica que situem os navegadores dentro do período tratado. Desejo, assim, tornar minha pesquisa ainda mais pública, buscando maneiras de trazer à luz a trajetória de mulheres ainda pouco conhecidas tanto pela própria historiografia brasileira quanto pela população geral. Deste modo, espero suscitar novos questionamentos e diálogos entre esta pesquisa e aquelas elaboradas por outras pesquisadoras e pesquisadores.

1.

As comunistas brasileiras

Historicamente, o conhecimento sobre o movimento de mulheres no Brasil republicano parece ter se limitado à luta pelo direito ao voto feminino no início do século XX e, posteriormente, à participação das brasileiras na oposição à ditadura civil-militar de 1964. No entanto, há um esforço nas últimas décadas, sobretudo de historiadoras brasileiras, em conhecer o movimento de organização das mulheres para além desses marcos, trazendo à luz as trajetórias de mulheres que atuaram, principalmente, nas décadas de 1940 e 1950.

Maria Augusta Tibiriçá Miranda foi uma das precursoras neste campo, traçando uma biografia de sua mãe, Alice Tibiriçá, já na década de 1980. Tendo assistido sua militância de perto e, depois, se juntado a ela, Maria Augusta traça a trajetória de Alice, da infância à morte. Com exceção a essa empreitada familiar, o interesse por mulheres de esquerda que atuaram nas décadas de 1940 e 1950 pareceu aumentar entre os pesquisadores somente vinte anos mais tarde, no início do século XXI. Carlos Cavaleiro, Elza Macedo, Fernanda Flôres, Guilherme Nunes e Jorge Ferreira se empenharam em analisar as trajetórias de algumas dessas personagens: Salvadora Lopes; Lydia da Cunha; Ana Montenegro; Elisa Kauffmann Abramovich, Julieta Battistioli e Júlia Santiago da Conceição; e Elisa Branco, respectivamente¹⁸. Outros autores, como Viviane Maria Zeni-Leão, Marcela Morente, Aline Ferreira, Iracélli Alves, Rafael Gonçalves, Manuella Pessanha, Larissa Rosa Corrêa e Paula Elise Soares dedicaram-se à compreensão do mundo em que essas mulheres atuavam, buscando entender a relação da questão feminina com o Partido Comunista, o crescimento do partido nesse período, a atuação das Uniões Femininas e do movimento de mulheres¹⁹.

¹⁸ CAVALHEIRO, Carlos Carvalho. *Salvadora!* Sorocaba: LINC, 2001; MACEDO, Elza Dely Veloso. *Ordem na casa e vamos à luta!* Movimento de mulheres: Rio de Janeiro 1945-1964. Lydia da Cunha – uma militante. 2001. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói; FLÔRES, Fernanda Léo. *Na mira da repressão: a política e escrita jornalística em Ana Montenegro (1947-1983)*. 2017. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal da Bahia, Salvador; NUNES, Guilherme Machado. *Mulheres Comunistas no Brasil: Elisa Kauffmann Abramovich, Julieta Battistioli e Júlia Santiago da Conceição (1935-1965)*. 2021. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre; FERREIRA, Jorge. *Elisa Branco: uma vida em vermelho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

¹⁹ ZENI-LEÃO, 2003; MORENTE, 2017; ALVES, 2020; GONÇALVES; PESSANHA, 2021; CORRÊA; VISCO, 2022; SOARES, 2021; SOARES, 2022.

Esse capítulo segue na esteira desse percurso historiográfico recente, buscando evidenciar a luta de mulheres, em sua maioria ligadas ao Partido Comunista, que se comprometeram com a questão feminina, especialmente o melhoramento das condições materiais das trabalhadoras brasileiras. Apesar de estarem se movimentando desde o surgimento do partido no país, o foco serão os anos de 1940 e 1950, quando a criação de uniões femininas e federações de mulheres impulsionou seus esforços de forma inédita. A partir da compreensão da atuação dessas personagens em âmbito nacional, poderemos compreender mais a frente como elas passaram a integrar uma rede internacional de mulheres.

1.1 “União, democracia, desenvolvimento pacífico”: o PCB na década de 1940

Este o apêlo que em nome do Partido Comunista dirijo ao nosso povo e ao govêrno, aos dirigentes sindicais, operários e patrões, aos nossos intelectuais, aos chefes militares, assim como os dirigentes de todas as correntes e partidos políticos, aos dois homens dignos que já se candidataram à presidência da República, a todos os homens de responsabilidade enfim.

A união nacional é possível. Existem em nossa terra todas as condições objetivas para sua realização. Unamo-nos pois!

A desordem e a desunião só interessam ao fascismo, aos remanescentes da quinta-coluna no país e aos agentes do capital estrangeiro mais reacionários, os agentes do isolacionismo americano e do munitiquismo inglês, inimigos todos da democracia e do nosso povo.

A união ou o caos; a democracia ou a desordem; o desenvolvimento pacífico ou a guerra civil - são os dilemas que defrontamos.

Nós, os comunistas, não vacilamos. Já escolhemos há muito o nosso caminho - união, democracia, desenvolvimento pacífico - é o melhor caminho - o que indicamos ao nosso povo.

Viva a unidade de todo o povo organizado em seus comités democráticos!

Viva a união dos povos amantes da paz e da democracia!

Viva a solidariedade dos povos americanos!

Viva a nossa gloriosa Fôrça Expedicionária!

Viva a Fôrça das Nações Unidas!

Viva o Exército Vermelho e o guia genial dos povos soviéticos, o marechal Stalin!

Viva o Brasil democrata e progressista!²⁰

²⁰ Luiz Carlos Prestes fala sobre o momento brasileiro. A Noite, Rio de Janeiro, ano XXXIV, n. 11952, p. 7, 24 mai. 1945.

Foi com essas palavras que Luiz Carlos Prestes terminou seu discurso para a multidão que ocupava o Estádio São Januário, no Rio de Janeiro, no dia 23 de maio de 1945. Na ocasião, o “Cavaleiro da Esperança”, como era chamado, comemorava, no comício organizado pelo Partido Comunista, a anistia política conquistada após os anos de censura e repressão. Naquele ano, o país assistia a queda da ditadura do Estado Novo (1937-1945) comandada por Getúlio Vargas. Os crescentes protestos por liberdade de expressão, somados à derrota dos fascismos na Europa e à falta de apoio das Forças Armadas, eram fortes indícios do enfraquecimento do regime ditatorial²¹. Desse modo, o governo decretou que se realizariam eleições para presidência da República, deputados federais, senadores, governadores e deputados estaduais entre dezembro de 1945 e maio do ano seguinte.

Apoiado por Vargas, de quem foi ministro da Guerra desde 1936, Eurico Gaspar Dutra (PSD) venceu as eleições e assumiu a presidência em 1946. Seu maior opositor foi o candidato da UDN, o brigadeiro Eduardo Gomes. No entanto, não foi desprezível a performance de Yedo Fiúza, que concorria pela legenda do Partido Comunista do Brasil (PCB) recém-legalizado. Desde 1922 até 1985, o PCB contaria com apenas dois anos e quatro meses de legalidade. Parte desse período foi a janela entre o fim da ditadura de Vargas, em 1945, até 1947, momento de grande crescimento do partido onde se elegeram diversos vereadores, 46 deputados estaduais, 14 deputados federais²² e Luiz Carlos Prestes como senador²³.

Os anos de 1945 a 1964 são conhecidos como o “período democrático”, abrangendo o intervalo entre o fim da ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945) e o início da ditadura civil-militar (1964-1985), quando uma democracia de massas foi implantada pela primeira vez no Brasil a partir da Constituição de 1946. Movimentos sociais e organizações políticas de esquerda, porém, questionavam constantemente os limites de

²¹ FERREIRA; DELGADO, 2019, p. 12-13.

²² Eram eles: Jorge Amado (SP); Carlos Marighella (BA); Maurício Grabois (DF); João Amazonas (DF); Agostinho Dias de Oliveira (PE); Gregório Lourenço Bezerra (PE); Claudino José da Silva (RJ); José Maria Crispim (SP); Oswaldo Pacheco da Silva (SP); Francisco Gomes (DF); Alcêdo de Moraes Coutinho (PE); Abílio Fernandes (RS); Henrique Cordeiro Oest (RJ); Gervásio Gomes de Azevedo (SP). (BRASIL, 1950)

²³ Prestes foi o mais votado senador no Distrito Federal, com 157.397 votos em um total de 496 mil. Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/Partido Comunista Brasileiro \(PCB\) - Primeira República.pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/Partido%20Comunista%20Brasileiro%20(PCB)%20-%20Primeira%20República.pdf)>. Acesso em: 21 mai. 2023.

tal democracia instaurada em meados dos anos 1940. Isso porque, mesmo com o fim do Estado Novo, suas experiências permaneciam sendo de severa repressão e cerceamento. Marcela Morente destaca que no pós-45, o Dops continuava em funcionamento e, como ele, a ideia de crime político ligado ao conceito de *ordem/desordem*²⁴. Isto é, era considerado criminoso aquele que perturbasse a ordem pública. Nesse sentido, mulheres e homens comunistas eram frequentemente enquadrados como agitadores e perturbadores da ordem estabelecida pelo Estado.

Tal cenário era intensificado pelo contexto internacional de Guerra Fria, onde União Soviética e Estados Unidos disputavam hegemonia. O Brasil, por meio do governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), posicionou-se ao lado do bloco capitalista, afastando-se dos soviéticos. Assim, o Partido Comunista do Brasil (PCB), que havia sido legalizado com o fim da ditadura varguista, foi novamente posto na ilegalidade. Apesar da forte repressão, o partido assistiu, na segunda metade da década, a um impressionante crescimento, passando de cerca de cinco mil membros a 200.000 inscritos entre 1945 e 1947²⁵.

A expressividade do PCB no processo eleitoral foi resultado de novas estratégias adotadas pelo partido a partir de sua II Conferência Nacional, conhecida como Conferência da Mantiqueira, realizada clandestinamente em 1943. Foi nesse momento que os pecebistas decidiram atuar na direção de uma frente única nacional que tinha como objetivo o combate ao nazifascismo latente no cenário global. Tal frente ampla incluiria inclusive o governo brasileiro que, mesmo após a violência direcionada aos comunistas por Vargas, naquele contexto tornava-se um aliado estratégico frente a Hitler e Mussolini. Ferreira (2006, p. 30) aponta que o surgimento de uma frente única possibilitou a aproximação entre trabalhistas e comunistas, de forma que ambos defendiam “a saída nacionalista e democrática para o Brasil”. Assim, adotando um posicionamento de defesa da democracia e da paz mundial, o PCB conseguiu ampliar sua base de suporte, obtendo forte apoio popular. O novo ideal estava expresso no discurso de Prestes ao sair do encarceramento e afirmar que a “desordem e a desunião só interessam ao fascismo”. Nesse sentido, posicionava o PCB ao lado da “união,

²⁴ MORENTE, 2017, p. 21.

²⁵ VINHAS, 1982, p. 89, apud MONTEIRO, 2012, p. 93.

democracia, desenvolvimento pacífico” em oposição ao fascismo. Em nome desse projeto de Brasil, Prestes e os comunistas mostravam-se dispostos a passar por cima da intensa repressão que haviam sofrido durante a administração Vargas, por conta do movimento de 1935, que ficou conhecido como Intentona Comunista, a fim de apoiar seu candidato, Eurico Gaspar Dutra, na disputa contra o candidato da UDN.

Dutra assumiu o cargo na presidência em 1946, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial. Nesse período, União Soviética e Estados Unidos davam início a uma intensa disputa político-ideológica por zonas de influência para os blocos comunista e capitalista, respectivamente. O novo dirigente brasileiro construiu uma política de forte alinhamento aos Estados Unidos e, consequentemente, manteve o distanciamento do governo anterior aos soviéticos. Em razão disso, o Partido Comunista do Brasil, que havia sido legalizado com o fim do Estado Novo, foi novamente posto na ilegalidade em 1947, de modo que os representantes eleitos tiveram seus mandatos cassados no início do ano seguinte. A pesquisa de Pedro Estevam da Rocha Pomar, intitulada *A democracia intolerante*, nos mostra que o governo de Eurico Gaspar Dutra, ainda que formalmente democrático, se sustentava por práticas autoritárias, principalmente em relação à repressão exercida contra os comunistas. De fato, as eleições ainda funcionavam e existiam vários partidos, no entanto, tratava-se de uma democracia fragilizada, onde o governo federal rapidamente cerceava a liberdade daqueles que se opunham às suas políticas. Mesmo diante de tal contexto, marcado pelo cerceamento das liberdades políticas, arrocho salarial e falta de investimentos públicos, o PCB assistia a um forte crescimento de seus afiliados e seus representantes continuaram sendo eleitos por meio de outras legendas.

1.2 O PCB e as mulheres

Nas eleições do final da década de 1940, não foram só os comunistas que ganharam maior representatividade política. As comunistas galgaram impressionantes conquistas, especialmente em 1947. No Distrito Federal, por exemplo, foram eleitos 18 vereadores pecebistas, tornando o partido majoritário na Câmara Municipal. Dentre eles, estavam Arcelina Mochel, advogada maranhense, Odila Schmidt, funcionária da Light, e a

educadora e escritora Lia Corrêa Dutra²⁶. Além delas, Elisa Kauffmann foi eleita na cidade de São Paulo; Júlia Santiago, em Recife (PE); Julietta Battistioli, em Porto Alegre (RS)²⁷; Maria Olímpia Carneiro, em Curitiba (PR); e Salvadora Lopes Peres, em Sorocaba (SP)²⁸, esta última impedida de tomar posse²⁹. Muitas delas, como Salvadora, Júlia e Odila, eram operárias e foram eleitas com o apoio da classe trabalhadora. Em *Invadindo o mundo público: Movimentos de mulheres (1945-1964)*, Marcela Morente explora a inserção das mulheres na esfera pública através dos movimentos e associações femininas fichadas pelo DEOPS/SP. Ela nota que, fora as eleitas, grande parte das mulheres que faziam parte da estrutura do PCB tinham sua atuação limitada às funções tidas como femininas, como limpeza, recepção e organização³⁰.

Zuleika Alambert³¹, que se candidatara a deputada estadual pelo partido em 1947 e assumiu como suplente do deputado Clóvis de Oliveira, corroborou com o argumento que destaca o machismo enfrentado pelas mulheres dentro do PCB:

O machismo imperava, e isto aparecia, nitidamente, na divisão dos trabalhos. As mulheres atuavam como datilógrafas, taquígrafas nas reuniões do Partido. Serviam cafés, cozinhavam, limpavam os chamados ‘aparelhos’. Nas comissões políticas de trabalho eram

²⁶ Lia Corrêa Dutra lançou sua candidatura à vereança pelo PCB em 1947, mas não foi eleita, ficando como suplente. Dentro de poucos meses, no entanto, Luciano Bacelar Couto, parlamentar da bancada comunista, tirou licença para tratar um problema de saúde, de modo que Lia assumiu oficialmente o posto de vereadora no Distrito Federal. Devido a cassação dos mandatos comunistas em janeiro de 1948, ocupou o cargo por apenas quatro meses.

²⁷ Ver mais sobre Elisa Kauffmann, Julieta Battistioli e Júlia Santiago em: NUNES, Guilherme Machado. *Mulheres Comunistas no Brasil: Elisa Kauffmann Abramovich, Julieta Battistioli e Júlia Santiago da Conceição (1935-1965)*. 2021. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

²⁸ Ver mais sobre Salvadora Lopes em: CAVALHEIRO, Carlos Carvalho. *Salvadora! Sorocaba*: LINC, 2001.

²⁹ No dia 1 de janeiro de 1948, policiais do DOPS, cavalarianos da Força Pública e caminhões-tanque do Exército sitiaram a cidade de Santo André, impedindo que o prefeito eleito, Armando Mazzo, tomasse posse. Foi barrada também a posse de 13 vereadores do PST, incluindo Salvadora Lopes (CAVALHEIRO, 2001, p. 135). Diante da ilegalidade do PCB, muitos comunistas haviam se candidatado através da legenda do partido trabalhista, incluindo Salvadora.

³⁰ MORENTE, 2017, p. 82.

³¹ Nascida em Santos, São Paulo, em 23 de dezembro de 1922, Zuleika Alambert integrou a Liga de Defesa Nacional, onde iniciou seu contato com a militância comunista. Em 1947, candidatou-se por Santos através da legenda do PCB para a Constituinte estadual e chegou a primeira suplente. Assumiu o mandato mais tarde naquele ano, no entanto, poucos meses depois, foi cassada juntamente com os outros candidatos do Partido. Mudou-se para o Rio de Janeiro, onde tornou-se secretária-geral da Juventude Comunista. Foi perseguida pela ditadura civil-militar instaurada em 1964 e, assim, exilou-se. Integrou o Comitê Central do Partido Comunista e publicou uma série de livros tratando da questão da mulher. (SCHUMACHER; BRAZIL, 2000, p. 532)

geralmente eleitas para as comissões gerais, ou seja, aquelas onde cabia de tudo. Para representar o Partido nos Congressos Internacionais jamais eram eleitas e assim por diante³².

Percebe-se, assim, que o machismo não era uma questão exclusiva de setores conservadores, mas uma estrutura que permeava - e permeia - todos os âmbitos da sociedade. Nesse sentido, mesmo dentro de um partido progressista, em que a igualdade era o mote central, as mulheres permaneciam ligadas à posições menos valorizadas. Não eram, em geral, consideradas para cargos de liderança ou para representarem a instituição internacionalmente. Marcela Morente explica que manter as mulheres na base da pirâmide hierárquica do Partido poderia ser uma maneira de preservar o poder nas mãos daqueles considerados mais aptos a exercê-lo: os homens³³. Contudo, algumas delas conseguiram construir brechas para ocuparem espaços de destaques em seus grupos políticos, luta ainda travada nos dias de hoje.

Mesmo diante dos obstáculos enfrentados dentro e fora do partido, as comunistas trilharam trajetórias importantes com sua militância. Em uma coluna do *Momento Feminino* dedicada a reportar às leitoras o trabalho que as candidatas eleitas vinham fazendo durante a semana na Câmara Municipal, Arcelina Mochel dedicava-se a uma série de questões:

Requerimento n.º S44 sobre instalação de bicas de água na rua Araçá;
 Requerimento n.º S43 sobre calçamento das ruas Visconde Cairú, Sincorá e Visconde Uberaba e instalação de caixa d'água no morro da Cachoeira;
 Indicação n.º 258, pedindo limpeza de valas, construção de uma ponte, instalação de bicas d'água, posto médico e uma escola, na Favela de Moça Bonita;
 Projeto n.º 100, que assegura preferência absoluta para uma única promoção aos ex-combatentes servidores municipais;
 Indicação n.º 275, sobre recondução de professores primários aos cargos, computando-se-lhe tempo de serviço municipal às que estão noutros cargos, desde que queiram voltar ao magistério;
 Projeto 107, sobre construção de parques de alojamento provisório às pessoas vítimas dos despejos³⁴.

³² ALAMBERT, 2004 apud ABREU, 2008, p. 2.

³³ MORENTE, 2017, p. 82.

³⁴ Semana Parlamentar. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, p. 20, 25 jul. 1947.

Tal pauta revela que suas preocupações estavam voltadas à melhoria das condições materiais dos trabalhadores por meio de projetos de infraestrutura em favelas, promoção de ex-combatentes servidores públicos, asseguramento de direitos de professores e construção de moradias para pessoas vítimas de despejos. Esses temas não eram pontuais, mas recorrentes no cotidiano das comunistas eleitas.

A participação feminina em posições de relevância dentro da política institucional, entretanto, teve curto prazo de validade: mais tarde naquele mesmo ano, o PCB teve seu registro cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral. Assim, em janeiro de 1948, as parlamentares comunistas do Distrito Federal perderam seus mandatos, inaugurando mais um longo período de ilegalidade para o partido. Após terem seus mandatos cassados, o *Momento Feminino* entrevistou as funcionárias da Câmara Municipal do Distrito Federal, que acompanhavam de perto a atuação das vereadoras. Perciliana Augusta da Silva, taquígrafa, afirmou sobre Odila Schmidt: “com sua maneira simples de mulher trabalhadora, sabia lutar incansavelmente pelos direitos das trabalhadoras”. Sobre Arcelina Mochel, completou: “sempre defendia o povo em geral e por ele lutava. Sua vida é ir às favelas, aos morros e a todos os lugares onde o povo sofre e luta”³⁵. Assim como Perciliana, outras funcionárias destacavam o caráter resiliente e decidido das vereadoras, destacando suas lutas pelo direito das mulheres e crianças brasileiras.

1.3 As Uniões Femininas

O trabalho de vereadoras do Distrito Federal como Schmidt e Mochel estava intrinsecamente ligado às atividades das Uniões Femininas. A origem dessas organizações resultou do novo fazer político do PCB, adotado após a Conferência da Mantiqueira. Uma das medidas adotadas pelo partido foi a criação de comitês democráticos e populares que teriam como objetivo congregar moradores dos mais diversos bairros em organizações locais. A ideia era que esses espaços fossem oportunidades de discussão de pautas pertinentes à luta dos trabalhadores, bem como de esquematização de suas demandas e ações para reivindicá-las. A estratégia do partido era trazer “para o debate público pessoas que não estavam familiarizadas com essas

³⁵ Duas mulheres lutadoras dedicadas às causas do povo e da mulher têm os mandatos cassados: Arcelina Mochel e Odila Schmidt. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, ano I, n. 26, p. 6, 16 jan. 1948.

práticas de organização e reivindicação”³⁶. Nesse sentido, o PCB conquistava o apoio das camadas populares ao envolvê-las na vida política, fazendo com que suas demandas fossem ouvidas e reivindicadas.

Vários comitês fundaram seções femininas a fim de atender às questões das trabalhadoras. Em 1946, começaram a surgir também as Uniãoes Femininas (UFs) como espaços organizados por mulheres onde pudessem discutir e lutar por suas demandas específicas em cada bairro³⁷. As trabalhadoras passaram a ter um local onde suas angústias e urgências eram representadas, mas também onde se informavam sobre a conjuntura do país e do mundo. O objetivo central era organizar as trabalhadoras, como as empregadas domésticas, as donas de casa, as professoras, as operárias, entre outras. Apesar de serem, em geral, comandadas por comunistas, as Uniãoes Femininas agregavam mulheres de todas as filiações políticas. Indo ao encontro da nova política adotada pelo PCB desde a Conferência da Mantiqueira, a ideia era que as UFs fossem organizações de massas. Em um estudo sobre a criação das Uniãoes Femininas na cidade do Rio de Janeiro, Paula Soares explica:

Por meio das UFs, as comunistas pretendiam ouvir as brasileiras dos subúrbios, ensiná-las a se organizar, a exigir sua inclusão, seu reconhecimento social e político no novo regime que se instituiu. Essas mulheres seriam, desse modo, alçadas à condição de colaboradoras das chapas eleitorais organizadas pelo PCB em todo o país, para garantir que suas demandas fossem contempladas nos mandatos dos candidatos eleitos³⁸.

As Uniãoes Femininas constituíam-se, assim, como espaços de diálogo e ação em que mulheres das mais diversas regiões podiam reunir-se. No Rio de Janeiro, por exemplo, grande parte das UFs se concentravam nos subúrbios, como a UF da Estrada da Margaça, a UF de Santo Cristo, a UF de Madureira, a UF do Morro do Pinto, a UF de Cordovil, a UF da Favela, dentre outras. Havia também Uniãoes Femininas nos bairros mais centrais, como a UF de Copacabana e Leme, a UF do Flamengo, Catete e Glória, a

³⁶ DUARTE, 2002, p. 26.

³⁷ SOARES, 2022, p. 8.

³⁸ SOARES, 2022, p. 14.

UF da Gávea e Jardim Botânico e a UF de Botafogo, mas também nessas boa parte das membras eram trabalhadoras, como as empregadas domésticas³⁹.

Além de promover discussões em torno das demandas das mulheres, as Uniões Femininas promoviam cursos profissionalizantes, distribuição de itens essenciais como banha, tecidos populares e feijão, além de organizarem festas, sessões de cinema e teatro. Tratava-se, assim, de uma forma de capacitar as trabalhadoras a fim de livrá-las da dependência econômica e informá-las para que pudessem atuar como cidadãs ativas. As UFs eram, principalmente, importantes meios de mobilização para a melhoria da vida das mulheres. Em 1949, por exemplo, dois caminhões tanques da Standard Oil provocaram um incêndio em Madureira que atingiu as casas de 31 famílias da Favela do Sossego. Abandonadas pelo poder público e pela falta de responsabilização da empresa, as famílias desabrigadas contaram com a ajuda da União Feminina de Madureira, que “convocou os moradores do bairro, recorreu ao comércio local, ao povo e às uniões femininas dos bairros próximos e está auxiliando a reconstrução dos barracos”⁴⁰. Ao ser questionado por uma repórter do periódico *Momento Feminino*, um dos afetados, Lauro Pereira, ajudante de pedreiro aposentado, relatou: “A União conseguiu a madeira. Fizemos 5 bandos precatórios pelo comércio de Irajá e Madureira e o dinheiro foi dividido por 31 famílias. Uma comissão da Câmara Municipal esteve aqui porém não voltou mais. Essas moças é que têm nos ajudado”⁴¹.

A precariedade era marca na vida das trabalhadoras brasileiras das décadas de 1940 e 1950. Em uma importante leitura do censo realizado em 1940, Paula Soares⁴² explica que a brasileira média era, desde jovem, mãe. Um número significativo delas casava e tinha seu primeiro filho entre 12 e 19 anos. Entre 30 a 39 anos, grande parte das mulheres já estava em seu terceiro a quinto bebê, número que aumentava para oito entre os 50 e 59 anos. O censo mostra, ainda, que as mulheres eram maioria nos setores de tarefas domésticas e escolares. De 11.909.514 brasileiros de 10 anos ou mais que declararam possuir nas tarefas domésticas e tarefas escolares sua principal atividade

³⁹ Ibid, p. 8.

⁴⁰ Renasce a Favela do Sossêgo. *Momento Feminino*, ano III, n. 64, p. 16, 31 jan. 1950.

⁴¹ Ibid.

⁴² SOARES, 2022, p. 9.

exercida, 10.725.275 deles eram mulheres. Muitas delas o faziam por serem donas de casa ou por trocarem seus serviços por moradia e comida. Dos 557.294 que declararam realizar serviços domésticos de forma remunerada, 520.100 eram mulheres, as empregadas domésticas. Soares destaca como uma análise atenta aos dados censitários podem revelar as dificuldades cotidianas enfrentadas pelas brasileiras nesse período:

a vida dessas mulheres mães e principais responsáveis pelos cuidados com a casa e com a educação no país era marcada por tragédias. A primeira, a frequência da morte de um filho de menos de um ano de idade. Entre 1941 e 1950, a mortalidade infantil no Brasil era, em média, de 167,48,19 dado que refletia a falta de assistência médica às mães e crianças, bem como as péssimas condições sanitárias e de saúde pública no país. A segunda tragédia se refletia na dificuldade em acessar a escolarização, sobretudo em graus mais elevados. De um total de 17.438.078 mulheres que responderam ao questionamento do censo, 11.387.235 informaram que não sabiam ler nem escrever. (...) No caso do ensino superior, o número de homens que tiveram acesso à faculdade era 10 vezes maior que o de mulheres. Quando as divisões raciais são incluídas, os dados revelam uma distância em termos educacionais intransponível entre brancas e as que se declararam pretas, pardas, amarelas ou não quiseram declarar sua cor⁴³.

Nesse sentido, o trabalho das comunistas e demais membros das Uniãos Femininas era essencial na tentativa de diminuir os abismos sociais que tornavam as vidas das brasileiras permeadas por mazelas.

Uma das atividades centrais das Uniãos Femininas era a luta contra a carestia de vida, que afetava principalmente as mulheres, responsáveis pela economia doméstica. A imagem abaixo ilustrou uma matéria de 8 de março de 1948 no *Momento Feminino* que reportou uma campanha onde “cerca de quatrocentas mulheres pertencentes a dezenas de Uniãos Femininas protestaram no dia 8, perante a Câmara Municipal, contra o alto custo de vida, focalizando, principalmente, o pão e a carne”. Vê-se que as trabalhadoras, por meio das Uniãos Femininas, estavam ocupando o espaço público, demandando seus direitos frente aos vereadores do Distrito Federal. Em outra ocasião, no dia 21 de julho do ano anterior, uma passeata feminina contra a carestia de vida estava programada para acontecer na Capital. Contudo, impedidas pela polícia de realizarem sua manifestação, as mulheres dirigiram-se a Câmara Municipal. Lá, as vereadoras Lygia Maria Lessa

⁴³ Ibid, p. 11.

Figura 2 - Protesto no dia 8 de março de 1948 na Câmara Municipal do Distrito Federal.



Fonte: *Momento Feminino*, ano I, n. 33, p. 5, 12 mar. 1948.

Bastos (UDN), Arcelina Mochel (PCB) e Odila Schmidt (PCB) juntaram-se às protestantes.

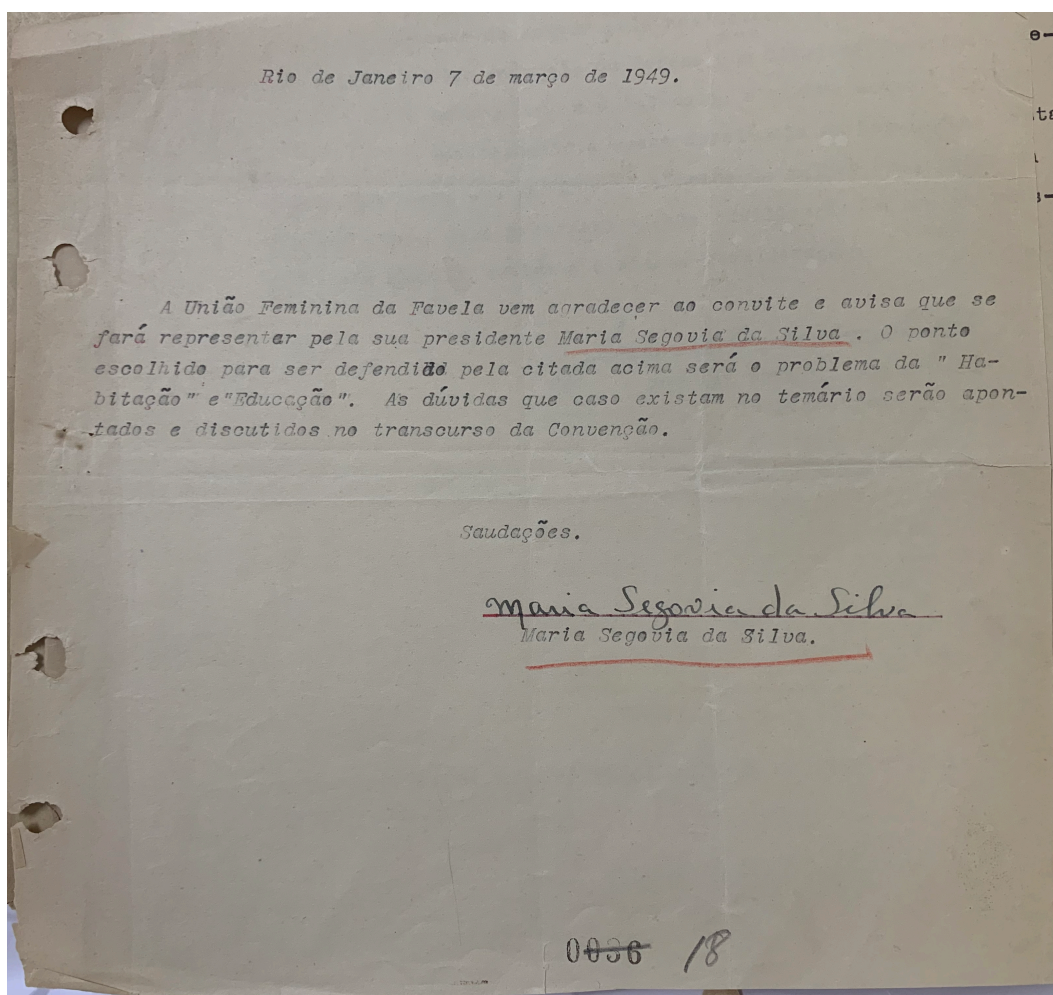
Essa não foi a primeira nem a última vez que Arcelina e Odila uniam-se às trabalhadoras em seus protestos. Durante suas trajetórias políticas, as pecebistas colocaram-se como representantes das mulheres na Câmara Municipal, construindo um canal entre a política institucional e as demandas das trabalhadoras. Paralelamente, o envolvimento das comunistas com as Uniãoes Femininas permitiu que mulheres e suas famílias vissem sua participação ativa na melhoria das condições de vida dos brasileiros, aumentando o número de eleitores do partido. Em 1946, das cinco mulheres que candidataram-se pelo PCB - Arcelina Mochel (advogada), Odila Michel Schmidt (funcionária da Light), Lia Côrrea Dutra (educadora e escritora), Heloisa Prestes (costureira e doméstica) e Esther dos Santos Roque (operária tecelã) -, duas foram eleitas: Odila e Arcelina⁴⁴. A candidatura das pecebistas foi massivamente apoiada pelas trabalhadoras, especialmente aquelas envolvidas com as atividades das Uniãoes Femininas de seus bairros.

A atuação das Uniãoes Femininas dava-se também em eventos e reuniões onde eram discutidas a situação das mulheres brasileiras. Em uma carta apreendida pelo

⁴⁴ SOARES, 2022, p. 23-24.

Dops, a União Feminina da Favela apresenta sua presidente, Maria Segovia da Silva, como representante na primeira Convenção Feminina do Distrito Federal. O documento, escrito em 7 de março de 1949, afirma que ela defenderia os temas de “habitação” e “educação”. O Congresso em questão aconteceria entre os dias 23 e 25 de maio daquele ano, no Rio de Janeiro. As reuniões femininas nacionais eram, em sua grande parte, compostas por trabalhadoras dos mais diversos locais e realidades, incluindo mulheres como Maria, costureira do Morro da Favela. Alguns anos depois, em 1957, ela seria uma das delegadas brasileiras a embarcar para Leipzig, na Alemanha, a fim de participar do IV Congresso Sindical Mundial. Em 1962, a líder sindical dos alfaiates representou o país em Moscou, no Congresso Mundial pelo Desarmamento Geral e a Paz. Em uma matéria sobre a detenção de seu marido, o alfaiate José Gomes da Silva, Maria foi descrita pelo *Correio da Manhã* como “perigosa agitadora do partido, tida como líder feminina entre suas ‘camaradas’”⁴⁵.

Figura 3 - UF da Favela apresenta Maria Segovia da Silva como representante na primeira Convenção Feminina do DF.



1.4 O *Momento Feminino*

O rápido crescimento do PCB após sua legalização, somado ao anticomunismo que escalava ao redor do mundo com o avanço da Guerra Fria, resultou na cassação do registro do partido. A justificativa era de que o PCB não seria um partido brasileiro, mas um representante dos interesses da União Soviética no Brasil. Assim, no dia 8 de janeiro de 1948, por meio de uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral, o partido entrou novamente na clandestinidade e seus candidatos tiveram seus mandatos cassados⁴⁶. Isso não significou, no entanto, o fim da atuação das mulheres comunistas junto às trabalhadoras brasileiras. Apesar de impossibilitadas de atuarem através das Câmaras, continuaram trabalhando firmemente por meio das Uniões Femininas.

Fundamental nesse período foi o *Momento Feminino*, periódico fundado, em sua maioria, por militantes comunistas como Arcelina Mochel. Ela atuava junto de sua irmã, a médica Eline Mochel, Beatriz Bandeira, Alina Paim, Jacinta Passos, Lia Corrêa Dutra, Ana Montenegro e Maura de Sena. Outras mulheres de orientações políticas diversas colaboravam frequentemente com o periódico, como Nuta Bartlet James (candidata a deputada federal pela UDN), Lygia Maria Lessa Bastos (vereadora pela UDN), Sagramor de Scuvero (vereadora pelo PR) e Alice Tibiriçá (sem vínculo partidário, embora possuísse fortes ligações com o PCB). Essa miscelânea de legendas políticas ia ao encontro da orientação pecebista de construção de uma união nacional contra o fascismo. Nesse sentido, mulheres de diversas filiações políticas atuavam lado a lado com a finalidade comum de promover melhorias no cotidiano das brasileiras. Apesar das diferenças ideológicas, as mulheres que compunham a direção e a redação do *Momento Feminino* uniam-se em suas atuações dentro do movimento feminino. O periódico, cuja primeira edição foi publicada em 26 de junho de 1947, circulou por dez anos entre várias cidades do Brasil convocando as trabalhadoras para a luta contra a precariedade e em favor de suas liberdades e direitos. Deste modo, cumpria um importante papel de conectar essas mulheres às Uniões Femininas dos bairros próximos, fornecendo informações sobre essas organizações e como poderiam ser encontradas.

⁴⁶ Candidatas comunistas que haviam se candidatado por outras legendas, no entanto, continuaram atuando na Câmara até 1951. Júlia Santiago, por exemplo, havia saído pelo Partido Social Progressistas (PSP) e atuou até 1950, quando os mandatos comunistas da Câmara Municipal do Recife foram cassados (NUNES, 2022, p. 12).

O jornal publicou 118 edições, todas disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Essa facilidade de acesso possibilitou que uma gama de autoras utilizassem *O Momento Feminino* como fonte para suas pesquisas. Em *Eneida de Moraes em “Momento Feminino”: um jornal a serviço do seu lar*, Carla Figueiredo Marinho e Maria Angelica Motta-Maués analisam as colunas e artigos redigidas por Eneida de Moraes a fim de compreender as dinâmicas de poder e os processos de violência sofridos pelas mulheres nas décadas de 1940 e 1950⁴⁷. Iracélli Alves também analisa a atuação de uma das redatoras do jornal, a advogada Nice Figueiredo⁴⁸. Ela era responsável pela coluna “Direitos da Mulher”, que reivindicava mais liberdades para as mulheres, em especial as casadas. Em outra pesquisa posterior, Alves retorna ao periódico como fonte. Dessa vez, seu interesse principal era entender o debate feminista proposto pelas redatoras, analisando as tensões e os consensos entre as mulheres do período⁴⁹. Já no trabalho de Elza Macedo sobre a militante Lydia da Cunha, a autora traz o periódico como um importante incitador de debates dentre as trabalhadoras, bem como uma fonte de informação⁵⁰. A pesquisa de Izabel Santa Fé explora o *Momento Feminino* como pioneiro na celebração do Dia Internacional da Mulher no Brasil⁵¹. Caren Victorino Regis utiliza o *Momento Feminino* como fonte para questionar como as mulheres estavam pensando a educação⁵². Percebe-se que o periódico foi examinado com variados fins, mostrando-se uma rica fonte para entendermos as demandas e visões de mundo das mulheres comunistas brasileiras.

O *Momento Feminino* aparentava seguir o modelo da chamada “imprensa feminina”, que com dicas de saúde, moda, beleza, culinária, teatro, cinema e literatura, buscava difundir a feminilidade hegemônica do período. Esse formato possivelmente lhe garantiu a longa permanência em circulação em um período de forte repressão aos movimentos sociais, particularmente aqueles encabeçados por comunistas. O objetivo do PCB com a criação do periódico era atrair as trabalhadoras

⁴⁷ MARINHO; MOTTA-MAUES, 2018.

⁴⁸ ALVES, 2019.

⁴⁹ ALVES, 2022.

⁵⁰ MACEDO, 2001.

⁵¹ SANTA FÉ, 2023.

⁵² REGIS, 2018.

para a participação política⁵³, por isso, instrumentalizaram o modelo bem sucedido da imprensa feminina. Desse modo, as militantes comunistas pretendiam incentivar as trabalhadoras, especialmente as periféricas, a assumir um lugar de centralidade no fazer político. A posição de mãe e dona de casa, ao contrário de ser abordada como local de subserviência, era apresentada como um potencial de luta. Afinal, eram essas mulheres que viam em suas mesas o resultado da carestia de vida, que sentiam na pele a dor de perder seus filhos e que observavam as carências em seus bairros.

A opção pelo uso do termo *feminino* ao invés de *feminista* não era ao acaso, como aponta a pesquisa de Iracélli Alves (2020). Nesse período, o comunismo internacional se opunha ao feminismo, tido como um movimento de caráter liberal, conciliador, que se apresentava como um obstáculo no processo de emancipação feminina. Já na década de 1920, após o III Congresso da Internacional Comunista, Alexandra Kollontai explicava:

O III Congresso da Internacional Comunista confirma os princípios fundamentais do marxismo-revolucionário de acordo com os quais não existem questões “especificamente femininas”: toda relação das operárias com o feminismo burguês, assim como qualquer apoio oferecido por elas às táticas e meias-medidas e à franca traição dos “social-conciliadores” e dos oportunistas só enfraquece as forças do proletariado e, retardando a revolução social; impede, ao mesmo tempo, a realização do comunismo, quer dizer, da emancipação da mulher. Nós só alcançaremos o comunismo pela união da luta de todos os explorados, e não pela união de forças femininas de duas classes que são opostas⁵⁴.

Portanto, o movimento feminista era entendido pelas comunistas como atuante em favor da burguesia. Assim, ao invés de lutar pela emancipação total da mulher - algo que só aconteceria concomitantemente à emancipação dos trabalhadores com o fim do capitalismo -, as feministas se limitariam à luta pela conquista de direitos básicos como o voto.

No Brasil, a principal instituição vinculada ao feminismo foi a Federação

⁵³ SOARES, 2021, p. 323.

⁵⁴ KOLLONTAI, 2021, p. 114.

Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Fundada em 1922 com o objetivo de lutar pelo sufrágio feminino, a organização liderada por Bertha Lutz⁵⁵ foi, durante muitos anos, lida pela historiografia como um marco da primeira “onda” do feminismo no país. Segundo essa leitura, uma segunda “onda” ocorreria apenas décadas depois, em 1960. A figura de Lutz tornou-se, assim, um símbolo da luta das mulheres. Sua organização, todavia, era, em sua maioria, composta por mulheres da elite brasileira. Dessa maneira, desde seu surgimento, sofreu duras críticas por seu distanciamento da realidade cotidiana das trabalhadoras. Em sua pesquisa sobre o feminismo no Brasil, Glaucia Fraccaro explica que, para o Partido Comunista, o foco da FBPF no direito de voto e o reconhecimento dos direitos civis da mulher não era suficiente para garantir a liberdade para as mulheres brasileiras⁵⁶. Isso porque essas pautas não combateriam o que os comunistas entendiam como o principal obstáculo para a exploração das trabalhadoras: o domínio da burguesia.

Foi se concentrando nas demandas da classe trabalhadora que as militantes comunistas passaram a propor um projeto alternativo de movimento feminino. O jornal dirigido por elas estabelecia desde suas primeiras edições: “Momento Feminino não é um jornal feminista mas uma publicação para os lares”⁵⁷. Com essa afirmativa, a redação se posicionava dentro da disputa por hegemonia no movimento de mulheres brasileiro e, ao mesmo tempo, distanciava-se dos estigmas associados às feministas. Posicionavam-se, deste modo, como um movimento composto *por* trabalhadoras *para* trabalhadoras. Elas desejavam se afastar de um movimento exclusivamente feminino, chamando os homens à luta pelos direitos das mulheres, embora se dirigindo particularmente ao universo das trabalhadoras.

No pós-guerra, a FBPF, que se encontrava fragilizada desde o Estado Novo, retomou suas atividades. De início, diversas parcerias foram feitas com as militantes comunistas, de forma que compartilharam mesas de debate, organizações de eventos e

⁵⁵ Nascida em São Paulo em 2 de agosto de 1894, Bertha Lutz formou-se em Biologia pela Sorbonne, na França. No Brasil, atuou como cientista no Museu Nacional. Em 1919, fundou a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, mais tarde transformada na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Em 1936, assumiu o cargo de deputada federal, mas teve seu mandato interrompido pelo Estado Novo. Faleceu em 1976, no Rio de Janeiro.

⁵⁶ FRACCARO, 2018, p. 17.

⁵⁷ Momento Feminino. *Momento Feminino*, ano I, n. 2, p. 1, 1 ago. 1947.

palestras. Na imagem abaixo, por exemplo, Arcelina Mochel aparece junto de Bertha Lutz no almoço de comemoração dos 25 anos da FBPF, realizado em 1947 na Casa do Estudante, no Rio de Janeiro. Da esquerda para a direita, Caroline Tibbett, representante da Sociedade Soroptimista dos Estados Unidos (1ª), o secretário do ministro da Educação (2º), Bertha Lutz (3ª), Benedito Augusto Carvalho dos Santos, deputado federal (4º), Edith Mendes da Gama e Abreu (5ª), Arcelina Mochel (6ª) e Cassilda Martins.

Figura 4 - Almoço de comemoração dos 25 anos da FBPF.



Fonte: Arquivo Nacional, BR RJANRIO Q0.ADM, EVE.ASO, FOT.30

Porém, nos meses seguintes, a disputa por projetos divergentes tornou a conciliação entre a FBPF e as comunistas cada vez mais difícil. Em sua tese de doutorado, Iracélli Alves explora tais tensões entre as feministas e as comunistas:

Em uma conjuntura marcadamente anticomunista e em clima de Guerra Fria, a FBPF e suas filiadas não conseguiram superar o anticomunismo. Abriam mão da frente única de mulheres porque entendiam que era mais urgente expurgar o “perigo vermelho”. Provavelmente, algumas acreditavam no “perigo”; outras, estrategicamente, optaram pelo desligamento para se distanciarem da mira da polícia. Comunistas, por outro lado, num momento de polarização política intensificadas pela Guerra Fria e da consequente repressão ao PCB, também desistiram da articulação com mulheres que julgaram “a serviço do imperialismo” que agiam “sorradeira ou abertamente contra os interesses da grande maioria dos povos, presas aos interesses personalistas, ligadas às reduzidas famílias da alta

burguesia, defendendo seu exclusivo conforto”. Assim, as mulheres da FBPF que dois meses antes eram aliadas e exaltadas se converteram em inimigas. Se há pouco tempo Arcelina Mochel sentava na mesma com Bertha Lutz, agora dizia que ela e suas companheiras de federação eram “mulheres que vivem o luxo e as riquezas, pouco se incomodando que o povo viva com fome, que as crianças morram à míngua ou que os velhos esmorem”⁵⁸.

Tais divergências irreconciliáveis contribuíram para o enfraquecimento da já frágil FBPF. Ao mesmo tempo, multiplicavam-se organizações femininas comunistas.

A trajetória de algumas figuras pode nos oferecer pistas sobre o afastamento das feministas e das comunistas. Na década de 1930, a educadora Branca Fialho, por exemplo, frequentava congressos organizados pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e encabeçou um curso de fiscais eleitorais instituído pela organização. Foi, inclusive, parte da Comissão de Propaganda da campanha de candidatura de Bertha Lutz, fundadora da FBPF que, em 1934, se candidatava à Câmara dos Deputados pela legenda do Partido Autonomista do Distrito Federal. Neste ano, Fialho foi também eleita para a Comissão de Finanças da FBPF. Apesar de seu envolvimento com a Federação encabeçada por Lutz, um pouco mais tarde, em 1946, Branca Fialho participou de um comício pela condenação da ditadura franquista espanhola na ONU representando o Partido Popular Progressista⁵⁹. Neste Partido mais tarde se agremiariam os comunistas quando o PCB tivesse seu registro cancelado pelo Tribunal Superior Eleitoral⁶⁰. Em 1947, Fialho participa de mesa em homenagem a Olga Benário⁶¹ e é vice-presidente da comissão promotora das celebrações do cinquentenário de Prestes. Ainda que não fosse pecebista, sua trajetória assinala uma aproximação às mulheres comunistas, que é consolidada três anos depois, quando é eleita presidente da

⁵⁸ ALVES, 2020, p. 113-114

⁵⁹ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, ano CVII, n. 7364, p. 4, 25 out. 1946.

⁶⁰ BOHOSLAVSKY, 2014, p. 61.

⁶¹ Nascida em Munique em uma família de trabalhadores judeus, Olga Benário foi membro do partido comunista alemão desde sua adolescência. Após ser presa em Berlim, mudou-se para Moscou, onde seria escolhida pelo Partido Comunista para levar o militante Luís Carlos Prestes de volta ao Brasil em segurança. Em novembro de 1935, Olga e Prestes participaram da articulação do movimento que mais tarde tornou-se conhecido como “Intentona Comunista”. Como resultado, acabaram sendo presos. Grávida de Prestes, Olga foi deportada para a Alemanha pelo governo brasileiro em setembro de 1936. Lá foi enviada a um campo de concentração onde deu à luz a Anita Leocádia Prestes. Não se sabe ao certo a data de morte de Olga, no entanto, um bilhete escondido na saia de uma prisioneira assassinada no mesmo campo de concentração revelou que ela fora asfixiada na câmara de gás. Uma mobilização internacional encabeçada pela família de Prestes conseguiu que Anita fosse libertada da prisão em 1942. (SCHUMACHER; BRAZIL, 2000, p. 455)

Federação de Mulheres do Brasil, sobre a qual me aprofundarei na próxima página. Percebe-se, por meio da trajetória de Branca Fialho, como o movimento de mulheres era um território de disputa e, conseqüentemente, de movimento, no período pós-Guerra.

1.5 As organizações de mulheres comunistas

O *Momento Feminino* era, sobretudo, um importante veículo de divulgação de um projeto que havia se iniciado já em 1946, de articular um movimento de mulheres nacional e unificado. Nesse período, multiplicaram-se pelo país uniões, ligas e associações de mulheres. Com o objetivo de unificar esses espaços, surgiu em 28 de outubro de 1946, no Rio de Janeiro, o Instituto Feminino de Serviço Construtivo (IFSC). Sob a liderança de Alice Tibiriçá, “funcionou como elo entre numerosas Uniões e outras entidades femininas no Rio de Janeiro”⁶².

As atividades no IFSC prepararam terreno para o surgimento, em 1949, da Federação de Mulheres do Brasil (FMB). Mais uma vez, foi confiada a Alice Tibiriçá a presidência da Federação, que contava ainda com a participação ativa de Nuta Bartlet James, Arcelina Mochel, Lydia da Cunha, Ana Montenegro, Sílvia Chalreo, Diana de Brito e Zilda Xavier⁶³. Com o adoecimento e posterior falecimento de Tibiriçá, Branca Fialho passou a presidir a organização. Macedo⁶⁴ explica que o surgimento da FMB “completou a estruturação formal do movimento de mulheres no Brasil sob a orientação política do pensamento de esquerda e do PCB em especial”. Nesse sentido, a Federação se colocava como uma aglutinadora de um movimento que acontecia de forma mais ou menos difusa em diferentes estados do país. A ideia era unificar a ação das brasileiras em torno dos direitos das mulheres e crianças.

O temário da Conferência Nacional Feminina, onde a FMB foi inaugurada, revelou os eixos centrais da agenda da organização ao longo dos anos em que atuou: a defesa dos direitos civis, econômicos e políticos das mulheres, a proteção da infância e a luta pela paz mundial. Tais temas desdobravam-se em questões como a carestia, isto é, o alto custo de vida; a falta de escolas e creches; a mortalidade infantil; a precariedade

⁶² PEREIRA, 2016, p. 17.

⁶³ MIRANDA, 2005, p. 163.

⁶⁴ MACEDO, 2001, p. 166.

do sistema de saúde e dos transportes públicos; a falta de regulamentação do emprego doméstico; a luta pela legalização do divórcio; a conscientização sobre a dependência econômica feminina; e a defesa da exploração estatal do petróleo, dentre outras.

Alves⁶⁵ destaca que “apesar da ligação com o PCB, existia alguma autonomia no movimento de mulheres de orientação comunista”, de modo que a FMB agregava mulheres de diferentes ideologias políticas. Entretanto, os vínculos com o PCB são notáveis. A agenda da Federação incorporou todas as bandeiras do partido, como a defesa da paz mundial, a luta contra o fascismo, a defesa da exploração estatal das riquezas naturais - principalmente do petróleo -, e a defesa dos direitos dos trabalhadores. A FMB, bem como o *Momento Feminino*, faziam campanha para as candidatas do partido em períodos eleitorais, que eram, muitas vezes, membras da federação e contribuintes do periódico. Tal vínculo com o PCB não impedia a organização de incorporar mulheres diversas como Nuta Bartlett James, uma das fundadoras da UDN que, em 1953, integrou a direção da FMB⁶⁶. Branca Fialho, que após a morte de Alice Tibiriçá assumiu a presidência, também não era pecebista e pertencia à Associação Brasileira de Educação, tradicionalmente identificada com a direita⁶⁷.

A própria Alice Tibiriçá não se identificava como comunista, apesar de alinhar-se à agenda do partido e de organizações femininas internacionais comunistas. Em 1948, o jornal *O Globo* publicara uma reportagem sobre uma passeata de mulheres que havia sido impedida. Segundo a matéria, o movimento era liderado por várias militantes comunistas, dentre elas Alice Tibiriçá, que enviou uma carta à redação:

Rio de Janeiro, 2 de março de 1948 - Ilmo. sr. dr. Roberto Marinho, diretor e redator-chefe de *O Globo* - Tendo lido em *O Globo*, de hoje, uma nota sob o título *Proibida a passeata de mulheres*, desejo fazer duas perguntas à Divisão de Polícia Política, pelas mesmas colunas deste jornal:

1ª - Que *passeata* foi proibida, se nenhuma havia sido programada?

2ª - Desde quando sou *militante comunista*, se nunca me filiei a partido político algum?

⁶⁵ ALVES, 2020, p. 123.

⁶⁶ É possível que udenistas e as pecebistas se unissem pelo interesse em comum em se contraporem à Getúlio Vargas.

⁶⁷ MACEDO, 2001, p. 205

Conforme *O Globo* já publicou, realiza-se, no Distrito Federal, por iniciativa das Uniões Femininas, ampla campanha contra a carestia. Tive ocasião de dizer há tempos - e repito agora - que não nos surpreendem tais deturpações quando se pretende combater o mercado negro, em que geral tantos interesses inconfessáveis. (...) ⁶⁸

Essa foi uma das muitas vezes em que Alice Tibiriçá seria pejorativamente taxada como comunista. Tal estratégia era comum quando o Estado e a mídia lidavam com mulheres envolvidas em alguma forma de militância; afinal, rompiam com o padrão ideal da “esposa zelosa-mãe exemplar”⁶⁹. Dessa forma, movimentos femininos eram comumente associados ao comunismo, mesmo quando se declaravam apartidários. Em 1949, por exemplo, Tibiriçá e Fialho seriam investigadas por terem assinado um manifesto da Organização Nacional de Defesa da Paz e da Cultura, da qual Fialho era vice-presidente. Ao serem questionadas em inquérito por se envolverem em um movimento “de iniciativa dos comunistas”, teriam afirmado que assinaram o documento por suas ideias, e não por qualquer filiação ao comunismo⁷⁰.

Diante de um anticomunismo crescente e de um governo que colocara o partido na clandestinidade no país, o rótulo comunista era uma maneira eficaz de “criminalizar” movimentos sociais diante da sociedade. Em entrada no dia 27 de outubro de 1949, a polícia política anotou: “Alice de Toledo Ribas Tibiriçá, é detentora de um vasto dossiê de atividades comunistas havendo, mesmo representado o P.C.B. em vários conclaves internacionais”⁷¹. Percebe-se que, mesmo nunca tendo se filiado ao partido, Alice era rotulada pela força repressiva como comunista, representante do PCB. Isso se dava pela proximidade de sua militância aos temas privilegiados pelos comunistas, além de sua filiação à Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM), organização que analisaremos com mais cuidado ao fim deste capítulo.

O monitoramento das militantes, bem como das atividades da Federação de Mulheres do Brasil como um todo era constante. A documentação produzida pelo Dops revela intensa preocupação, que resultava em boletins, relatórios e telegramas entre os

⁶⁸ MIRANDA, 2005, p. 160-161.

⁶⁹ MORENTE, 2017, p. 84.

⁷⁰ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XIX, n. 8169, p. 7, 11 jun. 1949.

⁷¹ APERJ, Fundo DPS, Ficha de Referência (ou Ficha Verde) 1412.

chefes de polícia informando sobre a movimentação dessas mulheres. Em radiograma para o diretor do Dops do Distrito Federal, um delegado de São Paulo informa⁷²:

O jornal “Hoje”, que é órgão comunista e se edita em São Paulo, anuncia para 23 deste mês, nesta capital, sob o título *Mulheres de todas as regiões no Primeiro Congresso Nacional*, no temário *a luta pela paz e contra a carestia*, esse congresso, que me parece não se poderá realizar, é organizado pela “Federação de Mulheres do Brasil” e a finalidade, clara é insofismavelmente interessa ao Partido Comunista e se destina a manter a agitação em São Paulo, que é o ponto nevralgico de suas tarefas. A publicação a que aludo diz que a representação dessa capital exporá, no congresso em apreço, a situação das favelas cariocas e as dificuldades de vida, enquanto a dos nordestinos [contarão?] as misérias das populações famintas. Entendo que é chegada a hora da proibição de funcionamento da “Federação de Mulheres do Brasil”, que é órgão auxiliar do PCB e está cumprindo suas tarefas com desembaraço e em prejuízo dos interesses nacionais⁷³.

O comunicado demonstra preocupação da polícia em relação ao movimento de mulheres, considerando-o perigoso por sua ligação intrínseca com o Partido Comunista. A conclusão do delegado de fato se concretizaria em 1957, quando um decreto de Juscelino Kubistchek proibiria o funcionamento da Federação de Mulheres do Brasil por seis meses. Em relatório⁷⁴, o delegado Olavo de Lima Rangel caracterizou a FMB como um dos braços da “frente legal comunista”, que atuava em nome do clandestino PCB. Assim, considerada como uma representante dos interesses soviéticos em território nacional, a organização feminina foi arbitrariamente posta na ilegalidade. Esse golpe parece ter sido fatal, de maneira que, após seu fechamento temporário, em 1957, e sem a presença na imprensa por meio do *Momento Feminino*, cuja última publicação foi no ano anterior, a FMB sofreu um intenso enfraquecimento.

Durante o período em que funcionaram, a IFSC e, depois, a FMB organizavam eventos nacionais e participavam de diversas conferências internacionais representando as mulheres brasileiras. No período, a maior parte desses eventos giravam em torno de três eixos principais: 1) a defesa dos direitos civis, econômicos e políticos das mulheres,

⁷² Apesar de parte da data ser ilegível no documento em questão, acredita-se que o diretor do Dops esteja se referindo ao I Congresso Nacional organizado pela Federação de Mulheres do Brasil (FMB) que seria realizado nos dias 23 à 25 de junho de 1951 em São Paulo.

⁷³ APERJ, Fundo DPS, Caixa 708, Pasta Comunismo, 108.

⁷⁴ APERJ, Fundo DPS, Caixa 709, Pasta Inquérito, Inquérito 14, folha 4.

2) a defesa da infância e da juventude e 3) a defesa da paz, “guarda-chuva que abrigava desde o movimento contra o alto custo de vida, até a defesa da exploração estatal dos recursos naturais”⁷⁵. Tais temas guiavam não só a agenda nacional como a agenda global de associações de mulheres por todo o mundo.

1.6 A Federação Democrática Internacional de Mulheres

Quem coordenava a grande maioria das convenções ao redor do mundo era a Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM). Fundada em Paris, em novembro de 1945, a organização atuava como um “guarda-chuva” que agregava organizações filiadas em todo o mundo com o objetivo comum de proteção da paz, luta pelo direito das mulheres e das crianças e combate ao fascismo. Seus membros incluíam mulheres progressistas de diversas partes do mundo, sendo grande parte delas filiadas ao Partido Comunista. Francisca de Haan destaca que, já em sua reunião inaugural, mulheres não-europeias começaram a expandir o programa inicial, acrescentando o anticolonialismo e o anti-imperialismo à agenda da federação⁷⁶. Segundo elas, a fim de atingir um mundo justo e pacífico, não poderiam limitar-se à luta contra o fascismo, havendo de combater também o colonialismo e o imperialismo que subjugavam diversos povos ao redor do globo. Desta forma, para as integrantes da FDIM, a luta das mulheres estava intrinsecamente ligada a questões de classe, raça, guerra, paz, democracia, fascismo ou imperialismo⁷⁷. Pode-se dizer que a Federação tinha o que hoje chamamos de interseccionalidade como ponto central de seu programa, compreendendo as experiências das mulheres como um entrelaçamento de fatores não-hierarquizáveis.

Desde sua fundação, mulheres latino-americanas tiveram papel de destaque na organização. A brasileira Branca Fialho foi vice-presidente da FDIM de 1955 a 1961. Fanny Edelman, secretária-geral da União de Mulheres da Argentina (UMA) e presidente do Partido Comunista da Argentina, foi vice-presidente da FDIM, e sua colega Margarita de Ponce, presidente da UMA, foi vice-presidente honorária. Outra

⁷⁵ ALVES, 2020, p. 117.

⁷⁶ DE HAAN In: VALOBRA, Adriana; YUSTA, Mercedes, 2017, p. 22.

⁷⁷ Ibid, p. 27.

argentina, Rosa Jasovich-Pantaleón, atuou como secretária-geral. A uruguaia Julia Arévalo foi vice-presidente da FDIM⁷⁸. Além delas, várias outras mulheres latino-americanas fizeram parte do conselho da Federação e de seu Comitê Executivo, ou Bureau.

Logo após a reunião de fundação da Federação, a secretária-geral Marie-Claude Vaillant-Couturier fez uma viagem para Argentina, Chile, Brasil e Uruguai a fim de divulgar o trabalho da FDIM, bem como obter uma melhor compreensão da realidade daquelas localidades. Durante a guerra, Vaillant-Couturier fez parte da resistência francesa e, por isso, foi deportada para Auschwitz-Birkenau, o maior campo de concentração e extermínio alemão. Sobreviveu mais de dois anos às terríveis condições dos campos até que, em abril de 1945, foi libertada pelo exército soviético. Em sua visita ao Rio de Janeiro, a militante visitou a Assembleia Constituinte, onde foi homenageada pelos deputados. Em São Paulo compareceu a solenidade de posse da nova diretoria da União das Mulheres Democráticas de São Paulo. Em uma entrevista concedida ao *Correio Paulistano*, mostrou-se impressionada com a desigualdade social observada no país: “Admirei-me principalmente de ver grandes palácios ao lado de choupanas miseráveis, e fiquei impressionada ao ver que a miséria e a pobreza vivem juntas”⁷⁹. Tal percepção parecia contrariar uma ideia geral europeia de que as Américas estariam “nadando em dinheiro”. A francesa surpreendeu-se também com o grande entusiasmo das militantes no país: “As brasileiras procuram participar de todos os movimentos que interessam ao país; auxiliar as autoridades na solução de todas as questões de abastecimento, combate à alta do custo da vida, a educação da criança e, também, participar da vida política do país”. A partir de então, os laços entre as brasileiras e a Federação Democrática Internacional de Mulheres foram firmados.

Sua presença no Brasil não foi vista por todos, no entanto, como positiva. O jornal *A Manhã* publicou uma matéria acusando Vaillant-Couturier de ter motivos diversos para sua viagem. Segundo a reportagem, a francesa não estaria no Rio de Janeiro para conhecer a cidade mas, na verdade, sua visita teria o propósito de trazer para Luiz Carlos Prestes uma mensagem dos dirigentes internacionais do Partido

⁷⁸ Ibid. p. 17.

⁷⁹ “O Brasil não está nadando em ouro conforme pensam os franceses”. *Correio Paulistano*, ano XCIII, n. 27.727, p. 12, 21 ago. 1946.

Comunista. Sem nunca ter visto ou ouvido o conteúdo do bilhete, o jornal especula que seria uma condenação à tática adotada pelo PCB até então, prevendo que em breve o partido mudaria sua linha política⁸⁰. Por falta de evidências, não se pode afirmar que a suspeita tenha sido falsa ou verdadeira. No entanto, é interessante observar a visão que se tinha da Federação Democrática Internacional de Mulheres. Por meio do Comitê de Atividades Antiamericanas da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos (HUAC), o governo estadunidense difundia a ideia de que a FDIM era um braço soviético, utilizando-se da questão das mulheres como ponte para a internacionalização do regime socialista⁸¹. Muito do trabalho da Federação foi possível devido ao apoio material e político que recebeu da União Soviética⁸², contudo, analisando a documentação relacionada à FDIM em arquivos russos e europeus, Gradszkova demonstra que não há qualquer evidência de que a Federação seguisse secretamente uma agenda do governo soviético⁸³. É importante notar, porém, que a FDIM não apoiava a Luta pela Paz, o anti-imperialismo e os direitos da mulher *apesar* de seus membros serem, em sua maioria, comunistas ou simpatizantes. Elas o faziam *porque* esses ideais eram centrais na cosmovisão comunista⁸⁴.

O primeiro evento organizado pela FDIM foi aquele de fundação, em 1945, o Congresso Internacional de Mulheres, em Paris. A segunda edição ocorreu em 1948, em Budapeste. O Terceiro Congresso Internacional de Mulheres tomou parte em Copenhague, em 1953. Cinco anos mais tarde, em 1958, se realizaria o quarto encontro. Além de suas reuniões principais, ocorreram outros eventos como a Conferência em Defesa das Crianças, realizada em Viena, em 1952, e o Congresso Mundial de Mães, instalado em Lausanne, em 1955. Houve ainda reuniões posteriores, que não serão abordadas no escopo desta pesquisa. Foi nas reuniões executivas e de conselho da FDIM, bem como nos seus congressos, que líderes de organizações de mulheres socialistas, comunistas e/ou feministas de esquerda ao redor do mundo se encontravam,

⁸⁰ Prestes advertido pela Rússia. *A Manhã*, ano VI, n. 1563, p. 1, 11 set. 1946.

⁸¹ DE HAAN, 2012.

⁸² DE HAAN In: In: VALOBRA; YUSTA, 2017, p. 17.

⁸³ GRADSKOVA, 2021, p. 24.

⁸⁴ DE HAAN In: VALOBRA; YUSTA, 2017, p. 18.

apresentavam propostas, e chegavam em acordos sobre suas agendas e prioridades⁸⁵. Além da organização de eventos internacionais, a FDIM mantinha o *Women of the Whole World*, ou *Mulheres do Mundo Inteiro*, periódico publicado em seis idiomas com a finalidade de informar sobre as atividades da organização, assim como estabelecer contato com outras organizações filiadas e informá-las sobre a situação das mulheres ao redor do mundo. Suas publicações estendiam-se também para boletins informativos e panfletos, alguns dos quais serão analisados nos capítulos seguintes deste trabalho.

Em uma carta apreendida pelo Dops⁸⁶, Lydia da Cunha acusa o recebimento dos documentos enviados pela Federação Democrática Internacional de Mulheres à Federação de Mulheres do Brasil (FMB), incluindo cartas enviadas mais cedo naquele ano, os Boletins-Radio Press números 5, 6, 7 e 9, o Boletim informacional especial número 5 e a sétima edição da revista *Mulheres do Mundo Inteiro*. Agradece também por terem enviado uma cópia das resoluções de uma reunião do Bureau da FDIM. Por fim, a representante da FMB solicita à Federação Internacional o endereço de Lia Laffaye, uma militante chilena com a qual gostariam de estabelecer contato. Ainda nesta carta, fornece informações sobre a saúde de Branca Fialho, garantindo que a brasileira pretendia participar da próxima reunião do Conselho da FDIM. Percebe-se que a FDIM funcionava como um centro capaz de informar e conectar associações de mulheres em todo o mundo, mantendo uma agenda em comum entre o movimento de mulheres comunistas internacional. Em contrapartida, tais associações mantinham a Federação Internacional informada sobre suas atividades e demandas a fim de fortalecer suas lutas.

Não era só o Dops que mantinha olhares atentos à movimentação da Federação Democrática Internacional de Mulheres. Suas atividades eram monitoradas por órgãos de informação de diversos Estados. Em 10 de junho de 1948, Tennant, oficial da embaixada britânica em Paris, enviara uma carta ao escritório de assuntos estrangeiros londrino declarando estar “extremamente interessado na cópia do Boletim Informacional da Federação Democrática Internacional de Mulheres”⁸⁷. Outro exemplo pode ser citado através da documentação da Agencia Central de Inteligência (CIA)

⁸⁵ DE HAAN, 2023, p. 17.

⁸⁶ APERJ, Fundo DPS, Caixa 739, Pasta Diversos, notação 35, p. 38

⁸⁷ Arquivo Nacional Britânico, FO 1110/66.

estadunidense. Em 1956, a organização compilou um extenso documento sobre a FDIM contendo informações sobre as organizações à ela afiliadas, sua força, endereços e publicações⁸⁸. Nesse relatório, as uniões femininas são caracterizadas como “organizações paralelas”.

Este capítulo buscou criar as bases para que possamos compreender a inserção das brasileiras em uma rede internacional de mulheres comunistas coordenada pela Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM). Pudemos verificar como o momento pós-Segunda Guerra Mundial criou um contexto de precariedade que levou as mulheres à organização política, fosse ela em Uniões Femininas, associações de bairro ou cidade, ou mesmo a Federação de Mulheres do Brasil (FMB). Por meio da atuação do *Momento Feminino*, percebemos também como o periódico teve um papel crucial neste processo, permitindo que as brasileiras conhecessem as organizações atuantes em suas regiões e se informassem sobre temas de relevância nacional e internacional. Por fim, conhecemos mais a fundo a FDIM com o intuito de entendermos como as agentes políticas brasileiras que se organizavam na década de 1940 passaram a fazer parte de uma rede internacional de militantes.

⁸⁸ CIA-RDP78-00915R000600140010-9. Disponível em: <
>. Acesso em: 7 jul. 2025.

2.

Donas de casa, advogadas, professoras: viajantes do mundo

Nair Batista, poetisa, representante do Comitê de Mulheres Pró-Democracia; Djanira da Castro, enfermeira, representante de São Paulo; Nice Figueiredo e Arcelina Mochel, advogadas, representantes do Instituto Feminino de Serviço Construtivo e do *Momento Feminino*, respectivamente: essas quatro mulheres formavam a delegação brasileira que partiu para Budapeste a fim de participar do II Congresso Internacional de Mulheres organizado pela Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM), que seria realizado nos dias 1 a 6 de dezembro de 1948.

Neste capítulo, buscarei traçar os primeiros congressos internacionais frequentados pelas comunistas brasileiras, realizados entre os últimos anos da década de 1940 e o início da seguinte. Serão analisados o II Congresso Internacional de Mulheres, as reuniões de conselho da FDIM, o I e o II Congresso Mundial da Paz e a Conferência Continental Americana pela Paz. Durante essa análise, explorarei também quem foram essas viajantes que representavam o Brasil no exterior, apresentando brevemente suas trajetórias até que chegassem ali, bem como, quando possível, suas participações nos congressos em questão. Ao passearmos por esses eventos perceberemos a predominância do tema da Paz, revelando-nos as novas diretrizes do Partido Comunista soviético, seus efeitos no Partido Comunista brasileiro e, consequentemente, na militância cotidiana das mulheres para as quais volto meu olhar nessa pesquisa.

Apesar de terem saído do país com o intuito de chegar na Hungria no primeiro dia de dezembro, não tiveram viagem fácil. O Bureau Militar Americano negou o visto dos seus passaportes, de modo que as brasileiras não poderiam passar de trem por nenhuma zona ocupada pelos estadunidenses. Assim, tiveram de esperar para que as condições climáticas se tornassem mais favoráveis para que, então, embarcassem em um voo que as levasse ao Congresso. Sobre esse período conturbado, Nice Figueiredo escreve: “Sete dias trabalhamos sem cessar. Levantávamos, cedo, noite ainda e arrumada a bagagem nos enfiávamos pela neblina escura de Paris e íamos ao Bourget na esperança de, naquele dia, fazer a viagem esperada para Budapeste”⁸⁹. Depois de sete

⁸⁹ Um dia em Budapeste. *Momento Feminino*, ano II, n. 60, p. 6, 30 jun. 1949.

dias indo ao aeroporto diariamente, a delegação brasileira pôde finalmente aterrisar em Budapeste. Chegaram, entretanto, no dia seguinte ao encerramento do evento. A advogada não deixou de expressar sua frustração: “O Congresso já havia terminado sem que tivéssemos podido dizer nas assembléias que as mulheres brasileiras, também, estavam procurando construir o seu mundo melhor, de paz e de felicidade. Não importa. Tôdas as mulheres que lá estavam sabiam disso. Muito aprendemos, porém, nos dias passados em Budapeste”.

Apesar do atraso, uma comissão da Associação Democrática de Mulheres Húngaras (MNDSZ) recebeu Nair, Djanira, Nice e Arcelina, juntamente com algumas delegadas atrasadas de outras delegações. Em artigo para o *Momento Feminino*, Arcelina Mochel relata que um novo programa foi preparado para essas mulheres, “como se os trabalhos não tivessem terminado”. Eugénie Cotton, francesa fundadora da FDM, organizou uma entrevista coletiva a fim de atualizar as delegadas atrasadas sobre o que havia sido discutido nos dias anteriores por centenas de mulheres de todo o mundo. Em seguida, as brasileiras participaram de um programa de visitas, recepções e reuniões, além de assistirem a um filme do Congresso: “Podemos mesmo dizer que vivemos aquele trabalho, pois as cenas eram tão vivas e tão fieis que nos sentimos presentes às sessões”⁹⁰. Certamente as delegadas brasileiras sentiam-se frustradas por não conseguirem chegar a tempo de participarem da programação oficial do conclave. Sabemos também que dificilmente assistir a um filme do Congresso faria com que elas se sentissem “presentes às sessões”. No entanto, é importante lembrar que essas militantes estavam escrevendo para um jornal do Partido, *O Momento Feminino*, e provavelmente gostariam que seus esforços de articulação internacional fossem valorizados.

Na imagem, Nice Figueiredo pode ser vista de vestido branco. Quando mais jovem, havia atuado como professora na rede pública e participado ativamente das atividades do Centro Acadêmico da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, envolvendo-se especialmente com questões das mulheres na universidade. Formou-se em 1945, quando começou a atuar como advogada. Foi também nesse período que tornou-se membro do Instituto Feminino de Serviço Construtivo, onde

⁹⁰ *Momento Feminino*, ano I, n. 54, p. 2, 7 jan. 1949.

atuava no Departamento de Direitos da Mulher. Escrevia frequentemente para *O Momento Feminino*, abordando geralmente assuntos que tangiam o direito, como divórcio, dependência financeira das mulheres, restrições legais sofridas pela mulher casada e igualdade de direitos, entre outros.

Figura 5 - As delegadas atrasadas ao II Congresso Internacional de Mulheres.



Fonte: *Momento Feminino*, ano I, n. 54, p. 2, 7 jan. 1949.

No periódico, Figueiredo trabalhava ao lado de Arcelina Mochel, diretora do *Momento Feminino*, na imagem vestida de preto segurando uma pasta branca. A maranhense havia iniciado sua militância política na Juventude Comunista em 1933, época em que era estudante de Direito. Fora nomeada interinamente como promotora da comarca de Coroatá, antes mesmo de se graduar, sendo a primeira mulher a exercer o cargo no local. Ao se formar, passou em primeiro lugar em concurso público para promotor, mas seu nome foi preterido em favor do segundo colocado. Deslocou-se, então, para o Distrito Federal, onde foi eleita vereadora com amplo suporte das

mulheres trabalhadoras. Nesse período, participou da fundação da Federação de Mulheres do Brasil, onde atuava como secretária-geral. Em 1954, foi eleita como parte do Comitê Central do PCB durante o IV Congresso do partido⁹¹.

Além das advogadas, compunham também a delegação brasileira no II Congresso Internacional de Mulheres, a enfermeira obstétrica Djanira da Castro e a poetisa Nair Batista. Esta última era, assim como Arcelina Mochel, ligada ao PCB, integrando a célula 2 de Julho⁹². Assim como as suas companheiras de viagem, ela foi ativa na luta contra a carestia. Em 1949, faria parte da comissão organizadora da I Convenção Feminina do Distrito Federal. Era membro do Departamento Infanto-juvenil da Associação Brasileira de Escritores (ABDE) e, como tal, seria uma das organizadoras de uma conferência nacional preparatória para a Conferência Internacional de Defesa da Infância, realizada em Viena em 1951. Iria ao II Congresso Internacional de Mulheres como representante do Comitê de Mulheres Pró-Democracia. Junto com Arcelina e Nice trabalhou no *Momento Feminino*, do qual se tornaria redatora chefe em 1955.

A participação da delegação brasileira neste primeiro congresso internacional organizado pelas mulheres comunistas foi, principalmente, uma experiência de aprendizagem. Em uma coluna do *Momento Feminino*, a militante e escritora Eneida de Moraes explica:

Lá fomos aprender. Vamos talvez mais aprender do que ensinar. Nossa voz se juntou a voz de todas as outras mulheres para dizer do descalabro de nossa vida: nossas crianças estão morrendo, não possuímos creches nem lactários, nossos salários são diminutos, nossos direitos garantidos pela Constituição nunca são respeitados. Fomos falar no analfabetismo, na miséria das nossas irmãs do campo, falar no custo tão alto de nossa vida, na falta de tudo que é primário em nossos lares. Outras mulheres disseram a mesma coisa. Mas outras disseram dessa etapa vencida por elas, e diriam conquistaram seu lugar dentro da vida, como vivem e dessas experiências voltaremos mais fortes e mais conscientes⁹³.

O Congresso era, então, uma oportunidade para que as brasileiras expusessem suas lutas cotidianas diante de suas companheiras estrangeiras. No entanto, igual importância era

⁹¹ CORREA; VISCO, 2022, p. 12-13.

⁹² Notícias do Partido Comunista do Brasil. *Tribuna Popular*, ano II, n. 427, p. 6, 24 out. 1946.

⁹³ Nosso Congresso. *Momento Feminino*, ano I, n. 53, p. 2, 10 dez. 1948.

dada pelo que podiam ouvir no evento. Não só para conhecerem as mazelas de outras mulheres ao redor do globo, mas a fim de entenderem como obstáculos parecidos com aqueles enfrentados por elas eram superados. Isto é, quais estratégias poderiam ser aprendidas para resolverem problemas similares, mesmo que em contextos diversos. O Congresso se tornava, assim, uma fonte de força e esperança para as militantes ali presentes.

O tema central do II Congresso Internacional de Mulheres foi a manutenção da paz. Em 1948, as cicatrizes da Segunda Guerra Mundial estavam ainda abertas, com territórios, famílias e economias destruídas. Membros da FDIM, como a espanhola Dolores Ibárruri e a russa Nina Popova, participaram ativamente da resistência antifascista⁹⁴. A própria Hungria, onde se instalava o Congresso, ainda apresentava ruínas e áreas de reconstrução frutos da destruição de guerra. Ao mesmo tempo, grandes potências mundiais reforçavam suas indústrias bélicas, construía bases militares e investiam no desenvolvimento de bombas atômicas. Assim, nesse Congresso, as mulheres ali reunidas buscaram compartilhar de que forma a experiência de guerra as afetou em cada parte do mundo e o que vinham fazendo em suas lutas diárias para contribuir na manutenção da paz. Tangentes ao tema central, estavam a defesa da democracia e dos direitos das mulheres, sem os quais, segundo as conferencistas, não haveria plena paz mundial.

Se nesse Congresso as delegadas brasileiras foram impedidas de acompanhar o evento integralmente e tiveram sua participação reduzida, no ano seguinte, uma representante do país discursava na reunião do Conselho da Federação Democrática Internacional de Mulheres. Entre os dias 17 e 22 de novembro de 1949, Fanny Tabak esteve em Moscou a fim de debater as questões urgentes com outras 107 mulheres. Natural do bairro carioca de Cascadura, era filha de imigrantes judeus russos que haviam se firmado no Brasil em 1922. Formou-se na Escola Normal como professora, atividade que exerceu até o fim da vida, e deu continuidade aos estudos na Universidade do Brasil, onde se formou em Ciências Sociais em 1943. Participou da Liga de Defesa Nacional e filiou-se ao PCB, firmando seu lugar na luta social. Foi uma das fundadoras da Federação de Mulheres do Brasil, em 1949, e dirigiu o *Momento Feminino*. Mais

⁹⁴ Ver mais sobre Ibárruri e Popova em: DE HAAN, Francisca (Ed.). *The Palgrave Handbook of Communist Women Activists around the World*. Suíça: Palgrave Macmillan, 2023.

tarde, na década de 1960, mudaria-se com seu marido, Salomão Tabak, para Moscou, onde faria sua pós-graduação. Ao retornarem para o Brasil, devido à intensa perseguição por parte dos militares, emigrariam para Londres junto com seus três filhos. Lá faria um curso de especialização em sociologia do desenvolvimento. Em 1967, retornariam ao Brasil, onde Fanny Tabak lecionaria na Faculdade de Filosofia e Letras de Araraquara, na Fundação Getúlio Vargas, na Universidade Federal Fluminense e, por fim, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Publicaria ainda diversos livros e desenvolveria vários projetos relacionados à luta das mulheres no Brasil⁹⁵. Professora e escritora, a militante teve sua jornada marcada pela presença constante nas salas de aula cariocas e pela luta a favor dos direitos dos servidores públicos.

Tabak foi a única brasileira nesta sessão da FDIM, já que a polícia negou os vistos de Alice Tibiriçá e outras delegadas⁹⁶. Às 11 horas da manhã do dia 17, dirigiu-se aos primeiros trabalhos da conferência, onde assistiu à abertura feita pela vice-presidente da FDIM, Nina Popova⁹⁷. Seguiu-se a eleição do Comitê Executivo da Federação e as discussões em pauta na ocasião. Segundo relatório da reunião, “as decisões da sessão foram direcionadas a fortalecer ainda mais a unidade do movimento internacional democrático das mulheres, a estender e ativar o trabalho do FDIM na luta pela paz, contra os belicistas, em defesa dos direitos econômicos das mulheres e crianças dos países capitalistas”⁹⁸. Assim, após a realização do II Congresso Mundial de Mulheres, a FDIM discutia em Moscou quais seriam os próximos passos das militantes dentro da luta pela paz. A tarefa da federação era garantir a amplitude e a coesão do movimento pacífico que, apesar de ter se originado em território soviético, era essencialmente internacionalista:

O campo da paz não conhece fronteiras geográficas. Essas fronteiras passam por todos os países onde você tem, de um lado, o povo, os

⁹⁵ SCHUMAHER; BRAZIL, 2000, p. 216.

⁹⁶ Trechos das intervenções da delegada da Federação de Mulheres do Brasil, Fany Bastos, na Conferência de Moscou. *Momento Feminino*, ano III, n. 64, p. 17, jan. 1953.

⁹⁷ A presidente da organização, Eugénie Cotton, não esteve presente na ocasião devido à condição de saúde de seu marido.

⁹⁸ LSE Special Collections pamphlets, 060 SES, Session of Council of the Women's International Democratic Federation, Moscow, November 17-22, 1949, Women's International Democratic Federation, Berlin, 1949. p. 3. [tradução própria]

homens e mulheres comuns e sensatos para quem a guerra é odiosa e que lutam de corpo e alma por uma vida pacífica e, de outro lado, um punhado de monopolistas financeiros e imperialistas que estão sedentos por outra guerra como um meio de aumentar ainda mais seus lucros fabulosos⁹⁹.

Nesse sentido, a luta pela paz estava intrinsecamente ligada ao capitalismo: de um lado estavam os monopólios financeiros que lucravam com a guerra e, de outro, os militantes que lutavam pelo fim dela. Para barrar o avanço bélico estadunidense seria necessário um esforço mundial de fortalecimento da campanha pela paz. Por isso, a FDIM organizava conferências internacionais e convocava suas delegadas a formarem comitês nacionais de Defesa da Paz.

Sobre a situação particular de cada país, as delegadas fizeram suas falas. Fanny Tabak ressaltou em seu discurso a corajosa resistência dos brasileiros “à política reacionária fascista de nosso governo”¹⁰⁰. Isso porque mesmo na fase republicana do governo Vargas, muitas práticas autoritárias do Estado Novo se mantinham, sustentando o controle sobre o movimento sindical e vigilância aos seus opositores. A delegada explicou que crescia a cada dia no país a luta do povo contra a fome, a miséria e a expansão imperialista, afirmando o lugar do Brasil ao lado da União Soviética, “a campeã da paz em todo o mundo”. Colocava, assim, a luta brasileira ao lado da de tantos outros países ali presentes, ao mesmo tempo que destacava questões particulares enfrentadas por seu povo, como o governo e a questão da fome e da miséria.

Parte da conferência consistiu em uma recepção às delegadas para que elas se familiarizassem com os trabalhos que estavam sendo feitos pelas soviéticas. Foram organizadas visitas à fábricas, centros de bem-estar infantil, institutos científicos, museus e teatros de Moscou¹⁰¹. Sobre essa experiência, Fanny Tabak escreveu uma matéria no *Momento Feminino*. Ao descrever a fábrica que visitou, notou que a maioria dos trabalhadores eram mulheres, sendo muitas delas chefes de seções importantes. Teve a oportunidade de conversar com as operárias, que a impressionaram por seu alto nível político “pois tôdas conheciam os principais problemas da política mundial e as

⁹⁹ LSE Special Collections pamphlets, 060 SES, Session of Council of the Women's International Democratic Federation, Moscow, November 17-22, 1949, Women's International Democratic Federation, Berlin, 1949. p. 5. [tradução própria]

¹⁰⁰ Ibid, p. 16. [tradução própria]

¹⁰¹ Ibid, p. 3.

atividades da F.D.I.M.”¹⁰². Tabak se impressionou com o grande suporte dado pelo governo soviético às artistas - cantoras, bailarinas, atrizes, etc. Assistiu e teceu elogios a um recital onde se apresentaram diversos cantores e a bailarina azerbaijana Tamara Xanun. Observou também o grande número de mulheres envolvidas na ciência e explicou que o ensino superior gratuito permitia que as mulheres avançassem nos estudos: “As creches cuidam de seus filhos e o Estado lhes dá uma bolsa de estudos para se poderem manter, até concluírem o curso”. Tabak estava, portanto, observando em primeira mão como uma demanda das brasileiras em território nacional funcionava na prática, afinal a luta por creches era recorrente no cotidiano de suas conterrâneas.

Fanny Tabak visitou ainda uma maternidade que seguia a última inovação soviética: a técnica de parto sem dor, também conhecido como parto psicoprofilático. Tratava-se de uma técnica desenvolvida pelos neuropsicólogos russos Velvovski e Platonov, em parceria com os obstetras Plotitcher e Chougom. Ao contrário do que o nome pode nos remeter nos dias atuais, o Parto Sem Dor (PSD) não envolvia nenhum tipo de droga, mas fundamentava-se na preparação da gestante a fim de descondicional o reflexo contração = dor e, por meio de exercícios de atenção plena e respiratórios, associando contração à respiração¹⁰³. Nesse sentido, os cientistas russos buscavam desvincular a dor do parto de seu caráter bíblico inevitável e buscar uma racionalidade para esse processo, de modo que a gestante, mais consciente do funcionamento de seu corpo, fosse peça chave na produção de um parto indolor pelo uso de técnicas de relaxamento e respiração. O PSD colocava a mãe no centro do trabalho de parto, fazendo dela agente do seu processo. A ideia era que essa mulher conhecesse seu corpo tão bem a ponto de aplicar em si técnicas que aprendera e que a ajudariam a ter um parto tranquilo. Em 1953, quando novamente delegadas brasileiras estiveram na União Soviética, escreveram também sobre a técnica aplicada nas maternidades locais:

Na União Soviética, atualmente, tôdas as mulheres dão à luz sem sentir uma única dor. Prova disto tivemos quando conhecimentos nesta maternidade número 32 uma operária de uma fábrica de cimento. Seu nome é Shia Kirivosheva. Tinha dois filhos, e estava na sala de parto, prestes a ser mãe pela terceira vez. Encontrava-se no

¹⁰² Na U.R.S.S. a mulher já conquistou seus direitos. *Momento Feminino*, ano III, n. 65, p. 7, 24 fev. 1950.

¹⁰³ FREDDI, 1973, p. 114.

momento de dar à luz e apresentava aspecto sereno, sem dar um gemido, sem sentir dor alguma, segundo suas próprias palavras. Antes de terminada a nossa visita, soubemos que havia tido um menino, pesando 4,100 kg e que todo o trabalho de parto durara somente 3h 40m. Estava muito feliz, pois ser mãe na União Soviética não é um problema, como infelizmente o é em nosso país. A mãe e a criança são cercadas dos maiores cuidados por parte do Estado¹⁰⁴.

Em meados da década de 1950, o método soviético seria importado para a França pelo médico Fernand Lamaze. Mais tarde, espalharia-se para a Suíça, a Holanda, a Bélgica, a Grã-Bretanha e a Península Ibérica. Em 1980, os avanços da anestesia peridural limitaram a utilização do PSD¹⁰⁵.

Mais cedo naquele ano, as brasileiras haviam participado, ainda, do Congresso Continental Americano pela Paz, realizado entre os dias 5 e 10 de setembro de 1949. A delegação fora composta por Arcelina e Eline Mochel, Marinette Lins e Rosa Roitman. Em matéria do *Momento Feminino* sobre o conclave realizado na Cidade do México, Roitman destacou a grande participação feminina, afirmando que aquela fosse talvez “a maior oportunidade de todas as mães”¹⁰⁶. Marinette Lins iluminou ainda a importância de reunir “todas as correntes democráticas e progressistas do continente”, revelando sua multiplicidade de credos, cores e opiniões políticas no Congresso.

2.1 Stálin: “o campeão da Paz”

O mote central do II Congresso Internacional de Mulheres organizado pela FDIM estava alinhado à orientação mais recente da União Soviética que, no contexto dos primeiros movimentos da Guerra Fria, desejava barrar o avanço militar estadunidense. Desse modo, 1948 marcou o início do Movimento pela Paz, ou Luta pela Paz. Em agosto daquele ano, realizou-se na Polônia o Congresso Mundial dos Intelectuais pela Paz. Em novembro, ocorreu ainda o Congresso Nacional dos Combatentes da Paz, na França. No mês seguinte, realizou-se o Congresso Internacional de Mulheres da FDIM, em Budapeste, do qual tratamos no início deste capítulo.

¹⁰⁴ Na URSS a mulher se libertou dos sofrimentos da maternidade. *Momento Feminino*, ano VII, n. 101, p. 11, ago.-set. 1953.

¹⁰⁵ GEORGE, 2020.

¹⁰⁶ A Voz Feminina no Congresso do México. *Momento Feminino*, ano III, n. 62, p. 8, 30 out. 1949.

Estes eventos deram o pontapé inicial ao Movimento pela Paz, que foi consolidado logo em sequência, em abril de 1949, com o primeiro Congresso Mundial dos Partidários da Paz, realizado em Paris e Praga. O conclave, que reuniu cerca de 2000 pessoas de 75 países, ocorreu em dois países simultaneamente pois o governo francês se recusou a permitir a entrada de alguns delegados da Ásia em seu território. O objetivo do congresso era organizar uma grande campanha internacional pela paz. Tal construção se dava, principalmente, pela coleta de assinaturas ao redor do globo que seriam enviadas à ONU a fim de demonstrar a vontade geral pela paz mundial. A fim de coordenar estes trabalhos, foi formada nesta reunião o Comitê Mundial dos Partidários da Paz¹⁰⁷. O Brasil foi representado pelos professores Belford de Matos e Paulo Fonseca, o escritor Caio Prado Jr. e Helena Prado, presidente da Federação de Mulheres do Estado de São Paulo (FMESP).

Em março 1950, quando o Comitê Mundial dos Partidários da Paz realizou sua terceira sessão plenária, em Estocolmo, estabeleceu-se que o foco do Movimento pela Paz a partir de então seria a Campanha pela Proibição das Armas Atômicas, também conhecida como Apelo de Estocolmo. Sugerida pelo físico comunista Frédéric Joliot-Curie, a campanha consistiria na coleta de milhares de assinaturas pela proibição do uso de armas atômicas por qualquer país, bem como o fim dos arsenais atômicos já existentes¹⁰⁸. Ao enviar um grande número de assinaturas à ONU, esperava-se conter o desenvolvimento bélico dos Estados Unidos, sobretudo seu arsenal nuclear, evitando um conflito direto e, potencialmente, uma nova guerra mundial.

Hoje sabemos que uma Terceira Guerra Mundial não chegou a acontecer, mas é importante lembrar que os homens e mulheres daquele tempo haviam acabado de presenciar a Segunda Guerra Mundial e genuinamente temiam um novo conflito. Muitos deles haviam enfrentado ambas as guerras mundiais, de maneira que conheciam de perto os horrores de confrontos como esses. Hobsbawm explica que, embora o conflito não tenha acontecido, “por cerca de quarenta anos pareceu uma possibilidade diária”¹⁰⁹. A crescente disputa entre Estados Unidos e União Soviética, somada ao

¹⁰⁷ Após o II Congresso Mundial da Paz, o Comitê Mundial dos Partidários da Paz passaria a se chamar Conselho Mundial da Paz.

¹⁰⁸ RIBEIRO, 2011, p. 21-22.

¹⁰⁹ HOBBSAWM, 1995, p. 51.

desenvolvimento cada vez maior de armamentos nucleares, tornava tal possibilidade cada vez mais tangível.

Por isso, em 1949, a “luta pela paz” havia sido estabelecida como tarefa central do movimento comunista durante a reunião do Kominform¹¹⁰. Em uma reunião do Bureau Político do Partido Comunista Soviético, em novembro de 1949, Stálin teria afirmado que “toda a atividade dos partidos comunistas deve subordinar-se a esta tarefa central: assegurar uma paz sólida e duradoura”¹¹¹. Assim sendo, os partidos comunistas ao redor do mundo deveriam fazer do Movimento pela Paz sua prioridade. Afinal, tratava-se de um esforço internacional pela paz mundial que só seria atingida com forte dedicação dos militantes dos mais diversos países.

Tal iniciativa soviética rendeu a Stálin a imagem do “campeão da paz”. Durante o encerramento da reunião da Federação Democrática Internacional de Mulheres em novembro de 1949, as mulheres adotaram uma carta de saudações a ele:

Estamos felizes que nossa sessão esteja sendo realizada em Moscou e que possamos aqui expressar ao Generalíssimo Stalin a gratidão ilimitada das mulheres do mundo inteiro não apenas pela brilhante vitória conquistada sobre as hordas de Hitler, mas também pela luta constante e incessante que ele sempre travou em prol da paz. Desejamos expressar ao Generalíssimo Stalin nossa total confiança de que em suas mãos a paz está protegida de forma confiável e que ele pode contar com cada um e todos nós, que em nossos próprios campos particulares seguiremos seu exemplo e dedicaremos nossos esforços ao serviço da paz e da humanidade.¹¹²

Segundo o relatório do encontro, a enunciação da mensagem foi seguida de uma “ovação tempestuosa” que “sacudiu o salão”. As mulheres exclamavam “Viva Stálin” e “Viva a paz em todo o mundo” em todas as línguas por vários minutos. A homenagem ao líder soviético em uma reunião direcionada à luta pela paz demonstra como mulheres de todo o mundo tinham uma percepção de Stálin associada ao Movimento pela Paz.

¹¹⁰ Fundado em 1947, o Kominform foi uma organização comunista internacional com o objetivo de reunir os partidos comunistas de diversos países sob uma diretriz comum.

¹¹¹ CLAUDIN, 1970 apud RIBEIRO, 2011, p. 78.

¹¹² LSE, Special Collections pamphlets, 060 SES, Session of Council of the Women’s International Democratic Federation, Moscow, November 17-22, 1949, Women’s International Democratic Federation, Berlin, 1949. [tradução própria]

Sua imagem era daquele que teria sido pioneiro no esforço pela paz mundial, encabeçando um movimento internacional em prol do todo.

A percepção apresentada na reunião da FIDM era compartilhada pelas comunistas brasileiras. Em seu aniversário, *O Momento Feminino* publicou uma saudação ao líder da URSS: “A 21 de dezembro completa 71 anos de idade o generalíssimo Stálin, grande dirigente do povo soviético, intransigente defensor da Paz para os povos de todo o mundo e da colaboração pacífica entre países de regimes diferentes”¹¹³. Percebe-se que as mulheres que redigiram tal homenagem entendiam o líder da URSS como um mediador no cenário internacional, que estaria lutando para a defesa da paz em um mundo que temia uma nova grande guerra.

Seguindo as diretrizes soviéticas, o PCB também assume no Manifesto de Agosto de 1950 a luta pela paz como principal arma contra o imperialismo norte-americano¹¹⁴. Interessante observar, no entanto, que apesar de centralizar as tarefas do Movimento pela Paz, como requeriam as orientações soviéticas, os Partidos Comunistas mantiveram relativa autonomia. O PCB, por exemplo, defendeu, simultaneamente, a Luta pela Paz e uma posição mais radical de derrubada do poder no país¹¹⁵. Diferentemente da postura diplomática adotada pela URSS, os brasileiros, em paralelo à Luta pela Paz, propunham a luta armada por meio do Manifesto de Agosto. Neste documento, Luiz Carlos Prestes denunciava o presidente eleito em 1945, Eurico Dutra, como um traidor nacional, defendendo a necessidade de sua derrubada. Paula Soares explica que apesar de aderirem ao Manifesto, “as militantes do trabalho político feminino, a partir de 1948, conduziram a fundação de entidades estaduais de mulheres e da Federação de Mulheres do Brasil de maneira mais próxima às diretrizes anteriores”¹¹⁶.

No Manifesto de Agosto, Luiz Carlos Prestes afirma que as mulheres seriam as primeiras e maiores vítimas da guerra: “Operárias e camponesas, donas de casa, mães e esposas! Sois vós que primeiro sentis as agruras produzidas pela fome em vossos lares.

¹¹³ Nossa saudação. *O Momento Feminino*, ano III, n. 79, p. 11, 20 dez. 1950.

¹¹⁴ GARCIA, 1999, p. 30 apud RODEGHERO, 2007, p. 74.

¹¹⁵ RIBEIRO, 2011, p. 81.

¹¹⁶ SOARES, 2021, p. 283.

Com vossa tradicional coragem e decisão impede o crime de mais uma guerra imperialista! Organizai-vos para a luta contra a fome e a carestia da vida”.¹¹⁷ As operárias, as professoras e as moradoras dos morros e favelas pareciam ser o foco do movimento feminino pela paz, afinal seriam as primeiras a sofrerem com a escassez, a recessão e o alistamento de jovens. Nesse sentido, é perceptível a ligação entre a luta cotidiana contra a carestia de vida e o Movimento pela Paz. Havia uma compreensão de que as mulheres eram as mais afetadas tanto com o encarecimento do custo de vida quanto em uma situação de guerra. Para além disso, caso viesse a acontecer um conflito envolvendo os brasileiros, a carestia de vida se agravaria ainda mais.

Diante da Campanha pela Proibição das Armas Atômicas, a partir de março de 1950, o Partido Comunista do Brasil se comprometeu a angariar quatro milhões de assinaturas em favor do Apelo de Estocolmo até setembro daquele ano. Desse modo, mesmo na ilegalidade, o partido mobilizou-se em uma grande campanha que também atuou como uma forma de mantê-lo em atividade. As assinaturas coletadas seriam enviadas ao II Congresso Mundial da Paz, previsto para novembro, em Sheffield, na Inglaterra. Em bairros de todo o país organizaram-se “comitês pela paz”, cujo objetivo central era a coleta de assinaturas, mas, de forma ainda mais importante, a conscientização dos assinantes sobre o Movimento pela Paz. Assim, os comitês angariavam pessoas de diversas orientações políticas que convergiam no ideal pacifista proposto pelos soviéticos. As Uniões Femininas também voltaram seus trabalhos para a coleta de assinaturas, como veremos mais a frente.

Os comitês pela paz constituíam um dos muitos braços legais do PCB durante o período em que a legenda do partido fora cancelada. Em seu levantamento, Garcia cita outras atividades em que o nome do partido não aparecia de forma direta, mas que tinham em seu núcleo organizacional aqueles militantes:

a campanha contra a carestia e contra o acordo militar Brasil-Estados Unidos; em defesa da paz mundial; contra o envio de tropas brasileiras à Guerra da Coreia; em defesa do “Petróleo é nosso”. O partido também participou, por meio de seus militantes, da Federação de Mulheres do Brasil, do movimento de mães, da Associação Brasileira

¹¹⁷ PRESTES, 1950.

de Escritores, dos Clubes de Cultura Popular e do Movimento de Auxílio à Imprensa Popular¹¹⁸.

Em todas essas atividades as mulheres tiveram forte participação. Na campanha pela paz, as mulheres estiveram intensamente envolvidas na coleta de assinaturas para o Apelo de Estocolmo.

O resultado dos esforços de mulheres, homens e crianças brasileiras que trabalharam arduamente na tarefa de coleta de assinaturas seria apresentado no II Congresso Mundial da Paz. O evento, programado para ser realizado em Sheffield, foi proibido pelo governo britânico e, portanto, transferido para Varsóvia, na Polônia¹¹⁹. Entre os dias 16 a 23 de novembro, diversos brasileiros assistiram à programação do congresso, dentre eles a educadora Branca Fialho, que presidiu a delegação do Brasil¹²⁰.

Nascida Branca Osório de Almeida em Petrópolis no dia 10 de março de 1896, Fialho cresceu em uma família ilustre e estudou em escolas renomadas. Casou-se com o desembargador Henrique Fialho, com quem teve três filhos. Ela foi membro da Associação Brasileira de Educação (ABE), do Instituto Brasil-Estados Unidos e da Associação Cristã Feminina. Na década de 1930, presidiu a Associação Brasileira dos Amigos do Povo Espanhol (ABAPE). No mesmo período, fez parte da Comissão de Propaganda da campanha de candidatura de Bertha Lutz¹²¹. Foi premiada pelo governo brasileiro com a Medalha Rui Barbosa pela sua contribuição como educadora. O Estado francês também lhe condecorou com a Cruz de Lorena pela sua atuação nas campanhas de solidariedade aos aliados durante a Segunda Guerra Mundial. Recebeu também os títulos de *Chevalier de la Legion d'Honneur* e a medalha *Au Service de la Pensée Française* por difundir a cultura francesa no Brasil¹²². Em agosto de 1950, seria eleita

¹¹⁸ GARCIA, 1999, p. 50-51 apud RODEGHERO, 2007, p. 73.

¹¹⁹ RIBEIRO, 2011, p. 213.

¹²⁰ Participaram ainda da delegação brasileira o deputado Pedro Pomar, o romancista Jorge Amado, o físico Mario Schemberg, o pianista Arnaldo Estrela, os pintores Candido Portinari e Clovis Graciano, o professor Francisco Sá Pires, o deputado socialista Candido Norberto, os médicos Washington Loiola, Fernando Moutinho, José Eduardo Fernandes e João Barcelos Martins, os engenheiros Ralamede Borsari e Fernando Sant'Anna, os advogados Francisco Costa Neto, Pedro Maia, Sinval Palmeira e Augusto Belém, as recordistas de assinaturas do Apelo de Estocolmo Ruth Freitas, Lazara Maria de Paiva e Luiza Soriano, o escritor e ex-deputado Abguar Bastos, o camponês paulista Sebastião Dinart, os jornalistas Gonçalves Machado e Rui Barbosa Cardoso e o comerciante João Saldanha.

¹²¹ A dra. Bertha Lutz recebe seu título de eleitora. *Jornal do Brasil*, ano XLIV, n. 86, p. 8, 12 abr. 1933.

¹²² SCHUMACHER; BRAZIL, 2000, 116.

presidente da Federação de Mulheres do Brasil (FMB). Três meses mais tarde presidiria o II Congresso Brasileiro dos Partidários da Paz. No ano seguinte, continuaria seus trabalhos na FMB, agora como vice-presidente. Seria, então, convidada a conhecer a União Soviética, visita que originaria o livreto *Viagem à União Soviética*. Em 1953¹²³ e 1955¹²⁴ seria reeleita duas vezes como presidente da FMB.

Apesar de serem poucas as mulheres compondo a delegação brasileira ao II Congresso Mundial da Paz, acompanhou Branca Fialho a violinista Mariuccia Iacovino. Nascida no Rio de Janeiro em 12 de dezembro de 1912, foi formada no Instituto Nacional de Música. Em 1930 venceu um concurso do instituto e viajou à Europa para estudar. Ao retornar, ela conheceu Villa-Lobos, que lhe apresentou seu futuro marido e parceiro de concertos, o pianista Arnaldo Estrella. Em 1945, a convite do governo francês, mudaram-se para Paris. Nove anos mais tarde, retornariam ao Rio, fundando com Estrella, Frederick Stephany e Iberê Gomes Grosso, o Quarteto do Rio de Janeiro, que funcionaria até 1979. Em 1968, Mariuccia Iacovino fundaria, em Petrópolis, a Sociedade Villa-Lobos, espaço destinado à organização de concertos.

Além da sua dedicação às artes, a violinista mostrou-se presente na Luta pela Paz. Após participar do II Congresso Mundial da Paz junto à Branca Fialho, Iacovino e seu marido relataram sua experiência na Polônia soviética para a *Imprensa Popular*. O casal mostrou-se especialmente impressionado com o cenário artístico do país, relatando que haviam 15 orquestras ativas, nas quais supostamente nenhum trabalhador se preocupava por ter assistência do Estado. Destacaram ainda a surpreendente reconstrução da capital após a Segunda Guerra Mundial, citando-a como um exemplo de cidade voltada ao projeto soviético da paz: “Não é preciso dizer que um povo que tanto sofreu com os horrores da guerra, tendo cidades destruídas, como é o caso da Varsóvia, sua capital, luta igualmente pela paz. A consequência de paz de todos os povos das Democracias Populares e da União Soviética é uma força poderosa demais. O sonho da Polônia é realizável!” relatou Arnaldo Estrella¹²⁵.

¹²³ Reuniu-se o Conselho de Representantes da F.M.B. *O Momento Feminino*, ano VI, n. 98, p. 5, jan.-fev. 1953.

¹²⁴ No dia das mães: Assembleia de Mães. *O Momento Feminino*, ano VIII, n. 109, p. 29, 1955.

¹²⁵ Concerto Sinfônico em fábricas polonesas. *Imprensa Popular*, ano IV, n. 1082, p. 3, 19 jun. 1953.

Após a entrega das assinaturas de todo o mundo em favor do Apelo de Estocolmo durante o II Congresso Mundial da Paz, houve ainda dois outros importantes movimentos de coleta de assinatura pela paz. O Apelo Por Um Pacto de Paz, também chamado de Apelo de Berlim, seria estabelecido em fevereiro de 1951 com o objetivo de organizar um acordo de paz entre as cinco grandes potências daquele período: Estados Unidos, Inglaterra, França, China e União Soviética¹²⁶. A cota de assinaturas estabelecida para os brasileiros seria de cinco milhões. Houve ainda uma terceira mobilização do Movimento pela Paz, em 1955: a Campanha Contra a Preparação da Guerra Atômica, ou Apelo de Viena. Dessa vez, a meta era a coleta de um bilhão de assinaturas ao redor do globo, sendo os brasileiros responsáveis por 10 milhões delas. No entanto, Jayme Fernandes Ribeiro destaca que a campanha pelo Apelo de Estocolmo foi a mais articulada e propagandeada pelos comunistas brasileiros¹²⁷.

2.2 “As moças da Paz”: as brasileiras e o Movimento pela Paz

Nas Uniãos Femininas e nas associações de mulheres, uma das estratégias adotadas para a coleta de assinaturas era a “emulação”, isto é, a oferta de prêmios para aquelas que angariassem o maior número de assinaturas: “Dezenas de grupos de mulheres subiram aos morros, percorreram os bairros e foram às portas das fábricas. Lançada para aquele dia uma emulação, o prêmio foi entregue a Associação das Donas de Casa de Irajá, que coletaram 1050 assinaturas, numa demonstração de amor à causa da Paz”¹²⁸. A orientação era para que as mulheres batessem de casa em casa, em escolas, em feiras, em morros e favelas explicando como a guerra afetava não só aqueles que estavam nos campos de batalha, mas toda a população; quem eram os grupos que desejavam a guerra e por quê o faziam; que ser a favor da paz não significava filiar-se a qualquer partido político, bastando ser contra o morticínio. Relembrando sua atuação

¹²⁶ RIBEIRO, 2011, p. 223.

¹²⁷ RIBEIRO, 2011, p. 22.

¹²⁸ As mulheres cariocas defendem a paz. *Momento Feminino*, ano III, n. 84, p. 8, mai. 1951.

na campanha, Nieta Campos da Paz¹²⁹, comunista tesoureira da Associação Feminina do Distrito Federal (AFDF), relata:

Quando foi lançada a campanha de assinaturas para o Apelo de Estocolmo houve grande entusiasmo de minha parte, não só para colher as firmas, como também para esclarecer o povo. Visitamos quase todas as favelas e conjuntos residenciais no Rio de Janeiro. As brasileiras filiadas à Federação de Mulheres do Brasil receberam a campanha com muita disposição e se propuseram a recolher milhares de assinaturas, esclarecendo a população sobre a importância de suas firmas.¹³⁰

Tal função pedagógica da campanha garantia um número ainda maior de adesões, visto que milhares de brasileiros não sabiam o que era a bomba atômica e quais eram seus efeitos.

Desse modo, o trabalho das mulheres colocava-se no centro da campanha pela paz. Em apelo às mulheres do mundo inteiro a FDM declara: “Se a imensa força das mulheres do mundo inteiro - que representam a metade da humanidade - unida a todos que amam a paz, levanta-se contra os promotores de guerra, salvaremos a nossos filhos e a nossos países da exterminação”¹³¹. Assim, em defesa dos seus filhos e da paz mundial, mulheres de todos os estados do Brasil se envolviam no esforço mundial para angariar apoio ao Apelo de Estocolmo. Em reportagem do *Momento Feminino* sobre o desempenho das mulheres do Distrito Federal na coleta de assinaturas, elas destacam a conexão que vinham estabelecendo com seus conterrâneos por meio da campanha:

¹²⁹ Nieta Campos da Paz nasceu em São Paulo em 18 de outubro de 1911. Em 1918, mudou-se com a família para o Rio de Janeiro e depois para Petrópolis, onde, ainda adolescente, atuou como catequista nos morros da cidade, conhecendo de perto a desigualdade social. Em 1931, casou-se com o médico Manoel Venâncio Campos da Paz Jr., com quem teve três filhos. Foram morar na casa dos sogros, onde pode conhecer melhor o pensamento socialista. Durante o que mais tarde ficou conhecido como “Intentona Comunista”, seu sogro e seu marido foram presos. Nesse período, Nieta começou a atuar no PCB, participando da campanha de solidariedade aos presos políticos. Fez parte da comissão de Mulheres Pró-Anistia, da Liga de Defesa Nacional e do Movimento de Defesa do Petróleo e da Soberania Nacional. Presidiu a Associação Feminina do Distrito Federal e integrou a diretoria da Liga Feminina do Estado da Guanabara (organização que substituiu a FMB após seu fechamento). Em 1968, após divergências com a linha seguida pelo PCB, participou da Ação Libertadora Nacional (ALN), emprestando sua casa para reuniões e abrigando militantes clandestinos. Foi presa e torturada pela ditadura civil-militar brasileira. Ainda assim, foi ativa na luta dos trabalhadores e trabalhadoras até sua morte, em 18 de junho de 1990. (SCHUMACHER; BRAZIL, 2000, p. 446)

¹³⁰ PAZ, 2012, p. 105.

¹³¹ Mulheres, mães, irmãs do mundo inteiro! *Momento Feminino*, ano III, n. 77, p. 3, 20 out. 1950.

A base de esclarecimentos que, embora demorados, são produtivos, a campanha tem recebido grande apoio popular e as coletadoras são carinhosamente recebidas. O povo lhes oferece almoço, café, bolos, os vendedores ficam com listas para obter assinaturas e já houve casos até de serem convidadas para madrinhas das crianças. As coletadas são chamadas de “As moças da Paz” e recebem, notadamente, a ajuda das crianças, o que é comovente¹³².

Para além de um trabalho mecânico de coleta de assinaturas, percebe-se que as atividades exercidas pelas “moças da Paz” envolvia demorados esclarecimentos e uma troca importante com quem cruzavam. *O Momento Feminino* mostra, assim, que o trabalho de coleta de assinaturas envolvia o estabelecimento de laços afetivos e de escuta. Tal aproximação permitia que as militantes informassem essas pessoas que, muitas vezes, passavam a conhecer o Partido e as possibilidades de organização política.

Mostra-se, portanto, crucial a importância da militância de bairro, construindo solidariedade local para questões mais amplas. Para outra reportagem do *Momento Feminino*, a redatora, uma fotógrafa e Izabel Rocha, da Associação Feminina de Vila Izabel, caminharam pela região enquanto Izabel informava:

Nesta rua todos assinaram contra a bomba atômica. Nesta outra o comando das moças da Associação já percorreu os números pares, contando apenas uma recusa. Aquela quitanda da esquina é de um português que chorou imaginando que uma bomba poderia cair na sua aldeia de Traz os Montes. Ali é o Centro Espírita que se declarou coletivamente contra a terrível arma de destruição¹³³.

A redatora registra ainda que, por onde passavam, Izabel recebia acenos, sorrisos e cumprimentos do moradores. Nota-se que as mulheres envolvidas na atividade de coleta de assinaturas estavam imersas em seus bairros, utilizando de sua popularidade local para esclarecer sobre e agir contra os perigos da bomba atômica. Além de irem de casa em casa, as coletoras de assinaturas também visitavam os locais de trabalho: “As mulheres da Sande visitaram o Moinho Inglês e, na hora em que as operárias comiam em suas marmitas conversaram com elas sentadas ao seu lado, obtendo a assinatura de

¹³² A Associação Feminina do Distrito Federal em 1º lugar. *Momento Feminino*, ano III, n. 75, p. 4, 1 set. 1950.

¹³³ Uma assinatura por minuto. *Momento Feminino*, ano III, n. 70, p. 2, 15 jul. 1950.

tôdas as presentes”¹³⁴. A estratégia das Uniões Femininas, orientadas pela Federação de Mulheres do Brasil, mostrava uma compreensão de quem seriam aqueles mais afetados por um conflito de dimensões mundiais: os mais vulneráveis.

A campanha também contava com a ajuda das crianças, que não somente recebiam as coletoras em suas casas, mas também assinavam o apelo pela paz. Em uma reportagem, sublinham a assinatura de um menino da cidade do Cabo, que assinava numa lista do Apelo de Estocolmo: “sou contra a guerra porque não tenho dinheiro para estudar, porque não tenho um par de sapatos, porque minha roupa está velha e rasgada e não tenho outra roupa para vestir”¹³⁵. Seu texto revela uma compreensão mais profunda sobre as consequências da guerra que não se limita a ideia de perda de vidas, mas que aponta para a situação econômica. O menino, que já se encontra em estado de vulnerabilidade, sem roupas ou possibilidade de estudo, entende que uma guerra pioraria tal situação. Talvez, ainda, sua compreensão seja de que um país que não tem dinheiro para garantir estudo e vestimentas para suas crianças não deveria encabeçar um esforço de guerra. Percebe-se que para além de uma empreitada de coleta de assinaturas, havia um trabalho de conscientização do povo sobre os horrores da guerra.

Por isso, o *Momento Feminino* afirmava que não bastava apenas colher seus nomes, sendo necessário um trabalho de formação de comitês infantis, organizando os jovens em comissões de defesa da Paz. Esses jovens organizados em comitês ou mesmo em suas próprias escolas, por sua vez, poderiam tornar-se também coletores de assinaturas: “Uma professora municipal entregou folhas de papel almaço a seus alunos, escreveu no quadro o Apelo de Estocolmo e pediu que o copiassem. Depois disso, com essas listas, os alunos correram as casas do bairro e, em três dias apenas, colheram mais de 4.000 assinaturas”¹³⁶. Assim, percebe-se que o esforço do Movimento pela Paz se espalhava pelas casas, escolas, fábricas, associações, igrejas e clubes. As “moças da paz” faziam sua parte para atingir a cota estabelecida para o Brasil de quatro milhões de assinaturas em favor do Apelo de Estocolmo.

¹³⁴ Cariocas na vanguarda! *Momento Feminino*, ano III, n. 70, p. 2, 15 jul. 1950.

¹³⁵ As mulheres cariocas defendem a paz. *Momento Feminino*, ano III, n. 84, p. 9, mai. 1951.

¹³⁶ Cariocas na vanguarda! *Momento Feminino*, ano III, n. 70, p. 8, 15 jul. 1950.

Seu esforço era reconhecido pela comunidade internacional. Em um boletim informacional da FDIM, uma matéria relatava o progresso das brasileiras na campanha de coleta de assinaturas contra a bomba atômica:

Estamos realizando competições amigáveis, publicamos nossa própria literatura e estamos trabalhando de porta em porta com grande sucesso. Além de obter as assinaturas de mulheres bem conhecidas, já conseguimos realizar manifestações e muitos órgãos governamentais comunitários já se posicionaram contra a bomba atômica. O trabalho de nossas mulheres não é tão perceptível porque estamos trabalhando junto com os homens. No entanto, começamos a contar as assinaturas dos homens-mulheres, como é feito para as eleições, para estabelecer um melhor controle. O fato é que as mulheres ainda são as mais ativas em todos os tipos de trabalho.¹³⁷

Percebe-se que, mesmo na época, as partidárias da paz reconheciam uma superioridade em relação aos homens no que tangia seus esforços na campanha pelo Apelo de Estocolmo. Os homens, de fato, eram mais visíveis na Luta pela Paz, presidindo grande parte dos congressos internacionais, comícios e dando entrevistas à imprensa. Entretanto, na militância cotidiana do cumprimento da tarefa pedagógica de informar a população sobre os efeitos da bomba atômica e, assim, angariar assinaturas conforme o estabelecido pelo PC soviético, as mulheres pareciam superar seus companheiros.

2.3 Violência policial

Além de evitar uma nova Guerra Mundial, o Movimento pela Paz tinha também por objetivo frear as guerras já em curso. A Guerra da Coreia, por exemplo, preocupava as mulheres que temiam que seus filhos e irmãos fossem convocados para lutar em terras estrangeiras. Em matéria escrita pela repórter Gilda Linhares, uma mulher que ouvia sobre as bombas de Hiroshima e Nagasaki caiu em prantos e teria dito: “Tenho 12 filhos e para criá-los só Deus sabe os sacrifícios que vimos fazendo. Não é justo que os deixemos ir morrer lá na Coréia, para defender as ambições dos que já têm tudo de mais”¹³⁸. Tal medo não era infundado, afinal, o governo, por meio do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, havia prometido que os brasileiros auxiliariam

¹³⁷ LSE Special Collections periodicals, n. 45, Paris, June 1950, Women’s International Democratic Federation. p. 14. [tradução própria]

¹³⁸ O Apelo de Estocolmo no E. do Rio. *Momento Feminino*, ano III, n. 75, p. 5, 1 set. 1950.

aos estadunidenses em uma guerra a qualquer país. Assinado em 2 de setembro de 1947, em Petrópolis, o documento determinava que qualquer ataque a um Estado americano seria considerado como um ataque a todos os Estados signatários, obrigando-os a auxiliar o país atacado¹³⁹. Na prática, o tratado tornou-se um meio de os Estados Unidos fortalecerem seus laços com os outros países americanos, garantindo seu apoio em um futuro conflito.

Por isso, a luta contra a Guerra da Coreia tornou-se parte central das atividades do Movimento pela Paz. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, a Coreia, recém-desocupada pelo Japão, foi dividida em duas partes, uma sob influência da União Soviética e outra dos Estados Unidos. Em junho de 1950, a Coreia do Norte, alinhada aos socialistas, invadiu a Coreia do Sul, ligada ao bloco capitalista. Apesar de filiada a União Soviética, Stálin desaconselhou a Coreia do Norte a entrar no conflito, mas os chineses deram seu suporte¹⁴⁰. Iniciou-se, então, um grande conflito envolvendo milhares de soldados, armas e equipamentos de ambos os lados, tornando evidente que a chamada Guerra Fria era bastante quente, envolvendo conflitos militares diretos que ceifaram a vida de muitos nas periferias dos dois grandes blocos econômicos que se enfrentavam. As imagens e relatos da guerra na Ásia alarmaram os militantes do mundo inteiro, que intensificaram ainda mais o Movimento pela Paz.

Desse contexto surgiu uma das mais emblemáticas figuras da campanha pela paz no Brasil: Elisa Branco. No feriado do dia 7 de setembro de 1950, comemorava-se o 128º aniversário da independência brasileira. Em São Paulo, o governo organizara uma parada militar das Forças Armadas no Vale do Anhangabaú e os comunistas não perderam a oportunidade de levantar suas pautas para o que acreditavam ser um melhor projeto de Brasil. Elisa Branco, costureira, filiada ao PCB e membro da Federação de Mulheres do Estado de São Paulo (FMESP), jogou ao vento panfletos com mensagens às mães brasileiras, bem como um apelo da FMESP e uma mensagem de Luiz Carlos Prestes:

Conforme jogava os papéis para o alto, Elisa foi se aproximando do palanque onde encontravam-se as autoridades que assistiam à

¹³⁹ UNITED NATIONS, 1948, p. 78.

¹⁴⁰ FITZPATRICK, 2023, p. 127.

celebração. Ali, diante de todos, ergueu uma faixa de pano branco com a frase “Os soldados, nossos filhos, não irão para a Coréia”, escrita em azul. No meio da multidão que assistia ao desfile, a comunista manteve a faixa erguida por algum tempo¹⁴¹.

Logo em seguida, Elisa fugiu dos policiais, entrando em um ônibus, mas logo foi detida e levada ao Departamento de Ordem Política e Social. Foi interrogada por mais de sete horas e ficou incomunicável por oito dias¹⁴². Segundo registro do Dops, havia reagido à prisão, mordendo e ferindo um dos policiais. Foi, então, presa por atentar contra a integridade física de um agente de autoridade.

Figura 6 - Foto de identificação policial de Elisa Branco.



Fonte: APESP. Fundo Dops. Prontuário 90.796 apud TAVARES. 2023. p. 100.

Na prisão, Branco continuou sendo perseguida por ser comunista, agora pelo diretor do presídio. Quando chegara à Casa de Detenção de São Paulo, também conhecida como Carandiru, Elisa Branco percebeu que uma técnica comum de punição às presidiárias era colocá-las em uma “cela forte” - um espaço apertado, sem colchão ou vaso sanitário. A militante convenceu suas companheiras a elaborarem um abaixo-assinado para retirarem a detenta que estivesse no espaço de punição. A pressão foi bem sucedida e, a partir de então, nenhuma das presas ficou mais de três horas na “cela

¹⁴¹ TAVARES, 2023, p. 94.

¹⁴² VIANNA, 1984, p. 112 apud TAVARES, 2023, p. 97.

forte”¹⁴³. Essas não foram as únicas vezes que Elisa Branco se opôs à direção da casa de detenção:

Segundo Elisa, as prisioneiras viviam sob um regime de miséria e a comida era da pior qualidade, resultando em “cólicas e desarranjos”. Por isso, elas adquiriram pequenos fogões para cozinhar seus alimentos. O diretor da instituição proibiu que as mulheres utilizassem seus pequenos fogareiros para prepararem, elas mesmas, suas refeições. Revoltadas com a proibição, elas os queimaram. O diretor culpou Elisa pela revolta e levou-a à presença do corregedor acusando-a de liderar a “depredação e tentativa de levante” das detentas. Segundo relato em *Imprensa Popular*, Elisa não se defendeu, preferindo acusar o diretor de maus-tratos e perseguições. Ainda segundo suas denúncias, o diretor da Casa de Detenção tentou obrigar as prisioneiras a assinar documento contra ela, ameaçando-as de espancamento. Todas, no entanto, recusaram-se a participar da farsa¹⁴⁴.

Os relatos deixam claro que, mesmo na prisão, militantes como Elisa Branco seguiam sofrendo perseguições e violências. A jornada de Branco foi recentemente explorada por Jorge Ferreira no livro *Elisa Branco: uma vida em vermelho*, bem como por Ana Clara Tavares na dissertação de mestrado intitulada *A paz das operárias: gênero, trabalho e o Partido Comunista em São Paulo (1948-1953)*. Ambos os trabalhos, publicados em 2023, traçam a trajetória de Elisa Branco, sobretudo sua contribuição dentro da Luta pela Paz. Procuram, então, contrapor o apagamento que a comunista sofreu na historiografia e, ao mesmo tempo, questionar a razão pela qual foi invisibilizada.

O livro de Ferreira apresenta-se como uma tentativa importante de publicizar a figura da costureira para o público geral, explorando a sua juventude, o primeiro contato com o PCB, seus anos de prisão, o Prêmio Stalin pela Paz, a ditadura civil-militar e, por fim, seus últimos anos. Já dentro da dissertação de Tavares, Elisa Branco é o tema central do terceiro capítulo, fazendo parte de um esforço mais abrangente de situar o leitor dentro do contexto da atuação das comunistas, especialmente as operárias paulistanas, no Movimento pela Paz. A autora impõe maior ênfase ao aspecto colaborativo das atividades exercidas por Elisa Branco, demonstrando que não agia sozinha nem mesmo quando ergueu a faixa com os dizeres “Os soldados, nossos filhos, não irão para a Coréia”. Destaca, assim, sua atuação dentro do PCB e da FMESP,

¹⁴³ FERREIRA, 2023, p. 73.

¹⁴⁴ Ibid, p. 74.

iluminando o caráter coletivo de sua militância. Tavares também ressalta o papel da maternidade na narrativa de Elisa Branco, tema que será aprofundado no terceiro capítulo desta dissertação, bem como as dinâmicas de gênero que afetaram a sua trajetória.

A perseguição policial contra o Movimento pela Paz evidenciada pela prisão de Branco não era algo novo. Em novembro de 1949, Fanny Tabak, representando a Federação de Mulheres do Brasil, conforme citado, foi a única brasileira a comparecer à reunião do Conselho da Federação Democrática Internacional de Mulheres, realizada em Moscou. Isso porque a polícia havia negado o visto de Alice Tibiriçá e de outras delegadas. Em seu discurso às mais de cem companheiras estrangeiras presentes, Tabak declarou: “nosso Ministro da Justiça, seguindo instruções do Departamento de Estado norte-americano, que interfere em todas as esferas da vida brasileira, declarou ilegal qualquer congresso, conferência, reunião ou comício que falasse em paz”¹⁴⁵. Seu relato

Figura 7 - A delegada da FMB, Fany Bastos ouve os relatórios das mulheres de outros países.



Fonte: A grande reunião do Conselho da Federação Democrática Internacional de Mulheres. *Momento Feminino*, ano III, n. 64, p. 17, jan. 1950.

¹⁴⁵ A grande reunião do Conselho da Federação Democrática Internacional de Mulheres. *Momento Feminino*, ano III, n. 64, p. 17, jan. 1950.

fazia jus ao que observava em sua militância cotidiana no Brasil. No ano seguinte, ela mesma, junto de seus companheiros, seriam presos e interrogados por distribuir propaganda sobre os candidatos de Prestes nas eleições e panfletos contra a bomba atômica¹⁴⁶.

Em setembro de 1949, Alice Tibiriçá, já doente, havia sido presa em São Paulo “só pela suposição de que poderia comparecer, dias depois, a uma reunião de Paz, que acabaram proibindo”¹⁴⁷. Um boletim informativo da FIDM reportou o caso, afirmando que a militante brasileira havia sido presa por sua vigorosa e incansável defesa da paz: “Até o fim, Madame Tibiriçá provou sua infinita devoção à causa da paz, encorajando as mulheres à lutarem e assinarem, como fez ela mesma no dia anterior a sua morte, o Apelo de Estocolmo”¹⁴⁸. É interessante notar como, muitas vezes, as denúncias de violência policial transpunham a barreira nacional e tornavam-se notícias na comunidade internacional de mulheres.

Segundo sua ficha no Dops, a tecelã paulista Inez Augusto foi detida no dia 10 de novembro de 1951 distribuindo panfletos do III Congresso Brasileiro dos Partidários da Paz, que aconteceria em Niterói¹⁴⁹. Também a professora Felisberta Jardim, junto de seu marido Manoel Bitencourt Jardim, foi detida enquanto participava de um comício pró-paz na Ponta de Areia, Niterói¹⁵⁰. Diante do protesto de estudantes de direito contra a prisão de seus companheiros, foram postos em liberdade¹⁵¹. Em campanha contra a Guerra da Coreia, Jean Sarkis e Maria Afonso Lins foram detidas e permaneceram presas por dois anos¹⁵². “Marinete” e Jean haviam inicialmente sido condenadas a quatro anos de reclusão, mas uma campanha fervorosa em seu favor, junto ao julgamento dos juízes, reduziu a pena para dois anos. Nieta Campos da Paz relata ter visitado-as toda semana no Presídio de Bangu: “Levava-lhes livros, alimentos para

¹⁴⁶ Provocam agitação os comunistas. *A Noite*, ano XXXIX, n. 13.603, p. 6, 29 set. 1950.

¹⁴⁷ MIRANDA, 2005, p. 163.

¹⁴⁸ LSE Special Collections periodicals, n. 45, Paris, June 1950, Women’s International Democratic Federation. p. 14. [tradução própria]

¹⁴⁹ APERJ, Fundo DPS, Ficha de Referência (ou Ficha Verde) 682.

¹⁵⁰ APERJ, Fundo DPS, Ficha de Referência (ou Ficha Verde) 817.

¹⁵¹ Comício e desfile pró-paz em Niterói. *Voz Operária*, ano III, n. 113, p. 10, 21 set. 1951.

¹⁵² CORREA; VISCO, 2022, p. 4.

melhorar a comida infecta da prisão, mas principalmente alento. Nunca lhes faltou assistência moral, material e jurídica”¹⁵³. Mais tarde, Jean Sarkis seria reconhecida como uma espiã infiltrada no PCB. Ingressando no partido em 1945, atuou por dez anos em nome da polícia política.

Nieta foi presa pela primeira vez em 1949, quando ela e duas companheiras, Izia Moreyra e Lena Clícia, divulgavam o I Congresso pela Paz, que seria realizado na UNE. Em suas memórias, Paz relata que havia violências em todos os comícios e, durante o I Congresso pela Paz, a polícia invadiu a sede da UNE “atirando e ferindo várias pessoas, inclusive Lea Sá Carvalho, com um tiro na virilha, que provocou forte hemorragia”¹⁵⁴. Em 27 de maio de 1951, a militante comunista seria presa novamente ao coletar assinaturas para o Apelo de Estocolmo em Bangu. Na ocasião, estava com a sua filha de 5 anos. As duas foram colocadas em um carro que deixou a criança na casa da avó e, em seguida, levou sua mãe para o Dops¹⁵⁵. Nota-se que a perseguição do Movimento pela Paz era constante, de modo que homens e mulheres eram presos e agredidos ao participar de comícios, distribuir panfletos e coletar assinaturas. A polícia se mantinha vigilante e aparecia com frequência nesses eventos, demonstrando o interesse estatal nos membros do movimento, que eram frequentemente taxados como comunistas mesmo quando não possuíam nenhuma filiação ao partido.

2.4 Década de 1950: a intensificação da Luta pela Paz

A vigilância e repressão policial contra as militantes pela paz não impediu a continuidade de suas lutas. Entre os dias 1 e 4 de fevereiro de 1951, Ofélia do Amaral Botelho esteve em Berlim a fim de participar da terceira reunião do Conselho da FDM. A professora foi uma figura constante na Luta pela Paz. Mais tarde naquele mesmo ano seria eleita secretária-geral da Federação de Mulheres do Estado de São Paulo (FMESP). No ano anterior havia sido uma das “candidatas de Prestes” à deputada estadual em São Paulo pela legenda do Partido Social Trabalhista. Todavia, sua candidatura foi indeferida pelo Tribunal Regional Eleitoral por acusação de que os

¹⁵³ PAZ, 2012, p. 107.

¹⁵⁴ Ibid, p. 89.

¹⁵⁵ Ibid, p. 90-91.

candidatos do PST seriam comunistas. É interessante notar que, apesar de possuírem divergências ideológicas, táticas e estratégicas, trabalhistas e comunistas muitas vezes cooperavam na defesa de pautas em comum, como melhorias salariais, regulamentação do trabalho feminino, redução da jornada de trabalho e ampliação da previdência. Isso se tornava evidente dentro das Uniões Femininas e associações de mulheres, onde militantes do PTB e do PCB atuavam lado a lado frequentemente. Com o PCB na ilegalidade, muitos comunistas candidatavam-se por outras legendas, de forma que Botelho é citada em matéria como uma das candidatas da leva que “invadiu o PST de comunistas”¹⁵⁶. Suas ligações com o comunismo eram provavelmente verídicas, visto que em 1954 ela assinou uma mensagem ao Comitê Antifascista das Mulheres Soviéticas saudando o aniversário da Revolução de Outubro¹⁵⁷.

Ao pousar em Berlim para a reunião do Conselho da FDM, Ofélia do Amaral Botelho estava curiosa para ver a cidade alemã no pós-guerra. Surpreendeu-se com sua reconstrução: “o que vi foi uma Alemanha completamente renovada, imbuída [de] formidável espírito de solidariedade e de grande sentimento em favor da paz. Lá vi um povo entregue ao trabalho, construindo uma vida nova”¹⁵⁸. Apesar de não negar os evidentes resquícios de uma cidade destruída pela guerra, Botelho destacou a rapidez com que novos prédios eram erguidos e o acelerado ritmo com o qual a economia se recuperava. A delegada brasileira visitou também escolas e fábricas, impressionando-se com o ensino gratuito e com os amplos salões de conferência, teatros, cinemas e campos de esportes presentes nas fábricas para usufruto dos operários. Já na reunião da FDM, Ofélia destaca o momento em que as representantes da República Democrática Alemã e da Alemanha Ocidental se abraçaram, em um símbolo de desejo comum de paz: “Depois do que vi em minha viagem, passei a compreender melhor porque os imperialistas provocadores de guerra se mostram cada vez mais desesperados e ao mesmo tempo agressivos. É que eles sentem a terra fugir debaixo de seus pés”¹⁵⁹. Sua fala revela o crescimento do Movimento pela Paz em todo mundo, a ponto de gerar a

¹⁵⁶ Partidos infiltrados. *Diário Carioca*, ano XXIII, n. 6814, p. 2, 12 set. 1950.

¹⁵⁷ Saudando a Grande Revolução de Outubro. *Imprensa Popular*, ano VI, n. 1648, p. 3, 8 nov. 1953.

¹⁵⁸ Narra uma brasileira o que viu na Alemanha. *Imprensa Popular*, ano IV, n. 623, p. 3, 20 fev. 1951.

¹⁵⁹ Idem.

percepção entre as militantes de que as forças imperialistas não teriam alternativa senão sucumbir aos desejos de paz emanados pelos sete continentes.

Quando questionada sobre a atuação brasileira na reunião de Berlim, Ofélia do Amaral Botelho explica:

Levantamos na reunião do Conselho a luta de nossas mulheres pela paz - a prisão de Elisa Branco, o que despertou interesse das delegadas de todos os países, imediatamente foi votada uma moção de protesto ao governo brasileiro. O caso das mulheres de Pernambuco que tiveram a cabeça raspada pela polícia pelo “crime” de lutar pela paz levantou indignação entre as delegadas. Demonstraram admiração pelas mulheres brasileiras na sua luta em defesa da paz, o que aliás tôdas fazem com o mesmo desprendimento e o mesmo heroísmo da mulher brasileira¹⁶⁰.

Em sua exposição, a delegada brasileira cita o caso de mulheres que tiveram suas cabeças raspadas em Pernambuco. Provavelmente referia-se a um episódio documentado na *Gazeta de Notícias* por M. C. Bandeira de Mello. Na matéria, o jornalista relata que foram raspadas as cabeças de algumas mulheres, detidas após um conflito “entre policiais e comunistas” diante da redação de um jornal¹⁶¹. Após grande movimentação da imprensa em torno do caso, o governador Barbosa Lima Sobrinho demitiu o policial que deu tais ordens. Foi também aberto inquérito contra o Secretário da Segurança Pública de Pernambuco, suspeito de conivência na violência contra as militantes. Os acusados conseguiram, porém, *habeas corpus*. A prática de raspar cabeças de mulheres foi notavelmente adotada pela polícia francesa. Ao fim da Segunda Guerra Mundial, quando os aliados foram derrotados e expulsos da França, o país viveu um momento de transição sob o Regime Vichy, em que o poder executivo estava ainda submetido ao governo alemão. Durante esse período, muitos franceses aliaram-se aos alemães. Foram, no entanto, julgados em um momento posterior como aqueles que haviam traído a França. Muitas dessas mulheres, conhecidas como *femmes tondues*, ou “mulheres tosquiadas”, tiveram seus cabelos raspados como punição¹⁶². Para além da humilhação pública, o ato se apoiava no forte simbolismo que relaciona o cabelo longo

¹⁶⁰ Vi uma Alemanha nova e feliz. *O Momento Feminino*, ano III, n. 81, p. 3, fev. 1951.

¹⁶¹ Senhoras de cabeças raspadas pela Polícia. *Gazeta de Notícias*, ano , n. , p. 3, 16 jan. 1951.

¹⁶² KOGAWA; MAGALHÃES, 2015, p. 62.

à feminilidade e, portanto, sua ausência como uma desfiguração da “identidade feminina”.

Quando Ofélia do Amaral Botelho retornou ao Brasil, uniu-se às suas conterrâneas que continuavam lutando pela paz. Naquele ano, muitos dos esforços estavam voltados à realização de uma grande conferência internacional no Distrito Federal. Desde meados de 1951, anunciava-se em jornais brasileiros a realização da Conferência Continental Americana pela Paz, a ser realizada no Rio de Janeiro entre os dias 21 e 25 de novembro daquele mesmo ano. No entanto, o governo de Vargas proibira a instalação do congresso em território brasileiro. Segundo uma série de publicações, tal proibição teria sido uma ordem do presidente estadunidense Truman¹⁶³. A justificativa do ministro da Justiça é de que aquele seria um encontro patrocinado pelos comunistas e a serviço da União Soviética. Periódicos anti-comunistas replicavam tal opinião:

Ora, todo mundo está sabendo que êsse movimento pró-paz é uma mistificação dos comunistas para propaganda do seu credo. É uma iniciativa stalinista que visa disfarçar a responsabilidade histórica da Rússia, se rebentar uma terceira guerra mundial. Ela passará como pioneira da paz mundial e como nação agredida pelo “imperialismo” ocidental¹⁶⁴.

De fato, o Movimento pela Paz havia sido encabeçado pelo Partido Comunista soviético e se tornado palavra de ordem nos partidos comunistas ao redor do globo. A campanha pela paz, no entanto, notavelmente reunia cientistas, políticos, artistas, escritores, professores, militares, religiosos, trabalhadores de toda sorte. Vide o apoio à Conferência Continental Americana pela Paz assinada por 27 vereadores cariocas de diversos partidos - Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Republicano (PR), Partido Social Progressista (PSP), União Democrática Nacional (UDN), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Social Democrático (PSD) e Partido Trabalhista Orientador (POT)¹⁶⁵.

¹⁶³ Novas adesões à Conferência Continental Americana pela Paz. *Voz Operária*, ano IV, n. 145, p. 1, 1 mar. 1952.

¹⁶⁴ Impõe-se uma declaração. *Diário Carioca*, ano XXV, n. 7211, p. 4, 3 jan. 1952.

¹⁶⁵ Vinte e sete vereadores cariocas solidarizam-se com os elevados objetivos do conclave a realizar-se na capital. *Imprensa Popular*, ano IV, n. 948, p. 1, 5 jan. 1952.

O efeito da proibição, entretanto, foi o contrário: as adesões ao congresso se tornaram ainda maiores após a repressão. Sua realização foi transferida, assim, para Montevidéu, capital uruguaia, entre os dias 11 e 16 de março de 1952. A delegação brasileira foi composta por 120 membros, dentre eles uma minoria de mulheres. Uma das delegadas era Elsa Pires de Campos¹⁶⁶, paulista engajada no Movimento pela Paz, bem como Elisa Branco, recém-absolvida após passar um ano e oito meses encarcerada. Branco era natural de Barretos, em São Paulo, nascida em 1912. Pela necessidade, não conseguiu concluir seus estudos, partindo cedo para o trabalho como costureira¹⁶⁷. Casou-se em 1932 e teve duas filhas. Participou das greves dos operários da fábrica Anglo Swift e foi membro da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Em 1947, mudou-se para a cidade de São Paulo, onde passou a fazer parte da Federação de Mulheres do Estado de São Paulo (FMESP). Foi presa duas vezes em 1947 e novamente em 1950, como vimos anteriormente. Depois de grande mobilização internacional por sua soltura, em 1952, ela foi eleita vice-presidente da Federação de Mulheres do Brasil (FMB). Dois anos mais tarde, foi candidata a deputada estadual em São Paulo. Conforme já citado, uma biografia mais completa sobre Elisa Branco foi redigida por Jorge Ferreira em *Elisa Branco: uma vida em vermelho*. É importante notar, no entanto, que o autor dá pouco destaque ao papel da militante como membro de uma rede mais extensa de mulheres que, assim como ela, estavam viajando e participando de conferências internacionais. Não se trata, então, de um caso excepcional, mas de uma mulher que estava cercada de companheiras que, coletivamente, estavam se mobilizando com objetivos em comum.

Além delas, Alina Paim, escritora sergipana, também foi a Montevidéu. Após anos de estudo em um colégio interno, Paim formou-se como normalista e partiu para Salvador no intuito de lecionar em uma escola pública da periferia. Lá entrou em contato com as dificuldades enfrentadas por professores e alunos diante das precárias condições. Sua família internou-a em um sanatório, onde permaneceu por cerca de três meses. A alegação era de que ela sofria de um quadro de estresse agudo; diagnósticos vagos como este eram comuns em casos de internação de mulheres. É importante

¹⁶⁶ A grafia de seu primeiro nome varia entre Elsa e Elza de acordo com a fonte.

¹⁶⁷ SCHUMACHER; BRAZIL, 2000, p. 191.

lembrar que a medicina psiquiátrica era profundamente influenciada por estereótipos de gênero, de modo que, muitas vezes, mulheres atravessadas por questões sociais, raciais, de gênero ou políticas, eram diagnosticadas como histéricas, depressivas, instáveis ou estressadas.

Durante sua internação, Alina conheceu o psiquiatra Isaías Paim, com quem casou-se em 1943. Migraram para o Rio de Janeiro em busca de oportunidades, onde começou a escrever com regularidade. Em sua análise sobre a obra de Paim, Ana Maria Leal Cardoso afirma que grande parte dos seus romances centralizam-se na trajetória de mulheres, fosse denunciando o papel de submissão empregado a elas, ou exaltando sua rebeldia e independência¹⁶⁸. Alina era filiada ao PCB desde 1946, militando como membra da célula Theodore Dreiser¹⁶⁹, que funcionava na Avenida Rio Branco nº 275, no Centro do Rio de Janeiro, nas dependências da Editora Horizonte. Seguindo a premissa de seu partido, sua prosa possuía forte conotação social. Certa vez, ao investigar a luta dos ferroviários e de suas esposas em Cruzeiro, Minas Gerais, a fim de escrever um romance, Alina Paim foi processada por um juiz local¹⁷⁰. Em 1947, foi eleita segunda secretária da Associação Brasileira de Escritores (ABDE), onde atuou por anos. Em 1949, tornou-se tesoureira da instituição.

Acompanhou Paim ao congresso a poetisa gaúcha Lila Ripoll. Ainda jovem morou por dois anos na Argentina, onde seu pai teve que se exilar por motivos políticos. Mais tarde, em 1934, o assassinato de seu primo Waldemar Ripoll, fez com que Lila se inserisse cada vez mais na vida política. Foi professora de música para crianças e organizou um coral infantil no Grupo Escolar Venezuela e o Coral dos Metalúrgicos no sindicato de Porto Alegre¹⁷¹. Em 1938 publicou seu primeiro livro de poemas e no ano seguinte foi nomeada oficial de gabinete do secretário da Educação no Rio Grande do Sul¹⁷². Foi presidente da ABDE do Rio Grande do Sul.

¹⁶⁸ CARDOSO, 2010, p. 127.

¹⁶⁹ Uma comissão de militantes da Célula Theodoro Dreiser. *Tribuna Popular*, ano II, n. 387, p. 3, 7 set. 1946.

¹⁷⁰ Nossa solidariedade a Alina Paim. *O Momento Feminino*, ano III, n. 83, p. 8, abr. 1951.

¹⁷¹ SCHUMAHER; BRAZIL, 2000, p. 333.

¹⁷² Resenha política. *A Batalha*, ano XI, n. 3877, p. 2, 29 mar. 1939.

Com as escritoras, estava a pianista carioca Eunice Catunda. Nascida em 14 de março de 1915, começou a estudar piano aos 5 anos de idade. Em 1934, casou-se com o matemático Omar Catunda e, juntos, foram residir em São Paulo. Dois anos mais tarde, filiou-se ao PCB. Em 1939 foi condenada a 3 meses de reclusão acusada de propaganda subversiva¹⁷³, no entanto, o Tribunal de Segurança Nacional concedeu suspensão condicional de sua pena. Em 1948 viajou à Itália e Suíça para aprimorar suas técnicas musicais. Em 1950, Catunda foi presa como agitadora comunista, sendo posta em liberdade no dia seguinte. No ano seguinte, ela foi eleita presidente da Federação de Mulheres de São Paulo (FMESP). Em 1952, um promotor a denunciaria por ter, em 18 de junho de 1951, “divulgado notícias falsas que poderiam gerar desassossego e temor na população”¹⁷⁴ em um comício no Anhangabaú. Em 1953, a polícia a investigaria por exercer atividades subversivas como membro do Centro de Cultura e Progresso. Percebe-se que a militância de Eunice Catunda, bem como a de tantas outras comunistas, era marcada pela vigilância e repressão constantes da polícia política. Em 1956, Catunda afastaria-se do PCB em protesto contra a invasão da Hungria. Em 1964, divorciaria-se de Omar, passando a assinar como Eunice Katunda.

A médica maranhense Elina Mochel também fez parte da delegação brasileira. Nascida em 28 de outubro de 1911, era irmã mais velha de Arcelina Mochel¹⁷⁵. Com mais seis irmãos e irmãs, todos cursaram a faculdade, feito raro para a época. Na década de 1930, Arcelina mudou-se para o Rio de Janeiro e Eline a seguiu assim que formou-se em medicina em Belem do Pará. Lá passou a atender em clínicas populares. Logo envolveu-se com a União Feminina de Anchieta e casou-se com Leopoldo Costa Matos, com quem teve uma filha. Seguindo o caminho de grande parte da família, era filiada ao PCB e quando o partido foi posto na ilegalidade, candidatou-se à deputada no Distrito Federal pelo PRT. Atingiu a suplência com 2.678 votos. Em 1950, seria presa e dois anos mais tarde a polícia política promoveria um atentado à sua casa, arremessando

¹⁷³ Tribunal de Segurança Nacional. *O Imparcial*, ano V, n. 1201, p. 12, 19 abr. 1939.

¹⁷⁴ Processo farsa contra partidários da paz. *Imprensa Popular*, ano IV, n. 1050, p. 2, 11 mai. 1952.

¹⁷⁵ Sobre Arcelina Mochel ver mais em: VISCO, Nina Teruz. Arcelina Mochel: a trajetória de uma militante comunista maranhense no Distrito Federal durante as décadas de 1940 e 1950. 2022. Monografia (Graduação) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

lâmpadas contendo piche contra suas janelas¹⁷⁶. A perseguição não a intimidaria, de maneira que, em 1954, seria uma das “candidatas populares” à deputada federal.

Compareceu também à Conferência Continental Americana pela Paz a professora Helena Boaventura. Em 1948, presidiu a comissão feminina da Frente Democrática de Copacabana. Representou a Federação de Mulheres do Brasil em alguns eventos, inclusive no Congresso dos Povos pela Paz, que aconteceria em Viena, em 1952. No ano seguinte, visitaria a União Soviética e, meses mais tarde, assinaria uma mensagem de lamento pela morte de Stálin. Ainda em 1953, ela seria signatária de uma saudação aos soviéticos pelo 36º aniversário da Revolução de Outubro, indicando sua possível aproximação ao PCB.

O objetivo da Conferência Continental Americana pela Paz era discutir os povos da América ante a ameaça de uma Terceira Guerra Mundial. Assim, delegados e delegadas como Elsa Pires de Campos, Elisa Branco, Alina Paim, Lila Ripoll, Eunice Catunda, Eline Mochel e Helena Boaventura teriam um espaço para discutir sua luta pela paz mundial, dessa vez não sob as diretrizes europeias, mas sob a ótica particular do continente. Na luta contra a guerra da Coreia, por exemplo, os movimentos organizados nos países latino-americanos barraram o envio de seus jovens para lutarem na Ásia. As discussões travadas na reunião identificaram a América Latina como um local importante no desenvolvimento da campanha do Apelo de Berlim, isto é, em favor de um Pacto de Paz entre as cinco grandes potências¹⁷⁷.

Mais tarde naquele ano, como presidente da Federação de Mulheres do Brasil (FMB), Branca Fialho foi convidada a visitar a União Soviética. Como resultado, escreveu o livreto *Viagem à União Soviética*, publicado pela Vitória, editora mais importante dos comunistas brasileiros nos anos de 1940 e 1950¹⁷⁸. Na obra, ela registrou sua chegada em Moscou, onde foi recebida por “magníficos automóveis”¹⁷⁹. Apesar de sua expectativa de dificuldade de comunicação com os soviéticos por não

¹⁷⁶ Atentado terrorista. *Imprensa Popular*, ano IV, n. 1100, p. 3, 9 jul. 1952.

¹⁷⁷ A campanha por um Pacto de Paz. *Voz Operária*, ano IV, n. 175, p. 5, 27 set. 1952.

¹⁷⁸ BUONICORE, Augusto. Comunistas, Cultura e Intelectuais entre os anos de 1940 e 1950. Disponível em: < [https://www.buonicores.com.br/2019/05/comunistas-cultura-e-intelectuais-entre-os-anos-de-1940-e-1950/](#) >. Acesso em: 17 mai. 2025.

¹⁷⁹ Apesar de não ter tido acesso à obra em sua forma física, Luiza Valio disponibilizou em seu blog algumas páginas escaneadas. Disponível em: < [https://www.luizavalio.com.br/2019/05/comunistas-cultura-e-intelectuais-entre-os-anos-de-1940-e-1950/](#) >. Acesso em: 17 mai. 2025.

Figura 8 - A delegação brasileira no Casaquistão. À direita Branca Fialho e seu marido, o desembargador Henrique Fialho. Ao centro, um senhor cossaco. De óculos, Jurema Finamour. Ao seu redor, a família Pereira: Edi, Osny e a filha Heloísa. Na parede, cartaz de propaganda pela paz na entrada da casa de administração do “Kolkose Raio do Oriente”.



Fonte: FIALHO, 1952, p. 9.

saber russo, a brasileira se surpreendeu ao ser recepcionada por pessoas que falavam inglês fluentemente. Ficou hospedada no hotel Savoy, de arquitetura antiga, conforto moderno e belos adornos. Alimentou-se bem, experimentando diversas iguarias russas. Elogiou o serviço e a amabilidade dos funcionários que a cercaram. Criticou, no entanto, a moda das soviéticas: “Não vi um só vestido muito bonito. Nos jantares e banquetes usam vestidos compridos de ótimas sêdas e lindos veludos, mas não achei os feitos bonitos. Durante o dia, vestem-se simplesmente: costumes de lã e bons

casacos”¹⁸⁰. Em seu livro registrou ainda que, apesar de ter circulado muito pela capital soviética, não viu nenhuma pessoa em situação de rua, nem mesmo pessoas descalças ou com frio. Relatou ainda sua experiência no museu politécnico, onde estava exposto tudo o que os soviéticos fabricavam: carros, caminhões, bicicletas, motocicletas, escavadoras, máquinas para a lavoura, máquinas industriais, microscópios, máquinas de escrever, de calcular, de costura, geladeiras, rádios, máquinas de lavar, torradeiras, dentre tantos outros.

Através das experiências de Branca Fialho e de tantas outras mulheres na Luta pela Paz, procurei demonstrar nesse capítulo como uma diretriz do Partido Comunista soviético foi incorporada pelo PCB por meio do Manifesto de Agosto de 1950 e virou tarefa cotidiana das brasileiras. De forma ainda mais crucial, busquei explicitar como as mulheres se articularam em torno da nova diretriz do Partido, criando suas próprias sínteses e formas de atuação. A análise esclareceu que, fosse viajando e participando de congressos internacionais ou batendo de porta em porta a fim de conscientizar a população sobre suas motivações e objetivos, as comunistas brasileiras estiveram na linha de frente do Movimento pela Paz. Vimos que sua atuação foi motivo de vigilância constante pela Polícia Política, que redigia frequentes relatórios sobre suas movimentações e reprimia suas atividades constantemente.

¹⁸⁰ FIALHO, 1952, p. 10.

3.

“Ao coração das mães brasileiras”: o ideal de mulher, suas rupturas e continuidades

Intrínsecamente ligada à luta das mulheres comunistas pela paz, como exploramos no último capítulo, estava a ideia de que era necessário proteger a juventude. Como mães, as mulheres tinham o papel fundamental de atuarem na luta em defesa das crianças. Neste capítulo, trataremos das reuniões internacionais frequentadas pelas brasileiras, dentre elas, a Conferência Internacional da Defesa da Infância, o III e o IV Congresso Internacional de Mulheres, a Conferência Latino Americana de Mulheres, o Congresso Mundial de Mães e algumas das reuniões de conselho da FIDM. O objetivo principal será entender como o papel das mulheres na Luta pela Paz estava ligado a um ideal de mulher que passava, fundamentalmente, pela maternidade.

Em 1945, o mundo gozava de certo otimismo com o fim da Segunda Guerra Mundial. No contexto brasileiro, o país vivia um momento de intensificação da industrialização e forte crescimento urbano. A política nacional-desenvolvimentista do segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) e, mais tarde, o desenvolvimentismo mais ligado ao capital estrangeiro de Juscelino Kubitschek (1956-1960), baseavam-se na ideia de que o Brasil era um país “atrasado”. Nesse sentido, a industrialização seria a ferramenta para a superação do temido subdesenvolvimento¹⁸¹. Em sua pesquisa sobre esse período, apelidado de “Anos Dourados”, Carla Bassanezi Pinsky explica que as transformações que ocorriam no país naquele momento afetaram o *status* socioeconômico das mulheres: “Por um lado, o incremento do setor secundário e as mudanças na produção eliminam várias ocupações artesanais ou domésticas, expulsando um número significativo de mulheres do mercado de trabalho. Por outro lado, surgem para elas novas oportunidades em consequência do aumento de empregos

¹⁸¹ Havia, na década de 1950, um conjunto de teóricos provenientes da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) que interessavam-se particularmente na ideia de subdesenvolvimento. Até então, entendia-se que o subdesenvolvimento seria uma fase anterior ao desenvolvimento que precisava ser superada. Nesse sentido, qualquer país conseguiria atingir o nível das economias mais avançadas. Autores como Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares, no entanto, passam a defender que as economias de cada região possuíam diferenças estruturais e contextos históricos que inviabilizariam um processo de desenvolvimento linear e progressivo.

no setor terciário”¹⁸². Aumentava ainda neste período a demanda para empregos tradicionalmente considerados femininos.

As transformações na cidade, no entanto, não foram, no geral, traduzidas em mudanças nas relações de gênero. Mantinham-se as distinções de papéis que mulheres e homens exerciam na sociedade. A família tradicional composta por pai, mãe e filhos era ainda o modelo predominante. As relações culturais, bem como a legislação brasileira, mantinham a expectativa de que o homem fosse o líder provedor e a mulher fosse dedicada ao lar e aos filhos. Esse capítulo é, sobretudo, uma análise da relação das militantes comunistas com esse ideal, especialmente no que tange à maternidade. Isso porque é fundamentando-se no seu papel como mãe que as mulheres vão construir grande parte da sua ação política neste período.

3.1 “Energúmenas, violentas, sanguinárias, ferozes”: as comunistas como desviantes do destino social feminino

Assim como hoje, havia também nos anos 1950 expectativas sobre os caminhos a serem seguidos pelos homens e mulheres em sociedade. Era naturalizada a ideia de que, para as brasileiras, a prioridade deveria ser o casamento, a maternidade e o lar. Em sua coluna “Da mulher para a mulher” para *O Cruzeiro*, a redatora Maria Teresa sintetiza esse pensamento ao refletir sobre o casamento: “Em geral toda mulher deseja casar-se. É raro aquela que, por temperamento, não nutre esse ideal. Desde pequena já manifesta tendências para dona de casa e, quando mocinha, passa a sonhar com o príncipe encantado”¹⁸³. Percebe-se que há uma noção de inexorabilidade definindo que *toda* mulher, inevitavelmente, deseja casar-se, bem como desde pequena elas já manifestariam *tendências* para dona de casa. Não há, nesse discurso, outra possibilidade que não os cuidados ao lar e a dedicação à família. Essa ideia não era, contudo, exclusiva d’*O Cruzeiro*, encontrando-se na maior parte dos periódicos daquele período.

Em *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*, a socióloga Elisabeth Souza-Lôbo observa a trajetória de três operárias através de seus relatos:

¹⁸² PINSKY, 2014, p. 17.

¹⁸³ Casar sem amor. *O Cruzeiro*, ano XXVII, n. 47, p. 85, 3 set. 1955.

Primeiramente as três mulheres são casadas, ou foram casadas. Mas o marido de Luzia abandonou-a 11 anos depois do casamento, deixando-a só para sustentar seus cinco filhos, grávida de mais outro; o marido de Belisa está na prisão e teve constantes problemas com a polícia; o marido de Nair “não conta”, está desempregado, bebe e não a ajuda a criar seus filhos. As três mulheres consideram-se capazes de sobreviver sós, mas compartilham um destino de mulheres construído pela família, os filhos para cuidar, enquanto os homens não parecem ter um destino, seus caminhos podem ser feitos e refeitos. Essa é a fala de Luzia. Foi escolhida por seu marido, o que era natural, pois, sendo mulher, ela deveria ser escolhida, acompanhar seu marido e liberar o tio que a criara do encargo que isso representara. O marido partiu para São Paulo e ela o acompanhou. Foi preciso trabalhar, nasceram as crianças. O marido tinha outras mulheres, era natural, ele tinha sua liberdade. O marido deixou-a, ela ficou com os filhos para criar. Na sua fala, sua vida está ligada à família, ao marido, aos filhos. A figura do marido é inevitável, faz parte do seu destino enquanto mulher.¹⁸⁴

A autora usa a categoria de análise de “destino” para explicar a inevitabilidade aparente da sequência de acontecimentos que desenharia as vidas de Luzia, Nair e Belisa. Seria, assim, o *destino* de cada uma delas como mulher casar e ter filhos, bem como sua condição de trabalhadoras pobres colocavam em seu *destino* a necessidade de arranjar um emprego e um parceiro que pudesse assumir os custos que antes eram dos homens da família que desempenhavam a função de “chefe” da casa.

A partir dessa reflexão, podemos entender as expectativas sociais que faziam com que as mulheres desde pequenas já manifestassem “tendências para dona de casa”, como afirmara Maria Teresa. A “mulher ideal” seria, desta forma, aquela que seguisse o que era apontado por seu destino social de mãe, esposa e dona de casa, sem perturbar a ordem instaurada. Para muitas mulheres de classe alta e média era esperado que desempenhassem todas as tarefas domésticas, garantindo a felicidade do lar. Para as trabalhadoras, além dessas tarefas, era preciso exercer também o trabalho fora de casa.

É de se imaginar que as comunistas, dedicando parte de sua vida à luta política, fossem vistas como inimigas da ordem imposta. Apesar de, em boa parte, serem esposas, mães e donas de casa, suas tarefas na militância impediam que suas vidas fossem voltadas exclusivamente à manutenção do lar. Distanciavam-se, então, do ideal de mulher resignada, doce e delicada. Já em 1935, um artigo publicado pelo chefe de polícia do Distrito Federal, Filinto Müller, na primeira página do jornal *A Nação*,

¹⁸⁴ SOUZA-LÔBO, 2021, p. 90.

explicitava a visão negativa que se tinha sobre essas mulheres “desviadas”. Na ocasião, o capitão escrevia sobre o fechamento arbitrário da União Feminina do Brasil (UFB) com base na Lei de Segurança. A UFB foi fundada em 1935 por comunistas que se uniam na luta por uma vida mais digna às trabalhadoras, assim como contra o fascismo crescente em todo o mundo. A União foi duramente reprimida, funcionando por apenas dois meses devido a um decreto assinado pelo presidente Getúlio Vargas que determinava seu fechamento¹⁸⁵. O decreto que caracterizara a organização como “atividade subversiva da ordem política e social”, fora assinado em 19 de julho de 1935, pouco menos de duas semanas antes da publicação de Filinto Müller:

Quem eram as ilustres matronas ou as gentis senhoritas que compunham a malograda União? Não sabemos. Mas é lícito supor-se que não deveriam ser excessivas as preocupações domésticas, os trabalhos com os filhos, maridos, irmãos e noivos, dessas valadinas do credo rubro de Moscou. Porque a mulher, seja ela mãe, esposa, ou apenas noiva, se quizer preencher ampla e conscientemente a sua missão social, não tem tempo nem jeito para ler Karl Marx, que é xaroposo como todos os demagogos, nem para se exercitar no lançamento de granadas de mão, ou no simples manejo do porrete ou da ‘pernambucana’.

Todas essas representantes do sexo fraco, da ‘esquerda’, estão certamente iludidas com o feminismo que lhe inculcavam. Pensam que, tornando-se energúmenas, violentas, sanguinárias, ferozes, enfim conseguirão impor o seu império aos companheiros de planeta impondo-lhes a sua vontade e fazendo prevalecer as próprias opiniões. Fatal engano, o destas amazonas de novo gênero! A mulher quanto mais se parece com o homem tanto menos o impressiona. E tanto menos o domina.

Frágil, gentil, com um palminho de rosto, falando fino, olhando manso, sim!

Bonaparte o vencedor de tremendos cossacos, de duros prussianos, de formidáveis croatas, quando Maria Luiza batia o pé, encolhia-se todo na celebre casaca cinzenta e ia beijar-lhe os dedos cor de rosa com a timidês dum colegial...

O feminismo foi uma das blagues mais antigas que a mulher pregou à própria mulher. E, quando não acaba no ridículo, como no Velho Mundo, onde só serve para tema de vaudeville, acaba as voltas com a polícia. O que para uma criatura delicada é um tanto desagradável.¹⁸⁶

Com o título de “A blague do feminismo”, a matéria tentava desqualificar a luta das mulheres, caracterizando-a como uma farsa. As palavras de Filinto Müller mostram

¹⁸⁵ Uma análise aprofundada sobre a União Feminina do Brasil pode ser encontrada no quarto capítulo da Tese de Doutorado de Paula Soares: SOARES, Paula Elise Ferreira. *A questão feminina no PCB (1925-1956): as mulheres na cultura política comunista*. 2021. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais.

¹⁸⁶ A blague do feminismo. *A Nação*, ano III, n. 786, p. 5, 3 ago. 1935.

como as mulheres comunistas eram vistas aos olhos da Polícia Política. Logo de início, fica claro o maior defeito apresentado por elas: não dedicarem suas vidas às “preocupações domésticas, os trabalhos com os filhos, maridos, irmãos e noivos”. Afinal, de acordo com a visão de Müller, uma mulher ideal, isto é, uma boa esposa e mãe, não teria tempo para as atividades políticas se estivesse de fato utilizando seu tempo para realizar as tarefas domésticas.

Os estudos de Carla Bassanezi sobre os papéis de gênero impostos às mulheres demonstra que, de fato, “em geral, esperava-se que essas mulheres se dedicassem inteiramente ao lar, fossem sustentadas pelo marido e preservadas da rua”¹⁸⁷. Nesse sentido, empenhar-se em construir movimentos políticos como a UFB ou, mais tarde, a FMB ou as Uniões Femininas, significava trair as expectativas sociais impostas a essas mulheres. Como desviantes, as militantes eram constantemente caracterizadas com tudo aquilo que se opusesse a imagem de frágil e zelosa que deveriam cumprir. Em seu texto, Filinto Müller acusa-as de terem se tornado “energúmenas, violentas, sanguinárias, ferozes”. Desviadas de seu destino social, as mulheres que se aproximavam dos movimentos femininos eram, então, vistas como o oposto do que deveriam ser: ao invés de delicadas, submissas e dedicadas, eram tidas como violentas, sanguinárias e ferozes.

A acusação do chefe de polícia do Distrito Federal apresenta outra frequente imagem associada às comunistas: a de ingênuas, “iludidas com o feminismo que lhes inculcavam”. Aparentemente contraditória à imagem de “violentas, sanguinárias, ferozes”, não raro as mulheres “vermelhas” eram entendidas como meros fantoches, ora do feminismo que lhes inculcava ideias que não poderiam ter sido sintetizadas por elas, ora do comunismo soviético, que estaria impondo suas diretrizes às supostamente ingênuas brasileiras. Tal percepção era baseada na noção de que a política não era um lugar “feminino”, cabendo aos homens as atividades racionais. Desta maneira, se era esperado que a mulher se mantivesse “frágil, gentil, com um palminho de rosto, falando fino, olhando manso”; aquelas que se envolviam na luta política desviavam do destino social que lhes era reservado.

¹⁸⁷ PINSKY In: DEL PRIORE, 1997, p. 625.

3.2 “A criança precisa de paz assim como a flor precisa da luz do Sol”: o Movimento pela Paz e a defesa da infância

Em 1949, a Federação Democrática Internacional de Mulheres iniciou uma campanha para que mulheres do mundo inteiro celebrassem anualmente o Dia Internacional das Crianças no dia 1º de junho. No ano seguinte, várias organizações nacionais adotaram a data, movimento que contribuiu para que, em 1952, se instaurasse a Conferência Internacional em Defesa da Infância, em Viena. Segundo a Federação, compareceram ao evento 558 delegadas e delegados das mais diversas ideologias vindos de 64 países¹⁸⁸. Em um panfleto circulado antes do evento, cujo título nomeia este subcapítulo, a FDIM afirma que “Crianças não podem defender seus direitos. Depende de nós, mulheres, mães, que damos a vida, para lhes garantir um futuro feliz”¹⁸⁹. O congresso envolveu homens e mulheres, mas frases como essas constantemente reforçavam o papel central da mulher como garantidora do futuro das crianças. Dentro de uma perspectiva onde eram tidas como as principais - e, muitas vezes, únicas - cuidadoras em suas famílias, seriam elas as responsáveis por lutarem pela paz em nome de seus filhos.

A adoção do tema da infância dentro do Movimento pela Paz se dava, pois, para além da miséria em que viviam muitas crianças ao redor do globo; suas condições eram agravadas no cenário de Guerra Fria de preparativos para guerra. Nesses casos, os orçamentos para saúde, educação e moradia eram cortados para que fossem feitos maiores investimentos militares. O empobrecimento da população era outro fator preocupante para o desenvolvimento da juventude, já que muitas vezes a carestia tornava os alimentos escassos dentro de suas casas. Havia ainda a dimensão semiótica, afinal as crianças são frequentemente representações do futuro. Em sua pesquisa sobre infância, a socióloga Emma Uprichard afirma que crianças são sempre “*being and becoming*”, ou “sendo e tornando-se”¹⁹⁰. Neste sentido, o “ser” criança é também quem “torna-se” adulto. Na Luta pela Paz, entretanto, o foco é menos no que a criança *é*, ou

¹⁸⁸ LSE, Special Collections pamphlets, 327.142 WOM, The rights of women; defence of children; peace, Women's International Democratic Federation, Berlin, 1952. p. 9.

¹⁸⁹ LSE, Special Collections pamphlets, 323.352 CHI, The child needs peace as the flower needs sunlight, Women's International Democratic Federation, Berlin, 1952. p. 1.

¹⁹⁰ UPRICHARD, 2008, p. 304.

seja, em sua agência e em suas experiências, e mais no que ela se *tornará*. Apresenta-se, assim, a ideia de criança intrinsecamente ligada ao futuro. Em um período tomado pelo temor gerado pelas bombas atômicas, a defesa da infância colocava-se então como a defesa de uma perspectiva de futuro para a humanidade.

A Conferência Internacional em Defesa da Infância se propôs, então, a discutir os problemas mais urgentes referentes às crianças, que segundo o programa do evento eram: a) proteger a vida e a saúde das crianças; b) garantir-lhes alimentação, moradia e assistência médica para seu desenvolvimento; c) criar as possibilidades para que atinjam a formação profissional; d) proteger-lhes contra a influência de “literatura, rádio e filmes imorais”; e) lutar contra a “delinquência juvenil” e implementar um programa de reeducação dessas crianças; f) solucionar o problema das crianças abandonadas, “especialmente nos países coloniais e dependentes”; g) combater a exploração da mão de obra infantil e promover a melhoria da legislação do trabalho dos menores; e h) educar as crianças em um “espírito democrático e de amizade entre os povos”¹⁹¹.

Com a convocação ao evento, formou-se no Brasil um Comitê Nacional pela Defesa da Infância. Dos seus membros, quatro foram a Viena participar das reuniões entre os dias 12 e 16 de abril de 1952. Como representante do Departamento Infanto-juvenil da Associação Brasileira de Escritores (ABDE), esteve no Congresso a comunista Nair Batista. A professora Ofélia do Amaral Botelho também compareceu como correspondente da Federação de Mulheres do Brasil (FMB). Com elas viajou ainda a escritora paulista Dinah Silveira de Queiroz. Nascida em 5 de novembro de 1917, aos 19 anos casou-se com o advogado Narcélio de Queiroz, primo da escritora Raquel de Queiroz. Com ele teve duas filhas, Zelinda e Leá. Em 1939, obteve grande sucesso ao publicar “Floradas na serra”, que foi premiado pela Academia Paulista de Letras e uma versão cinematográfica protagonizada por Cacilda Becker¹⁹². Em 1981, se tornaria a segunda mulher¹⁹³ a ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras.

¹⁹¹ Conferência Internacional de Defesa da Infância. *O Momento Feminino*, ano III, n. 91, p. 13, fev. 1952.

¹⁹² SCHUMAHER; BRAZIL, 2000, p. 180.

¹⁹³ A primeira mulher a ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras havia sido a prima de seu marido, Raquel de Queiroz.

Seu marido, Narcélio de Queiroz, também era parte do Comitê Nacional pela Defesa da Infância e fez parte da delegação brasileira que viajou à Europa.

A comissão brasileira apresentou no evento dados sobre a vida das crianças no país. Foram expostas fotografias, artigos, uma tese do ministro Saboia Lima sobre “delinquência infantil”, uma tese de Nair Batista sobre literatura infantil, um folheto da escritora Ivone Jean e uma ampla análise da Federação de Mulheres do Brasil sobre a miséria e o abandono enfrentados pela juventude no Brasil¹⁹⁴. Os delegados e as delegadas de outros países compartilharam também a situação das crianças em seus territórios. Em reportagem sobre os dados expostos no Congresso de Viena, *O Momento Feminino* reporta que na Finlândia, 6 a 8% das crianças eram subalimentadas; no Sudão, apenas 2% delas recebiam instrução primária; na Síria, a taxa de mortalidade infantil atingia 40%; já a América do Sul apresentava um coeficiente médio de mortalidade infantil de 250 por mil nascidos entre as crianças negras, 120/mil entre os “mestiços” e 36/mil entre os brancos¹⁹⁵. Compartilhando suas realidades e discutindo possíveis resoluções, os participantes da Conferência Internacional de Defesa da Infância buscaram traçar planos para combater as más condições que viviam as crianças ao redor do mundo na década de 1950.

3.3 O “magnífico mundo novo”: as viagens para a União Soviética

Com o fim do compromisso em Viena, Ofélia do Amaral Botelho não retornou ao Brasil. Partiu para a União Soviética a convite da VOKS, ou Sociedade de Relações Culturais com o Estrangeiro, entidade do governo soviético que promovia o contato cultural internacional com outros países. Sua viagem foi relatada no livro *Atravessando as fronteiras da URSS*, organizado pelo Departamento de Propaganda da Federação de Mulheres do Brasil. A obra, publicada pela Editora Vitória, a mesma que dois anos antes havia publicado *Viagem à União Soviética*, de Branca Fialho, tinha como objetivo reunir entrevistas de dezesseis mulheres sobre suas viagens à União Soviética entre os anos de 1949 e 1953. Compartilharam suas experiências Heloisa Helena Duarte Pereira, Virginia Modesto de Souza, Olga Rechulski, Maria Della Costa, Edi Duarte Pereira,

¹⁹⁴ Delegação brasileira na Conferência Internacional de Defesa da Infância. *Imprensa Popular*, ano V, n. 1030, p. 3, 16 abr. 1952.

¹⁹⁵ Conferência Internacional de Defesa da Infância. *O Momento Feminino*, ano III, n. 93, p. 5, jun. 1952.

Fanny Tabak, Ofélia do Amaral, Cristina Rose Marie, Santina Peloia Serrano, Elisa Branco, Heloisa Ramos, Branca Fialho, Jovina Pessoa, Nair Batista, Helena Boaventura Netto e Zélia Amado.

Em sua investigação sobre os relatos de viagem de brasileiros à União Soviética durante a Guerra Fria, Raquel Mundim Tôrres explica que essas viagens eram, em grande parte, financiadas pelo próprio governo soviético e pelos partidos comunistas para que estrangeiros conhecessem o funcionamento do regime político socialista. A autora revela que os Congressos pela Paz que ocorriam na Europa naquele período, como a Conferência Internacional em Defesa da Infância, por exemplo, serviam de ponte para que os brasileiros pudessem estender suas viagens à União Soviética¹⁹⁶. A vinda pela Europa facilitava o sucesso da viagem, afinal o governo brasileiro não concederia visto para uma viagem àquele país, com quem havia cortado relações diplomáticas desde a Revolução de 1917. Desse modo, viajava-se, em geral, para Viena, Praga ou Paris para, a partir desses locais, conseguir um visto para a União Soviética. Alguns viajantes, como Osny Pereira, relatam que nesses países o consulado soviético não carimbava seus passaportes a fim de que os brasileiros não sofressem represálias ao voltarem para casa, entregando-lhes o visto em um papel separado¹⁹⁷. O trajeto era, assim, marcado por uma série de receios, afinal, não se sabia ao certo quais consequências uma visita ao mundo soviético poderia gerar quando retornassem ao Brasil.

Tido pelos críticos como um lugar permeado pelos mais terríveis pesadelos e por alguns comunistas como um paraíso na Terra, os relatos de viajantes à União Soviética permitiam a um público maior conhecer o que “realmente” se passava do outro lado do Atlântico. Isso porque o que havia por trás da Cortina de Ferro era ainda um grande mistério para muitos. Em meio às propagandas anti-comunistas e comunistas que marcaram a Guerra Fria, havia uma curiosidade em saber quem estava certo, ou seja, o que de fato se passava naquele território. Os relatos de viagem colocavam-se, assim, como um argumento de autoridade de quem já havia visto com os próprios olhos aquilo que os textos descreviam.

¹⁹⁶ TÔRRES, 2019, p. 22.

¹⁹⁷ PEREIRA, 1952, p. 51 apud TÔRRES, 2019, p. 105.

Contudo, é preciso cuidado ao analisar tais narrativas. Assim como todo texto, os relatos de viagem são permeados pelas expectativas, desejos, experiências, percepções e frustrações de quem os escreve, não correspondendo, necessariamente, a uma verdade absoluta. Além disso, tratavam-se de viagens patrocinadas pela União Soviética, de modo que o roteiro e a narrativa montados pelos guias e intérpretes eram, de certo modo, moldados pelos anfitriões. O jornalista anticomunista Nascimento Brito, por exemplo, ao visitar a União Soviética, criticou o controle das entidades de turismo, argumentando não ter liberdade de locomoção e sentir que seu trabalho investigativo é prejudicado, pois as pessoas interrogadas teriam medo de responder aos seus questionamentos¹⁹⁸. Mesmo comunistas como Graciliano Ramos demonstravam certo incômodo com os cuidados excessivos desempenhados pela VOKS, entidade que os recepcionava:

Estamos na presença de um organismo singular. Antes de entrar neste país, fomos estudados, virados pelo avesso. Examinaram-se os nossos actos com vidro de aumento - e por isso a criatura delicada, a fumar e a beber connosco, tem recurso para sensibilizar-nos com um elogio discreto lançado inadvertidamente, na aparência. (...) A gentileza excessiva arrasta-nos a essa conclusão; enche-nos de assombro. Queremos resguardar-nos.¹⁹⁹

Percebe-se que o zelo da recepção soviética deixava alguns de seus convidados desconfiados de que aquele seria um disfarce para o controle.

Apesar das desconfianças a respeito do controle exercido pelos soviéticos, os brasileiros ressaltavam em seus relatos que, ainda assim, observaram a União Soviética com seus próprios olhos. Sobre seu retorno ao Brasil, Graciliano Ramos ironizou aqueles que afirmavam que ele havia sido ingênuo e acreditado em toda a propaganda que os guias soviéticos expunham:

E sem nunca ter ido à URSS, explicar-me-iam, generosos, horrores medonhos: trabalho forçado, enxovias horríveis, fuzilamentos diários. (...) Esforçar-se-iam por convencer-nos que não nos movemos à vontade na terra de escravos. Atam-nos algemas invisíveis. Não as

¹⁹⁸ Ibid, p. 87.

¹⁹⁹ RAMOS, 1954, p. 77 apud TÔRRES, 2019, p. 123.

percebemos porque estamos hipnotizados, mas da América são vistas perfeitamente.²⁰⁰

O autor faz questão de ressaltar a agência daqueles brasileiros que defendiam o regime soviético após suas viagens à URSS. Nesse sentido, destacava que não se tratavam de meras marionetes de um governo socialista, mas militantes que, a partir de suas experiências, conseguiam distinguir qualidades e defeitos do local que visitavam para além dos mecanismos de propaganda estatais.

Ao desembarcarem nos países socialistas, os brasileiros eram recepcionados pela VOKS, que fornecia carros, intérpretes e hotéis aos turistas. Em geral, os guias levavam-nos à escolas, creches, universidades, hospitais, fábricas, bibliotecas, teatros e concertos para que pudessem conhecer diversos aspectos da vida soviética. Em seu relato sobre a viagem, Ofélia do Amaral Botelho explica que, apesar de ser professora, pediu para ser incorporada à delegação operária “porque, sendo de São Paulo, nosso grande centro industrial, o que mais me interessava era observar como vivem os trabalhadores e as mulheres na URSS”²⁰¹.

Antes de visitar os locais de trabalho dos operários e das operárias soviéticas, a delegação brasileira participou das festividades do Dia do Trabalhador, celebrado no dia 1º de maio em Moscou. Ofélia se encantou com as decorações nas fachadas das ruas, escolas, fábricas e ruas que preparavam a cidade para o grande dia. Por vezes, seu encantamento poderia soar idealizado: “A preparação do povo para receber o 1º de Maio era, para nós, como uma revelação da felicidade dos cidadãos construtores desse magnífico mundo novo...”²⁰². A União Soviética era colocada, assim, como um mundo novo, uma utopia do que poderia ser o mundo pós-revolução do proletariado.

Após as comemorações do Dia do Trabalhador, iniciou-se a programação de visitas. Ofélia do Amaral Botelho relatou imensa surpresa ao entrar no teatro, ambiente que, como professora no Brasil, nunca havia tido oportunidade de frequentar. Visitou também galerias de arte, cinema e fábricas. Mostrou-se especialmente impressionada com a grande presença de mulheres no operariado soviético. Esteve em uma fábrica de

²⁰⁰ RAMOS, 1954, p. 174-175 apud TÔRRES, 2019, p. 205.

²⁰¹ FEDERAÇÃO DE MULHERES DO BRASIL, 1954, p. 55.

²⁰² Ibid, p. 56.

doces em que 90% dos trabalhadores eram mulheres, inclusive sua diretora. Seu Comitê Sindical era inteiramente composto por mulheres. Ofélia estava particularmente interessada em observar as condições de trabalho das operárias. Segundo seu relato, tratava-se de um ambiente limpíssimo, onde todas trabalhavam de uniformes brancos. Mesmo na seção de caldeiras, onde se esperava um calor intenso, a temperatura era amena devido a presença de ares condicionados. Os empacotamentos eram todos automatizados e as operárias contavam com um “recanto vermelho” onde podiam descansar e conversar. No refeitório, Botelho observou que a comida era variada e rica, além de contar com um ambiente agradável, tomado de “boa música” e pinturas feitas pelos próprios operários.

A visita incluiu também a creche da fábrica, onde as mães deixavam os filhos ao iniciarem seus turnos e buscavam-nos ao fim de suas jornadas de trabalho. No capítulo dedicado aos seus registros da viagem do livro *Atravessando as fronteiras da URSS*, Botelho declara:

O entusiasmo das operárias no trabalho é alimentado pelo interesse que todas têm em produzir o máximo, sabendo que os benefícios reverterão para elas próprias; é também estimulado pela emulação instituída pela direção da fábrica. Nos casos de gravidez, a futura mãe é atendida gratuitamente, desde os primeiros meses, em um dos inúmeros consultórios femininos que funcionam nas próprias fábricas. Existem na U.R.S.S. cerca de 6.500 consultórios femininos para esse fim. As operárias são licenciadas com ordenado integral, às expensas das empresas em que trabalham, 35 dias antes da data provável do parto e têm direito a mais 42 dias de descanso, depois do parto. Dão à luz em maternidades inteiramente gratuitas e seus filhos são amparados pelo Estado desde o dia em que nascem. (...) A operária soviética poderá sempre coordenar, pacificamente, a sua participação na produção, com as suas obrigações de mãe de família, porque dispõe de uma enorme rede de creches e jardins-de-infância, bem como de diversas instituições extra-escolares, tais como clubes infantis, Palácios de Pioneiros, etc., sustentadas pelo Estado. Recebe ainda prêmios de acordo com o número de filhos que possui e, durante o trabalho, têm garantidos os intervalos necessários para amamentar os recém-nascidos até a idade de mudar a alimentação²⁰³.

Em seu relato, Ofélia do Amaral Botelho mostra que havia visto com os próprios olhos pautas pelas quais as brasileiras vinham lutando em funcionamento, como a presença de creches e jardins de infância, os direitos garantidos às mulheres grávidas antes, durante

²⁰³ FEDERAÇÃO DE MULHERES DO BRASIL, 1954, p. 58-59.

e depois do parto, intervalos na jornada de trabalho para amamentação, entre outros. Em outros trechos, nota a presença das mulheres também fora da fábrica, destacando-se como cientistas, professoras, médicas, escritoras, artistas, agricultoras, esportistas e parlamentares. Sua escrita expôs não só a presença feminina nesses espaços, mas as contribuições que fizeram para a sociedade soviética, mostrando que as mulheres são peças fundamentais no desenvolvimento econômico, tecnológico, político e social de um país. Esse tipo de relato exemplificava, assim, como poderia ser a vida das brasileiras se o Estado garantisse seus direitos e fomentasse a formação de suas carreiras. A leitura de relatos de viagem à URSS parecia funcionar, desse modo, como um contato com o mundo que poderia vir a ser.

A viagem também foi documentada pelo *Momento Feminino*, que entrevistou algumas das componentes da delegação brasileira. Além de Ofélia do Amaral Botelho, estiveram também na União Soviética a convite da VOKS a violinista Mariuccia Iacovino, a poetisa Nair Batista, a representante da Associação Feminina do Distrito Federal (AFDF) Heloisa Ramos, a advogada Lourdes Palmeira e Cristina Irineu Joffily, que no ano seguinte seria eleita 1ª secretária da Federação de Mulheres do Brasil (FMB). Heloísa Ramos nasceu Heloísa Leite de Medeiros em Maceió, Alagoas. Em 1926, casou-se com o escritor Graciliano Ramos, com quem teve três filhos: Ricardo, Clara e Luiza. Ao mudar-se para o Rio de Janeiro, juntou-se à União Feminina da Tijuca como primeira secretária e, logo depois, foi uma das fundadoras da Liga Anti-Fascista da Tijuca. No final dos anos 1940 tornou-se gerente do *Momento Feminino*. Também nessa época participou de um congresso de defesa da paz na sede da UNE com sua filha Luiza, de 18 anos. Uma dura repressão da polícia fez com que as duas saíssem feridas do evento.

Na entrevista concedida ao *Momento Feminino*, Heloisa Ramos diz não ter encontrado “a cortina de ferro amplamente divulgada pelo Ocidente”²⁰⁴. Ao contrário, Ramos relata que a URSS havia se mostrado um lugar cujas portas estariam abertas a todos os que lutavam pela paz. Em sua narrativa, compara a realidade brasileira à soviética: enquanto no Brasil morria uma criança de dois em dois minutos, na União Soviética observou crianças felizes e saudáveis em creches e jardins de infância; de

²⁰⁴ Impressões da URSS. *O Momento Feminino*, ano V, n. 94, p. 3, jul. 1952.

forma similar, enquanto o Brasil apresentava 57% de analfabetos em sua população, Heloisa impressionou-se ao visitar escolas, museus e bibliotecas que exibiam o grande investimento soviético na cultura. Sua fala mostra que, quando viajavam, as delegadas brasileiras estavam olhando para a experiência estrangeira a partir de sua ótica particular, buscando traçar paralelos e distâncias entre o que presenciavam e o que viviam em suas lutas cotidianas no Brasil. Heloisa Ramos observava a União Soviética pensando nas pautas pelas quais trabalhava em sua terra natal, como a garantia de saúde, educação e moradia adequadas para a juventude.

Lourdes Palmeira, companheira de viagem de Heloisa Ramos, nasceu Maria de Lourdes Borges da Rocha Neto, na Bahia. Lá, na Faculdade de Direito, conheceu seu futuro marido, o pecebista sergipano Sinval Palmeira. Ao se graduarem, mudaram-se para o Rio de Janeiro, onde Sinval abriu um escritório de advocacia. Lourdes, no entanto, não se interessou em trabalhar com o marido. Segundo seu relato, havia se formado em Direito não por vontade própria, mas por ser o sonho de seu pai. Juntos tiveram três filhos: Fred, Vera e Betes. Palmeira também deu seu parecer sobre a viagem à União Soviética na reportagem do *Momento Feminino*. Assim como Ramos, estava atenta às questões que tangiam à infância, relatando como o Estado soviético protegia as gestantes, fornecia creches nas fábricas e cuidava de suas crianças: “E a impressão que me ficou de tudo quanto vi, foi a de que um povo que cuida com tanto carinho de suas crianças, é um povo digno do maior respeito e da maior admiração”²⁰⁵.

3.4 “Todo defensor da paz defende seu filho e a felicidade de seu lar”: a participação das mulheres no Congresso dos Povos pela Paz

Após a experiência na União Soviética, uma das delegadas brasileiras seguiu viagem. Ofélia do Amaral Botelho embarcou em um voo para Bucareste, onde representou a Federação de Mulheres do Brasil (FMB) na reunião do Comitê Executivo da FDIM, realizada no dia 18 de julho. A reunião tinha como objetivo discutir o Congresso dos Povos pela Paz, que se realizaria em dezembro daquele ano, em Viena. Ao fim do encontro, a Federação instruiu as organizações nacionais a envolver as mulheres de seus países em manifestações, assembleias, reuniões, elaborações de

²⁰⁵ Idem.

resoluções e petições vinculadas aos preparativos e à participação no Congresso dos Povos pela Paz. Segundo a resolução elaborada pelo comitê executivo da FDIM, os *slogans* a serem adotados nesses trabalhos deveriam ser: “Conclusão de um pacto de paz, redução de armamentos, proibição de armas bacteriológicas e todos os outros meios de extermínio em massa. Melhoria das condições de vida dos trabalhadores, defesa das crianças”²⁰⁶. A organização chamava as mulheres, então, a lutarem pela realização de uma conferência entre as grandes potências mundiais para que elaborassem um tratado de paz; pelo controle bélico; pela melhoria geral das condições de vida dos trabalhadores, prejudicada pelos preparativos de guerra; e a defesa da infância.

Este último tópico mostrou-se o grande protagonista das preocupações dentre as participantes do Comitê Executivo da FDIM. Em um trecho da mensagem para as mulheres do mundo todo elaborada na reunião, afirmavam:

Jovem mãe curvada sobre o berço do seu bebê; mãe de cabelos grisalhos, você que muitas vezes em sua vida experimentou a horrível crueldade da guerra; jovem garota de pé esperançosa no limiar da vida; mulher trabalhadora, você que ajuda a criar a riqueza do seu país; mulher camponesa semeando o grão que transforma os campos em ouro; professora e escritora, cuja obra de vida é promover a nobreza no homem; médica e enfermeira que protegem a vida e a saúde; cientista e artista cuja tarefa é enriquecer a vida do homem com bem-estar e beleza:

Seja qual for a cor da sua pele, seja qual for sua religião ou convicções políticas, seja qual for o país onde você nasceu, seja você rico ou pobre, o Congresso dos Povos pela Paz é seu Congresso também, pois a guerra ameaça destruir sua vida, suas esperanças, aqueles que você ama e aqueles que o amam.

Você não pode permanecer indiferente a esse perigo! Você deve entender e nunca esquecer que é possível evitar a guerra; que pelos esforços conjuntos de todos os povos, a paz pode ser salva, e as mães nunca mais precisam ser torturadas pelo horror de ver seus próprios filhos serem assassinados ou se tornarem assassinos.

No Congresso dos Povos pela Paz, mulheres e homens expressarão como nunca antes sua vontade de paz e mostrarão como preservá-la.

MULHERES! Não podemos esperar. Lembre-se de que todo defensor da paz defende seu filho e a felicidade de seu lar²⁰⁷.

²⁰⁶ LSE, Special Collections pamphlets, 327.1720601 WOM, Message and resolutions adopted by Executive Committee WIDF, Bucharest July 1952, Women's International Democratic Federation, Berlin, 1952. [tradução própria]

²⁰⁷ Idem.

Mais uma vez, ainda que a mensagem fosse uma convocação a homens e mulheres para participarem e se envolverem nas atividades relativas ao Congresso dos Povos pela Paz, a defesa da infância vinha associada às mulheres. Da jovem mãe que se curva sobre o berço de seu bebê à mãe grisalha que já passou pelos horrores da guerra, é às mulheres que cabe a tarefa de olhar pelas crianças. São elas que devem lutar para nunca mais precisarem ser torturadas pelo horror de verem seus filhos assassinados ou se tornarem assassinos. Nesse sentido, a propaganda do Movimento pela Paz, quando direcionada às mulheres, costumava destacar sua responsabilidade como defensoras da infância, afinal, como mães, esperava-se que delas fosse o papel de cuidar de sua prole.

Ao Congresso dos Povos pela Paz, realizado em Viena no dia 5 de dezembro de 1952, compareceram dez mulheres brasileiras: Branca Fialho, Elisa Branco, Gracita Miranda, Helena Boaventura, Jovina Pessoa, Laura Austregésilo, Maria Della Costa, Paulina D'Ambrósio, Virgínia Modesto de Souza e Maria de Lourdes Teixeira, que esteve na reunião como observadora. Gracita Miranda, natural de Santos, dedicou sua juventude aos estudos de música, apresentando-se diversas vezes como declamadora e pianista. Em 1934, casou-se com Oswaldo Couto Caiuby, membro da diretoria da Associação Paulista de Propaganda. Na década de 1940, Miranda firmou sua carreira como educadora e jornalista, escrevendo, em grande parte, sobre a infância, os direitos das crianças e questões relacionadas à educação e à saúde da juventude brasileira. Nesse período também começa a se envolver com o movimento paulista de mulheres, tornando-se diretora do Departamento de Propaganda do Movimento Político Feminino de São Paulo em 1947. Atuou também durante vários anos dentro da diretoria do Sindicato dos Jornalistas.

Em 1952, participou da I Assembleia Nacional de Mulheres, onde apresentou uma tese propondo medidas para baratear o ensino, alertou sobre a obrigatoriedade da garantia do ensino pelo governo e a importância da gratuidade do material escolar²⁰⁸. Ao retornar do Congresso dos Povos pela Paz, em Viena, Gracita receberia homenagem organizada pela Sociedade Feminina Beneficente e pela Associação Brasileira de Escritores (ABDE). Em 1953, seria uma das organizadoras da Cruzada Humanitária pela Proibição das Armas Atômicas e também do Congresso Interamericano de

²⁰⁸ Instalada a I Assembleia Nacional de Mulheres. *Correio Paulistano*, ano XCIX, n. 29.637, p. 3, 19 nov. 52.

Educação de Base. Sua trajetória como educadora e membro ativo do Movimento pela Paz é emblemática para constatar a importância da defesa da infância dentro da luta internacional pela paz. Desta maneira, não estaria atuando em dois polos diversos, mas em duas frentes que se comunicavam, buscando garantir o futuro das crianças através da luta por sua segurança e direitos básicos.

Jovina Pessoa também era professora, assim como seu marido, o médico Samuel Barnsley Pessoa, que lecionava parasitologia médica na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) entre 1931 e 1955. Em 1946, em protesto contra a ditadura de Francisco Franco, Jovina participou de um boicote dos trabalhadores do Porto de Santos aos navios espanhóis. Anos depois, em relato sobre o episódio publicado pelo jornal *A Tribuna*, uma de suas companheiras, Zuleika Alambert, explica:

Eu, a Heloisa Ramos, mulher de Graciliano Ramos, e Jovina Pessoa, mulher do médico sanitarista Samuel Barnsley Pessoa, íamos para as paredes do cais, onde os estivadores recebiam senhas para descarregar os navios. Nós pedíamos para eles não descarregarem as mercadorias dos navios espanhóis. A Jovina Pessoa era mais velha, morava em São Paulo e às vezes vinha para Santos²⁰⁹.

Dois anos mais tarde, Jovina e seu marido, ambos militantes do PCB, foram presos quando, durante a cerimônia de posse dos vereadores eleitos, protestavam contra a cassação dos mandatos dos comunistas²¹⁰. A pesquisa de Gilberto Hochman sobre Samuel Pessoa revela um episódio importante na trajetória do casal. Em 1952, a China e a Coreia do Norte acusaram os Estados Unidos de usarem armas biológicas na Guerra da Coreia. A partir de então, Frédéric Joliot-Curie, francês vencedor do Prêmio Nobel de Química e membro do Partido Comunista de seu país, convidou um grupo de cientistas para irem à Coreia e averiguarem se a acusação era fundamentada. Dentre os pesquisadores estava o médico Samuel Barnsley Pessoa e sua esposa Jovina Pessoa, que atuou no grupo como intérprete de francês. O saldo da viagem foi uma declaração dos cientistas afirmando que os estadunidenses estariam, de fato, promovendo uma guerra bacteriológica. Ao retornarem de viagem, Jovina e Samuel foram encaminhados diretamente ao Deops do Rio de Janeiro a fim de prestarem depoimentos. O relatório foi

²⁰⁹ Zuleika Alambert, a 1ª deputada. *A Tribuna*, ano 111, n. 351, p. 7, 11 mar. 2005.

²¹⁰ A polícia teve que agir com energia para conter os turbulentos. *Correio da Tarde*, ano XVI, n. 2, p. 4, 3 jan. 1948.

tomado, tanto pela imprensa quanto pelos Estados Unidos, como mera propaganda política, já que grande parte dos seus membros eram comunistas²¹¹. O episódio, no entanto, teve o efeito contrário ao de frear o casal comunista, de modo que os Pessoa intensificaram seu envolvimento na Luta pela Paz. Também por isso, integraram a delegação brasileira no Congresso dos Povos pela Paz, em 1953.

Em entrevista ao jornal *Piauí*, o artista plástico e neto de Jovina, Nuno Alvarez Pessoa de Almeida Ramos, relembra de almoços na casa da avó materna, em Perdizes, nos quais não se podia deixar nenhuma comida no prato, porque ela sempre dizia que “há muitas crianças morrendo de fome no mundo, Nuninho”²¹². O artista revelou que Jovina se irritava com aqueles que criticavam Stálin em sua frente e ao cantar Parabéns para Você, por ser uma tradução da canção estrangeira *Happy Birthday*, precisava cantar em seguida alguma música brasileira. Em seu jardim cresciam apenas árvores nativas brasileiras, como o pau-brasil e a pitangueira. Nuno disse também que a avó recompensava com dinheiro os netos que decorassem o poema “Navio negreiro”, de Castro Alves; “num dos pagamentos, porém, abriu a carteira e jogou para o alto as notas, olhou fixamente Nuno e disse: ‘Isto é merda.’”²¹³. Suas memórias mostram que o compromisso com os ideais comunistas acompanharam Jovina Pessoa por toda a vida.

Com Jovina Pessoa e Gracita Miranda, viajou também Virgínia Modesto de Souza, esposa de João Modesto de Souza, prefeito de Alegrete, no Rio Grande do Sul, e líder do PTB. Além delas, a poetisa Laura Austregésilo. Já na década de 1930, Austregésilo estava envolvida na luta das mulheres brasileiras, apoiando a candidatura da líder feminista Bertha Lutz. Nesse período, ela era funcionária pública do Ministério da Fazenda, atuando como terceira oficial da diretoria do Imposto de Renda. Em 1946, filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro, recebendo seu “carnet” em uma cerimônia dedicada aos intelectuais comunistas. Neste evento, Luís Carlos Prestes entregou-lhe sua carteira do Partido, bem como para Lia Correa Dutra, Alina Paim, Graciliano Ramos, Candido Portinari e Oscar Niemeyer, dentre outras figuras de destaque. No ano seguinte, foi transferida pelo Ministério Público para Teresina, no Piauí, por motivos

²¹¹ HOCHMAN, 2015, p. 249.

²¹² MORESCHI, 2010.

²¹³ Idem.

políticos. Na mesma época, traduz para o português a obra canônica do líder comunista Vladimir Lenin, “O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo”. Austregésilo era uma das colaboradoras do periódico *Momento Feminino* e também atuava ativamente na Associação Brasileira de Escritores (ABDE), onde ocupava o cargo de primeira secretária. Em 1955, seria uma das delegadas brasileiras ao Congresso Mundial de Mães.

Maria de Lourdes Teixeira era outra escritora que compunha a delegação brasileira, mas ao contrário de suas companheiras, compareceu ao Congresso como observadora. Nascida em 1907, era filha de fazendeiros de São Pedro, São Paulo. Pela família de seu pai, era bisneta de Antonio Teixeira de Barros, um dos fundadores da cidade. Já seu bisavô por parte de mãe era o Barão de Lorena. Quando adolescente, foi enviada a uma escola de freiras, onde começou a publicar contos em revistas e jornais. Casou-se cedo com Ermelindo Scavone, que a proibiu de publicar suas escritas, afastando Teixeira de sua carreira literária por 20 anos. Porém, quando o casal se separou, Maria de Lourdes pode finalmente retomar sua paixão pela escrita. Em 1949, casou-se com o escritor comunista José Geraldo Vieira. Juntos fundariam um clube literário em torno de Eça de Queiroz. Teixeira contribuía regularmente com *O Estado de São Paulo* e atuava como diretora de suplemento literário da *Folha da Manhã*, coordenando tudo o que envolvia literatura, teatro, música, cinema e artes plásticas. Em 1955, faria uma viagem à União Soviética, declarando-se impressionada com o avanço cultural dos russos. Em 1969 seria a primeira mulher a ser indicada para a Academia Paulista de Letras.

Outra artista estava na delegação brasileira à Viena, a violinista Paulina D’Ambrosio. Nascida em São Paulo, iniciou seus estudos de pauta com seu avô, que era professor de música. Graças ao esforço de toda a família, que conseguiu angariar fundos suficientes, formou-se em violino pelo Conservatório Real de Bruxelas, na Bélgica, onde recebeu o Grande Prêmio do Conservatório²¹⁴. Ao retornar para o Brasil, dedicou-se à carreira de professora de música em diversos institutos. No entanto, ao *Diário de Notícias* explicou que lecionar nunca foi seu sonho: “Nunca desejei ser professora, mas concertista. Não era esse o meu ideal. Quando obtive a cátedra, em 1917, por concurso,

²¹⁴ SCHUMACHER; BRAZIL, 200, p. 466.

na vaga do falecido Tatti, eu sabia tocar violino, mas não sabia ensinar. Aprendi sozinha, à custa de uma intuição, agora posso dizer, milagrosa”²¹⁵. Mesmo assim, prestou concurso pois seus pais não tinham condições de financiar sua carreira de concertista. Tocou na Orquestra Sinfônica do Rio de Janeiro e na Sociedade de Concertos Pró-Música, da qual foi uma das fundadoras. Enquanto isso, dava aulas dia e noite, que “garantiam apenas o teto, a comida, a roupa”²¹⁶. Foi uma das grandes colaboradoras de Villa-Lobos, inclusive durante a Semana de Arte Moderna de 1922. Foi mestra da violinista Mariuccia Iacovino e, como ela, se envolveu fortemente na Luta pela Paz. Foi, então, selecionada como uma das delegadas ao Congresso dos Povos pela Paz. Mais tarde, seria uma das organizadoras da Liga de Emancipação Nacional e da Conferência Latino-Americana de Mulheres.

Acompanhando D’Ambrosio em Viena, estava a atriz gaúcha Maria Della Costa. Aos 15 anos, a jovem mudou-se para o Rio de Janeiro e foi contratada para trabalhar no Cassino do hotel Copacabana Palace. Lá conheceu seu primeiro marido, Fernando de Barros. Em 1945, estreou sua primeira peça, “A moreninha”, o que a impulsionou para, mais tarde, estudar teatro por um ano no Conservatório de Lisboa, em Portugal. Ao retornar para o Brasil, criou, com seu segundo marido, o ator Sandro Polloni, a Companhia Teatral Popular de Arte, que ficou conhecida como Companhia Maria Della Costa²¹⁷. Quando a companhia apresentava a peça “A prostituta respeitosa”, de Jean-Paul Sartre, foi interrompida pela polícia, que impediu a continuação da temporada²¹⁸. Em 1953, foi uma das delegadas brasileiras ao Congresso dos Povos pela Paz, sobre o qual relatou ser um dos maiores espetáculos que seus olhos já haviam visto: “Este Congresso, com a participação de todas as nações e todos os credos é um grito unânime de paz e compreensão entre os povos”²¹⁹.

Durante o Congresso foi convidada pela Ministério do Teatro Soviético para visitar Moscou. A atriz relatou certo receio por saber que muitos de seus admiradores

²¹⁵ Palestra com Paulina D’Ambrosio. *Diário de Notícias*, ano XXVIII, n. 10.701, p. 3, 28 set. 57.

²¹⁶ Idem.

²¹⁷ SCHUMAHER; BRAZIL, 200, p. 382.

²¹⁸ Em dificuldades o Teatro Popular. *Tribuna da Imprensa*, ano 2, n. 301, p. 9, 20 dez. 1950.

²¹⁹ Falam delegados brasileiros sobre o Congresso dos Povos. *Imprensa Popular*, ano V, n. 1295, p. 8, 16 dez. 1952.

poderiam se chocar com sua visita ao líder do bloco comunista, cujas relações com o Brasil encontravam-se rompidas²²⁰. Entretanto, Maria Della Costa gostaria de conhecer o famoso teatro russo. Prometeu, no entanto, que seus pensamentos e olhos se manteriam na vida artística do país, abstendo-se de comentar o âmbito político de sua experiência. Em seu relato sobre a viagem, narrou que as únicas filas que viu em sua visita foram nas livrarias, nos teatros e no túmulo de Lenin. Em entrevista à *Imprensa Popular* mostrou-se atenta ao seu ofício:

Mas, o que foi para mim uma grande surpresa, foi o teatro dos russos. Tudo nele mostra grandiosidade e gosto artístico, aliados a um sentido novo, amplamente humano. Em tôdas as peças a que assisti na União Soviética, em nenhuma delas vi desanimo, mas somente confiança e um grande amor à vida. O Teatro Bolshoi, por exemplo, está dedicado inteiramente a peças que mostram os horrores da guerra e as belezas da paz. Também fiquei impressionada com o acentuado realismo das peças soviéticas. Para uma pessoa como eu, acostumada aos teatros da França, Inglaterra, Portugal, Espanha e Itália, não podia deixar de causar choque ver, por exemplo, uma locomotiva ou uma cavalaria de verdade entrar de repente pelo palco a dentro. Achei também bastante interessante a televisão a cores e o cinema de três dimensões. Acho que o teatro soviético hoje é o primeiro do mundo²²¹.

Percebe-se que mesmo sendo bastante elogiosa, Della Costa não menciona nenhuma política pública ou incentivo governamental que tenham resultado no status do teatro russo como “o primeiro do mundo”. Segundo a atriz, havia em Moscou 600 teatros, incluindo aqueles em fábricas e escolas, sendo 40 deles destinados ao público geral, o que a atriz considera pouco para uma cidade com sete bilhões de habitantes. Mesmo assim, elogiou a extensa programação dessas casas, que mudavam seus programas diariamente, oferecendo uma média de 1200 espetáculos para o povo. Notou com surpresa que não apresentavam somente peças soviéticas, de modo que pôde assistir a uma apresentação de “Romeu e Julieta” e outra de “Otelo” durante sua visita. Sobre seu ofício, relatou que muito aprendeu sobre técnica, iluminação e maneira de representar²²².

²²⁰ Fala Maria Della Costa sobre sua visita à URSS. *Imprensa Popular*, ano VI, n. 1361, p. 3, 4 mar. 1953.

²²¹ Na União Soviética. *Imprensa Popular*, ano VI, n. 1632, p. 4, 18 out. 1953.

²²² As três filas de Moscou. *Voz Operária*, ano V, n. 264, p. 7, 5 jun. 1954.

3.5 Uma costureira brasileira no Kremlin: Elisa Branco e o Prêmio Stálin Internacional da Paz

Maria Della Costa e seu marido passaram um mês na URSS, tendo a oportunidade de assistir à sua colega brasileira, Elisa Branco, receber o Prêmio Stálin Internacional da Paz no Palácio do Kremlin, sede do governo soviético. Considerado a maior das honrarias dentre os comunistas, já havia sido concedido ao escritor Jorge Amado, em 1951. Em 1952 seria a vez de Branco, que ficara sabendo da novidade ainda em Viena, enquanto participava do Congresso dos Povos pela Paz. Segundo a pesquisa de Jorge Ferreira, em uma reunião de delegados latino-americanos, a italiana Carmem de Santis pediu a palavra para fazer um importante comunicado. No entanto, o fez em francês, de modo que Elisa Branco nada entendeu, surpreendendo-se quando todos os seus colegas levantaram-se para congratulá-la²²³. A fim de comparecer à cerimônia para receber o prêmio, viajou de Viena a Moscou, passando o Natal no trem. Chegou em Moscou no dia 26 de dezembro e o frio russo, combinado ao alto nível de emoção, a vulnerabilizaram. Desse modo, passou os primeiros dias de sua viagem no hospital, onde celebrou também seu aniversário.

Em 15 de janeiro, dia da premiação, apesar do nervosismo, discursou com firmeza:

Sou uma simples mãe de família. Êste prêmio representa tão somente o carinho e o reconhecimento do povo soviético à luta das mulheres do mundo, especialmente as mulheres da América Latina em defesa da paz, em defesa dos seus lares, dos maridos, irmãos e filhos. Nós mulheres odiamos a guerra, a violência e a desgraça. Como mães queremos criar nossos filhos, educá-los e vê-los viver felizes. Ao defendermos a paz, defendemos nossos lares, defendemos o trabalho dos nossos maridos, defendemos o sorriso dos nossos filhos, defendemos as crianças do mundo inteiro, defendemos os nossos direitos sagrados a uma vida feliz, defendemos o direito de ter nossos entes queridos juntos ao nosso coração²²⁴.

Fica clara em sua fala a visão do Movimento pela Paz sobre as mulheres. Em geral, eram elas as responsáveis por criar seus filhos, educá-los e garantir seu futuro. Em seu discurso, citou não só a tarefa feminina de defender o sorriso dos seus filhos, mas

²²³ FERREIRA, 2023, p. 120.

²²⁴ Elisa Branco agradece. *Voz Operária*, n. 195, p. 4, 14 fev. 1953.

Figura 9 - Elisa Branco acena para um grupo de crianças coreanas refugiadas da guerra durante a cerimônia do Prêmio Stalin da Paz.



Fonte: Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Elisa_Branco#/media/Ficheiro:Elisa_Branco.jpg>. Acesso em: 19 jun. 2025,

também de seus maridos, de forma que a mulher é entendida como a garantidora da felicidade do lar. A participação das mulheres na Luta pela Paz é, assim, frequentemente ligada ao seu papel como protetora e cuidadora. No entanto, ao contrário da imagem tradicional em que a mulher deve se dedicar apenas às atividades domésticas, mantendo seu lar harmonioso, Elisa Branco e tantas outras militantes comunistas o fazem protestando, sendo encarceradas, reunindo-se com mulheres de seus bairros e de países estrangeiros. Nesse sentido, Ana Clara Tavares pondera: “Muito mais do que uma forma de tentar legitimar sua ação e conquistar a empatia das pessoas, esse discurso parece representar aquilo que a costureira defendia como verdade e o que a motivava politicamente”²²⁵. Assim, o discurso em favor da paz atrelado à maternidade pode ser lido tanto como uma estratégia adotada pelos comunistas a fim de angariar apoio e empatia do público mais amplo, como de fato algo que as militantes consideravam central em sua luta.

²²⁵ TAVARES, 2023, p. 125.

Mais tarde naquele ano de 1953, ocorreria em Copenhague o III Congresso Internacional de Mulheres organizado pela Federação Democrática Internacional de Mulheres. Diferentemente de outros encontros internacionais, a delegação brasileira foi expressiva, contando com mais de 15 mulheres de diversas áreas. Compareceram Elisa Branco; a operária metalúrgica Alaide de Assis; a operária e diretora do Sindicato dos Gráficos Esmeralda Gomes; as tecelãs Inês Augusto e Lucinda de Oliveira; a operária de Juiz de Fora Maria Rocha; a dona de casa Técla Siqueira; as representantes da Federação de Mulheres do Brasil Arcelina Mochel e Eunice Catunda; as jornalistas Zenaide Morais e Pérola de Carvalho; a dona de casa e secretária da União Feminina de Duque de Caxias Lidia Alves; a representante da Federação de Mulheres do Rio Grande do Sul Odite Saldanha; a representante da União dos Servidores Públicos Civis Matilde Garcia Rocha; a professora e presidente da Associação Feminina Fluminense (AFF) Irene Wanderley; e a representante da Associação Feminina do Distrito Federal Hilda Machado Vitorino.

Figura 10 - Hilda Machado Vitorino, Matilde Garcia Rosa, Arcelina Mochel e Eunice Catunda no III Congresso Internacional de Mulheres.



Fonte: Unidas, nós que representamos uma força imensa conquistaremos a paz! *O Momento Feminino*, ano VI, n. 100, p. 5, mai., jun. e jul. 1953.

A assembleia, descrita por uma reportagem do *Voz Operária* como “a mais ampla e representativa na história do movimento feminino”²²⁶, reuniu cerca de 2 mil mulheres em um grande estádio dinamarquês decorado com bandeiras de todos os países. Durante os cinco dias de evento, representantes de 70 países compartilharam suas preocupações e desejos. As operárias da delegação brasileira, Lucinda de Oliveira, Inês Augusto, Alaide de Assis, Esmeralda Gomes e Maria Rocha discursaram na Comissão de Direitos Econômicos sobre a luta da mulher trabalhadora por melhores condições de vida. Irene Wanderley e Matilde Garcia Rocha falaram na Comissão de Defesa da Infância sobre as más condições enfrentadas pelas crianças brasileiras. Já Odite Saldanha fez sua colocação no painel de “Direitos da Mulher” sobre a luta das brasileiras pelo direito ao trabalho, por salários iguais aos dos homens e para atingirem cargos superiores. Segundo reportagem do *Momento Feminino*, todas as brasileiras foram demoradamente aplaudidas por suas contribuições.

Seis meses depois da realização do III Congresso Internacional de Mulheres, as brasileiras estiveram de volta a Europa a fim de analisarem os resultados do Congresso e desenvolverem o movimento internacional de mulheres. Arcelina Mochel, como secretária-geral da FMB, compareceu à reunião do Comitê Executivo da FDIM realizada nos dias 16 à 19 de janeiro de 1954 em Genebra, na Suíça. Em sua fala de abertura, a presidente da organização, Eugénie Cotton, ressalta o crescimento da representatividade no Comitê Executivo: enquanto o primeiro CE, eleito em Paris em 1945, contava com 25 membros de 16 países, o atual apresentava 45 representantes de 32 países²²⁷. Comemora também a vitória da luta popular contra a Guerra da Coreia, que chegara ao fim em julho do ano anterior. Ressalta, no entanto, que as mulheres de todo o mundo ainda sofrem com a existência da guerra e da pobreza, das quais “são nossas crianças as maiores vítimas”. Percebe-se, em seu discurso, a continuidade da defesa da infância como tema central das reuniões internacionais de mulheres. Esta parecia ser uma pauta em comum que unia as demandas de mulheres em várias partes do mundo. Após Cotton, Marie-Claude Vaillant-Couturier, secretária-geral da FDIM, fez um discurso destacando que:

²²⁶ Reunido em Copenhague o Congresso Mundial de Mulheres. *Voz Operária*, n. 212, p. 10, 6 jun. 1953.

²²⁷ FÉDÉRATION DÉMOCRATIQUE INTERNATIONALE DES FEMMES, 1954, p. 3.

Todas as mulheres têm as mesmas aspirações profundas, mas têm problemas particulares: uma é mãe de uma família grande, outra vive numa favela, outra é viúva de guerra, está desempregada, é trabalhadora com reivindicações especiais, tem um filho soldado, ou seu marido está ameaçado de demissão, uma é esposa de ferroviário, outra é meeira, para os filhos daquela não há escola, esta é analfabeta, etc.²²⁸.

Sua fala deixa claro que a maternidade e a defesa de uma vida digna para as crianças estavam intrinsecamente ligadas à vida da trabalhadora. Se era sua a responsabilidade de cuidar do lar, do marido e dos filhos, era importante que essas demandas fossem menos penosas para que pudesse ter uma vida mais digna.

Figura 11 - À esquerda, Arcelina Mochel na reunião do Comitê Executivo da FDIM. À direita em cima, delegadas numa comissão. Embaixo, a secretária-geral da FDIM, Marie-Claude Vaillant Couturier.



Fonte: Reuniu-se o Comitê Executivo da Federação Democrática Internacional de Mulheres. *Momento Feminino*, ano VII, n. 104, p. 19, mar. 1954.

Em um livreto suplementar a revista *Women of the Whole World*, a FDIM publicou um resumo dos relatórios de cada uma das delegadas que apresentaram na

²²⁸ Ibid, p. 9. [tradução própria]

reunião. Arcelina Mochel disse ao Comitê Executivo que, ao retornarem do III Congresso Mundial de Mulheres, as delegadas brasileiras divulgaram amplamente as resoluções das reuniões através de apresentações e conferências. A secretária-geral da FMB citou como exemplo uma reunião de mulheres em Caxias que reuniu 500 pessoas e outra no Rio Grande do Sul, com 800 membros. Nesse mesmo período, estava sendo organizada a II Assembleia Nacional de Mulheres, em Porto Alegre, que reuniu 150 delegadas de grande parte dos estados brasileiros. Nela, decidiram adotar as resoluções do Congresso Mundial de Mulheres como programa de ação. Mochel citou ainda a magnitude das greves por aumentos salariais de 1953, das quais participaram mais de um milhão de trabalhadores, grande parte desses mulheres. Por fim, Arcelina explicou que:

A partir da análise do trabalho, concluímos que era necessário dar certa autonomia às organizações femininas dos vários estados, que teriam seus próprios programas, baseados em problemas locais; aceitamos atividades centradas em problemas e demandas concretas. Hoje, nossas filiais não estão isoladas. Suas atividades estão vinculadas às demandas especificamente locais de mulheres e crianças. Elas trabalham para obter livros, construção de escolas nos bairros, manutenção de ruas, eletrificação e instalação de água nas ruas e casas, etc. Elas administram escolas de ensino fundamental, cursos de corte e costura, bordado, cursos onde os membros aprendem a ler e escrever. Essa forma de trabalhar está ganhando novo impulso, e mulheres não filiadas à nossa organização já estão colaborando sem restrições com as nossas organizações. Essas mudanças possibilitaram uma expansão considerável de nossa estrutura social e a organização de novos grupos femininos²²⁹.

É interessante perceber que, apesar de terem certas diretrizes em comum, Arcelina Mochel explicou quão importante é a autonomia das organizações femininas que, deste modo, podem concentrar seus esforços na solução de problemas materiais específicos das mulheres de cada localidade. Desse modo, segundo a advogada, o trabalho voltado para a esfera local permitiu que o movimento de mulheres crescesse ainda mais no Brasil.

²²⁹ Ibid, p. 42. [tradução própria]

3.6 Enfrentando a oposição: a Conferência Latino Americana de Mulheres

Como podemos perceber ao longo desse capítulo, as mulheres latino americanas estiveram ativas nas conferências organizadas pela Federação Democrática Internacional de Mulheres desde seus primórdios. Entretanto, foi só em 1954 que se organizou a I Conferência Latino Americana de Mulheres. Já em março daquele ano, a Associação Feminina Fluminense (AFF) convocava, por meio de uma nota no *Imprensa Popular*, as Uniões Femininas de São João de Meriti, Caxias, Nova Iguaçu, Xerém, Piranema, Campos, Macaé, Itaperuna, Barra Mansa, Nova Friburgo, Cabo Frio, Magé, Petrópolis, Niterói e São Gonçalo para uma reunião em sua sede, no Largo da Venda da Cruz nº 9, em São Gonçalo²³⁰. A ideia era começar a discutir com as mulheres desses bairros a realização da I Conferência Latino Americana de Mulheres, que aconteceria no Rio de Janeiro dali a cinco meses.

Mobilizações como essas nas associações femininas, bem como nos departamentos femininos dos sindicatos, se multiplicaram, revelando a importância do evento. Segundo uma matéria da *Voz Operária*, os pontos mais importantes do temário, isto é, os objetivos centrais da reunião, seriam os direitos da mulher e a defesa da infância²³¹. Desse modo, as delegadas poderiam debater como vivem as trabalhadoras latinas e seus filhos, compreendendo as suas principais demandas. Internacionalmente, o evento também era divulgado. A revista da FDIM, *Women of the Whole World*, publicou uma série de artigos sobre a Conferência. Os textos tratavam de diversos assuntos de interesse das mulheres latino-americanas, como a repressão política em Cuba, a tortura da delegada Celia González por sua participação no III Congresso Internacional de Mulheres, em Copenhague, e a intervenção militar estadunidense em Guatemala²³².

A mobilização crescente em torno do Congresso que se realizaria no Rio de Janeiro gerou uma forte reação por parte da direita brasileira. A reação culminou num manifesto de mulheres lido pelo udenista Hamilton Nogueira no Senado apenas três semanas antes da realização do evento. Em sua fala, o senador ressaltava que tratava-se de uma conferência comunista e antidemocrática, para a qual até a sua esposa havia sido

²³⁰ Ato Público da Associação Feminina. *Imprensa Popular*, ano VII, n. 1760, p. 2, 27 mar. 1954.

²³¹ Encontro fraternal das mulheres de todos os países da América Latina. *Voz Operária*, n. 272, p. 3, 31 jul. 1954.

²³² DE HAAN In: VALORBA; YUSTA, 2017, p. 34.

convidada. Segundo ele, o convite teria sido acompanhado de um pedido de ajuda de 7 mil cruzeiros para a realização do conclave. Nogueira argumentou que a propaganda comunista soviética que seria a Conferência era um acinte ao “povo cristão que somos”, protestando contra esse “trabalho de desagregação da família brasileira”. Após seu protesto, fez a leitura do manifesto de mulheres contra a realização do evento, onde elas afirmam que

Sabem [que], embora circulares-programas desta Conferência portem nomes de pessoas até êste momento não envolvidas em comunismo, que a organização da Conferência é da Federação Internacional de Mulheres “Democratas”, uma das muitas instituições com as quais o partido comunista atrai incautos do mundo inteiro, responsável por outros Congressos vermelhos realizados na Europa, cujo aliciamento foi feito por emissárias enviadas a outros países, pelo Comité Permanente com sede em Moscou²³³.

Neste sentido, as subscritas desta mensagem acreditam que, por tratar-se de um conclave organizado pela FDIM, seria, então um evento comunista. Finalizam o manifesto conclamando a mulher brasileira “a levantar sua voz e sua ação contra a infiltração comunista em nosso meio”.

Os rumores sobre a Conferência tomaram tal magnitude que Branca Fialho, presidente do Comitê Patrocinador, publicou uma resposta ao senador Hamilton Nogueira no *Diário de Notícias*. Em sua mensagem, esclareceu que o intuito da Conferência Latino Americana de Mulheres era o de discutir os direitos das mulheres, sem assuntos político partidários, de forma que toda e qualquer mulher que quisesse participar seria bem vinda:

Haverá mulheres comunistas nesta reunião? Deve haver, como também haverá provavelmente anticomunistas. As mulheres, sejam quais forem suas convicções, são esposas e mães e, como tal, lutam com as mesmas dificuldades. Entretanto, essa Conferência apolítica desencadeou uma campanha de oposição que, diante de nosso silêncio, aos poucos se avoluma. Não compreenderam que o nosso silêncio era consequência do desprezo. Desprezamos a campanha enquanto foi feita malévolamente através da imprensa. Desprezamos também a propaganda da Cruzada Anticomunista realizada por meio

²³³ Lido no senado o manifesto de numerosas senhoras brasileiras contra a Conferência Latino Americana de Mulheres. *Correio da Manhã*, ano LIV, n. 18824, p. 3, 7 ago. 1954.

de aviões, com grande gasto de gasolina (e, portanto, de divisas), tão destituída de inteligência que cai no ridículo²³⁴.

Em outro trecho do documento, Fialho acusou seus opositores de haverem falsificado documentos a fim de deslegitimar a Conferência. Segundo ela, seria forjada uma circular de 16 de julho de 1954, atribuída a Associação Feminina do Distrito Federal (AFDF), com uma assinatura falsificada de Arcelina Mochel, que nunca havia integrado a AFDF. A circular era um pedido de contribuições em dinheiro para a realização da Conferência, pois, segundo o documento, o PCB não estava em condições de contribuir para sua realização. O texto solicitava que o dinheiro fosse enviado à sede da AFDF, na Avenida Almirante Barroso nº 97, sala 606. No entanto, Branca Fialho ressaltou que a Associação havia mudado de localização desde dezembro de 1952. A circular era ilustrada com uma foice e um martelo, aspecto que, segundo a presidente do Comitê Patrocinador, era mais um sinal das caricatas mentiras da oposição.

Mesmo após a resposta de Branca Fialho, os ataques contra a Conferência não pararam. No dia da abertura do conclave, a Frente da Juventude Democrática publicou uma nota de repúdio à “Conferência Comunista Latino-Americana” em *A Tribuna*²³⁵. O texto demonstra particular surpresa pela decisão de realizar o congresso, uma vez que naquele momento “a Nação se recolh[ia] entristecida”. Isso porque três dias antes, o presidente Getúlio Vargas havia cometido suicídio no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro. Desse modo, a Frente da Juventude Democrática acusava as delegadas da Conferência de “insensíveis a tudo, sem sentimentos de espécie alguma, senão os de cínica subserviência às determinações da Rússia [...]”. Podemos, novamente, retornar ao tema do início desse capítulo, observando as imagens criadas em relação às comunistas. Nesse caso, como insensíveis à morte do presidente, sem sentimentos de solidariedade ao luto dos brasileiros.

Apesar da intensa articulação contra a realização da Conferência Latino Americana de Mulheres, o conclave foi realizado entre os dias 27 e 31 de agosto de 1954, no Rio de Janeiro. Segundo dados da FDIM, compareceram 368 delegadas de

²³⁴ Resposta ao senador Hamilton Nogueira. *Diário de Notícias*, ano XXV, n. 9748, p. 7, 14 ago. 1954.

²³⁵ Veemente repúdio à Conferência Latino Americana de Mulheres - Ação comunista. *A Tribuna*, ano LXI, n. 133, p. 5, 28 ago. 1954.

nove países e organizações diferentes²³⁶. *O Momento Feminino* publicou uma matéria com um resumo do relatório do evento²³⁷. Sobre o primeiro ponto do temário, “Direitos da Mulher”, alguns dos temas tratados foram a menor remuneração da mulher em relação aos homens; a tendência em se considerar menor a mulher até os 21 anos de idade, para que assim pudessem receber um menor salário; a discriminação entre mulheres brancas e indígenas; a falta de códigos de trabalho, seguro social, direito de greve e de organização sindical em certos países latino americanos; o aumento do custo de vida; a falta de creches, jardins de infância e maternidade; e a ausência de possibilidade de divórcio. Sobre o segundo ponto central do conclave, de defesa da infância, as delegadas debateram sobre o problema da desnutrição; a mortalidade infantil; a fome; os baixos orçamentos governamentais destinados à saúde e educação; a alta taxa de analfabetismo, especialmente nas zonas rurais; e a falta de cumprimento das leis que asseguram a vida e a educação das crianças.

Interessante notar o final do relatório, que afirma que “para assegurar a saúde, a instrução das crianças, é necessário paz no mundo”. O movimento internacional de mulheres entendia a Luta pela Paz como pilar central para a conquista de outros direitos. Nesse sentido, a paz estava diretamente ligada aos direitos das mulheres. Do mesmo modo, temas como a maternidade e a defesa da infância não poderiam ser separados das questões das mulheres. Afinal, como principais e, muitas vezes únicas, cuidadoras do lar e da família, elas eram as principais garantidoras do bem-estar de seus filhos. Dependiam, então, de que as crianças tivessem creches, por exemplo, para que pudessem trabalhar, ou que o preço dos alimentos lhes permitisse alimentar suas famílias para que pudessem ter uma vida digna.

Apesar do sucesso da Conferência, Francisca de Haan aponta que a importância do conclave não foi refletido na historiografia. Segundo a autora, é comum que ao invés de mencionarem a reunião realizada no Rio de Janeiro em 1954 como a primeira na América Latina, referirem-se ao ao Congresso Latino-Americano de Mulheres realizado

²³⁶ IISH, Bro 1735/16 fol, 10th Anniversary of the Women's International Democratic Federation, Women's International Democratic Federation, Berlin, p. 28.

²³⁷ Sinal dos tempos a união das mulheres latino-americanas. *O Momento Feminino*, ano VIII, n. 108, p. 20-21, set.-nov. 1954.

em Santiago, Chile, em 1959²³⁸. Até mesmo documentos da própria FDM frequentemente se referem ao congresso de 1959 como o "Primeiro Congresso Latino-Americano de Mulheres". A investigação de de Haan aponta para o fato de que a reunião no Chile aconteceu logo após a Revolução Cubana. Assim, designando este último como o primeiro de sua espécie, prestava-se uma homenagem à Revolução e ao papel das mulheres nela.

3.7 “Nós mulheres que damos a vida e que devemos lutar por essa vida e defendê-la”: o Congresso Mundial de Mães

Falamos a todas as mães, as que possuem filho ainda no berço em torno do qual velam noites e noites, ora vigiando-lhe o sono inquieto, ora esperando o minuto em que o doentinho melhore e que lhe dê um sorriso de esperança. Falamos a todas as mães, as que possuem filhos já moços, uns chegando do emprego, outros noivos, falando dos preparativos do casamento, outros na escola, estes saindo para ver o futebol ou para um baile, aqueles falando da namora, passeios, filmes, livros e viagens. Como estão crescidos! Para elas, não há no mundo rapazes mais bonitos. E eles se atiram ao colo da “velha”, dando-lhe beijos pedindo a benção. Assim acontece sempre onde palpita um coração de mãe e vibra um coração de filho. Prestai atenção, boas mães brasileiras. Se, em lugar de vossos filhos, de seus beijos e risos, houvesse chegado às vossas mãos este aviso cruel: seu filho deverá embarcar para a Coreia?²³⁹

Apelos como o usado pela Federação das Mulheres do Estado de São Paulo (FMESP) na ocasião da Guerra da Coreia não eram incomuns. Nas décadas de 1940 e 1950 eram inúmeros os panfletos direcionados ao “coração da mãe”, descrevendo supostos momentos de ternura e zelo que evocavam o dia-a-dia de grande parte das mulheres. A maternidade aparece, assim, como um local político importante no discurso das militantes comunistas deste período, ainda que extremamente idealizada.

Por vezes, seus textos podem apresentar certo tom essencializante, sugerindo o cuidado como inato à mulher. Em sua contribuição para o livro *Atravessando as fronteiras da U.R.S.S.*, Branca Fialho escreveu: “Não há mulher que não tema perder um filho. Sejam quais forem suas convicções políticas, sua religião, atividade ou profissão,

²³⁸ DE HAAN In: VALORBA; YUSTA, 2017, p. 35.

²³⁹ Panfleto “Ao coração das mães brasileiras”. Prontuário 108.021, v. 4, *Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. APESP/SP.

sua raça ou sua pátria, a mulher é antes de mais nada a mãe criadora; ela vive do sentimento e revolta-se contra a guerra que destrói seu lar e mata miseravelmente seus filhos e seu marido”²⁴⁰. Fialho, como ocorria frequentemente na sua época, descreve a mulher como sendo “antes de mais nada a mãe criadora”. Há uma compreensão da maternidade como parte do destino social das mulheres, havendo pouco espaço para outras escolhas e rumos. Portanto, não importaria qual era o contexto social em que vivia uma mulher; sua função primordial seria sempre maternar.

No entanto, neste mesmo trecho, a autora revela um potencial político no lugar da mãe, de forma que, não importava qual fossem “suas convicções políticas, sua religião, atividade ou profissão, sua raça ou sua pátria”, as mulheres uniam-se por meio da maternidade. Mesmo que de espectros políticos totalmente diversos, ou mesmo em cidades de lados opostos do globo, muitas mães passariam por situações parecidas ao tentar criar seus filhos. A maioria delas entenderia o pesado fardo de trabalhar fora de casa, cuidar do lar, do marido e dos filhos, além de possivelmente se envolver ativamente em atividades políticas. Essa compreensão mútua seria o elo entre mulheres totalmente diferentes, podendo aproximá-las na luta política.

Em sua pesquisa sobre a maternidade e a agência de mulheres no Sul Global, as cientistas políticas Anwar Mhajne e Crystal Whetstone chamam a atenção, ainda, para o fato de que a instituição da maternidade é, em geral, respeitada, fazendo com que as mulheres sejam poupadas de agressões ou repressões, ou pelo menos que estas sejam atenuadas de alguma forma²⁴¹. É nessa brecha de oportunidade que as mulheres, muitas vezes, conseguem atuar politicamente. As autoras enxergam tais brechas como uma estratégia política, mas, pelo menos no caso das militantes comunistas dos anos 1940 e 1950, argumentam que seja difícil afirmar o mesmo. De fato, é possível que essa tenha sido uma estratégia bem sucedida de angariar mais apoio ao movimento de mulheres que estavam construindo, no entanto, pode ser também que essas militantes acreditassem de fato que a mulher fosse “antes de mais nada a mãe criadora”, ou mesmo que entendessem o cuidado como um papel “feminino”.

²⁴⁰ FEDERAÇÃO DE MULHERES DO BRASIL, 1954, prefácio.

²⁴¹ MHAJNE; WHETSTONE In: HALL; WEISSMAN; SHEPHERD (ed.), 2020, p. 156.

Não é possível afirmar suas intenções, contudo é importante nos atentarmos para o papel político que adquiriu a maternidade no movimento de comunistas no Brasil e no mundo. A associação dessas mulheres aos ideais tradicionalmente ligados à figura da “mãe”, como o zelo, a pacificidade e a moral, permitiram a expansão da sua participação política, inclusive na esfera pública. Foi através de pautas ligadas à maternidade que muitas mulheres que antes nunca haviam se envolvido na política se motivassem a se engajar em uniões femininas e associações de mulheres, enfatizando seus papéis como mães²⁴².

Foi nessa esteira que a FDIM organizou o primeiro Congresso Mundial de Mães. Em seu manifesto inicial, publicado na íntegra pelo *Momento Feminino*, destacava a pluralidade do conclave: “Pela primeira vez nós mulheres e mães, oriundas de 66 países, falando diferentes idiomas, possuindo hábitos diversos e diferentes convicções religiosas e condição social, reunimo-nos em Lausane, de 7 a 10 de julho de 1955, no Congresso Mundial de Mães”²⁴³. Ao longo do texto, as organizadoras do evento destacam que aquela seria uma reunião de mães que não mais tolerariam ver suas vidas destroçadas por guerras. Destacam que “todos os povos têm direito a viver em liberdade, respeitando a independência nacional de cada um”, havendo a urgência de se acabar com a corrida armamentista, a propaganda de guerra e o desenvolvimento de armas atômicas para que a paz fosse alcançada. Relembaram que foi a mobilização popular que deu fim à guerra no Vietnã, de modo que as mulheres, como metade da humanidade, deveriam unir suas forças na luta pela paz a fim de impedir um novo conflito.

A Federação de Mulheres do Brasil prontamente aderiu ao Congresso, organizando uma Assembleia Nacional de Mães onde poderiam ser discutidas as principais demandas das brasileiras. Sobre o evento, Creuza de Souza Moura, tesoureira do Sindicato dos Têxteis, foi entrevistada pela *Imprensa Popular*:

Somos cêrca de 15.000 operárias ou talvez mais. Tôdas nós, sem excessão, passamos uma vida de privações, perdendo a saúde em cima das máquinas. Conheço tecelãs com mais de 30 anos de trabalho, que

²⁴² MHAJNE; WHETSTONE, 2017 apud MHAJNE; WHETSTONE In: HALL; WEISSMAN; SHEPHERD (ed.), 2020, p. 157.

²⁴³ Manifesto às mães. *O Momento Feminino*, ano IX, n. 113, p. 21, 1955.

mal podem andar, que sonharam tôda vida passar seus últimos dias ao lado dos filhos, cercadas dos netos. Mas a dura realidade as obriga a andar nos trens da Central, a carregar marmitas, a transformar suas últimas fôrças em lucros crescentes para os patrões. Não podemos concordar com esta situação, não podemos conformar-nos com esta miséria. E por isso saudamos tôdas as iniciativas que visam melhorar as condições de vida das mulheres. [...] Tôdas as têxteis ganham mal, trabalham em péssimas condições de higiene e conforto. Mas sofrem mais aquelas que são mães, que são forçadas a viver separadas dos filhos, temendo pela sua sorte. Muitas fábricas não têm creches e as poucas existentes são insuficientes. Existe ainda o drama daquelas que casam e não têm nem o direito de serem mães, por isso lhes significa a demissão. [...] Sou noiva de um operário, tecelão como eu. Como tôda mulher, sonho casar, criar meus filhos em um mundo de fartura, de paz e felicidade. E por isso a mim também, pessoalmente, interessa a Assembléia das Mães. Quando todas as mulheres brasileiras compreenderem que unidas poderão assegurar um futuro melhor para seus filhos, meus sonhos estarão satisfeitos.²⁴⁴

Em sua declaração, Creuza de Souza Moura denuncia as péssimas condições as quais são submetidas as trabalhadoras têxteis. Mesmo sem ser mãe, ela mostra uma compreensão de que, por conta de suas jornadas triplas, eram as mães quem mais sofriam dentro das fábricas. Reconhecendo que gostaria de ser mãe futuramente, a operária afirma a importância de sua participação na Assembleia Nacional de Mães no intuito de garantir uma vida mais digna para si e sua família.

Segundo *O Momento Feminino*, Creuza de Souza Moura foi também uma das delegadas brasileiras ao Congresso Mundial de Mães como vice-presidente da Associação Feminina do Distrito Federal (AFDF)²⁴⁵. De uma família sindicalista alagoana, Creuza foi operária desde os 14 anos de idade, quando começou a trabalhar em uma fábrica em Maceió. Aos 17, transferiu-se para o Rio, onde iniciou sua vida sindical. Em 1952, foi detida pelo Dops ao tentar organizar uma greve na fábrica Schwartz. Após ser ouvida em cartório, foi posta em liberdade. Dois anos mais tarde, foi empossada na diretoria do Sindicato dos Têxteis como tesoureira. Poucos meses depois, foi detida pelo Dops novamente ao tentar articular uma greve geral. Ainda nesse período, tornaria-se presidente do Sindicato dos Têxteis.

Ao longo dessa pesquisa, foram catalogadas 72 mulheres que representaram o Brasil em conferências internacionais, das quais 40 encontramos registros fotográficos.

²⁴⁴ A aspiração de uma tecelã: a união de tôdas as mulheres. *Imprensa Popular*, ano VIII, n. 1538, p. 12, 26 jun. 1955.

²⁴⁵ Foi a seguinte a delegação brasileira. *O Momento Feminino*, ano IX, n. 113, p. 21, 1955.

Dessas, apenas Creuza de Souza Moura apresenta-se como uma mulher negra. A pesquisa de Tauana Olívia Gomes Silva e Gleidiane de Sousa Ferreira mostra que as mulheres negras participaram ativamente do movimento de mulheres no Brasil²⁴⁶. Por que não eram, então, mais numerosas nas delegações brasileiras enviadas para fora do país? Perguntas como essa podem nos revelar as dificuldades enfrentadas por essas mulheres não só em suas vidas cotidianas, mas também dentro do movimento de mulheres e do Partido Comunista.

Um exemplo é a situação vivida por Maria Brandão, uma das três trajetórias que o trabalho de Silva e Ferreira acompanha. Em 1952, a militante recebera uma medalha de “Campeã da Paz”, cuja cerimônia de entrega deveria ocorrer em Moscou. No entanto, Maria “foi preterida de receber pessoalmente o prêmio, pois o partido achou por bem substituí-la por um jovem intelectual, o que gerou seu descontentamento com os líderes comunistas”²⁴⁷. Neste episódio, Maria Brandão não representou o Brasil no exterior pois foi substituída por um homem do Partido. A hipótese levantada por Silva e Ferreira é de que, para além do sexismo, a militante pode ter tido esse tratamento também por ser uma mulher negra. Isso porque, no ano seguinte, Elisa Branco seria enviada a Moscou a fim de receber o Prêmio Internacional da Paz. Além disso, enquanto a homenagem à Branco foi amplamente documentada, a honraria à Maria Brandão foi invisibilizada na história do PCB. Trajetórias como a de Creuza de Souza Moura e das mulheres investigadas por Silva e Ferreira revelam o longo caminho que ainda precisa ser percorrido pela historiografia das mulheres a fim de desvelar as discriminações que sofriam militantes de movimentos femininos das décadas de 1940 e 1950 para além de seu gênero.

Em julho de 1955, Creuza de Souza Moura embarcou para a Suíça com o propósito de participar do Congresso Mundial de Mães. Com ela viajaram Branca Fialho, presidente da Federação de Mulheres do Brasil (FMB); a poetisa Laura Austregésilo, em nome do Movimento Brasileiro de Partidários da Paz (MBPP); Heloisa Ramos, representando a Associação Feminina do Distrito Federal (AFDF); Regina Lima; Helena Louzada, presidente da Federação de Mulheres de São Paulo

²⁴⁶ SILVA; FERREIRA, 2017.

²⁴⁷ SCHUMACHER; BRAZIL, 2007, p. 317-318 apud. SILVA; FERREIRA, 2017, p. 1027.

(FMESP); a artista Sophia Tassinari; Maria Luiza Monteiro; as professoras Ruth Manhães, Marialva Valente Lopes e Arlete Valente Lopes; Vilvanita Cardoso, baiana estudante da Faculdade de Filosofia de São Paulo; Elza Szurkalo; Eva Schattan, representando a Associação Feminina Israelita-Brasileira (AFIB); Antônia Batista; e Eliete da Silva Tiuba, representante das famílias dos marítimos e parte do Departamento Feminino do PTB.

Carmina Alves Pereira, também membro do Departamento Feminino do PTB, era outra integrante da delegação brasileira. Em 1954, havia se candidatado a vereadora pelo partido, atingindo a suplência. Advogada e jornalista, Pereira atuava como alta funcionária do Departamento Nacional do Café, além de dirigir o programa de rádio A Nova Atlântida do Ar. Em 1956, seria uma das idealizadoras do I Congresso Nacional da Mulher Trabalhista. Estava com elas a professora e vice-presidente da FMB, Edi Duarte Pereira. Além de sua atuação da Federação de Mulheres, fazia parte da diretoria da Comissão de Defesa da Infância como tesoureira. No ano anterior, havia feito parte também da organização da Conferência Latino Americana de Mulheres como secretária provisória. Em 1957, participaria da reunião do conselho da FIDM, na Finlândia. No ano seguinte, seria eleita diretora do Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz na Assembleia Nacional das Forças Pacíficas.

Membro do FMB, Ivone Rodrigues dos Santos também esteve presente no Congresso Mundial de Mães. Esposa do médico e senador do Distrito Federal Guilherme Malaquias dos Santos Junior, no mês anterior ela havia representado a Federação na Assembleia Mundial das Forças Pacíficas, que acontecera em Helsinque, na Finlândia. Lá, o casal foi convidado a visitar a União Soviética. Em 1956, representaria a FMB no Congresso Nacional de Defesa dos Minérios. A professora Maria Felisberta Jardim foi outro membro da delegação brasileira. Foi à Suíça representando a Associação Feminina Fluminense (AFF), onde atuava como primeira secretária. Em 1954, havia sido uma das candidatas populares à deputada estadual e como parte de sua campanha percorreu os mais diversos bairros e cidades em comícios e atos. Em Nova Iguaçu, participou de um comício no Dia da Independência. Durante seu discurso, aqueles presentes gritaram vivas a Luiz Carlos Prestes e rasgaram uma bandeira americana em protesto contra o governo entreguista de João Café. Em nome

do Partido Comunista, Felisberta conclamou-os a lutar nas ruas pela realização de eleições livres no dia 3 de outubro de 1954.

Outra integrante da FMB que esteve na Conferência organizada pela FIDM foi a carioca Lidia Cunha. Nascida em 27 de janeiro de 1921, formou-se como técnica de contabilidade e, em 1941, casou-se com o militante comunista José Antônio da Cunha, fundador do Sindicato dos Bancários. Juntos tiveram 4 filhos e mudaram-se para Duque de Caxias, onde Lidia foi uma das fundadoras da União Feminina de Duque de Caxias e José foi eleito vereador pelo PCB. Em 1953, Cunha havia sido uma das brasileiras a representar o país no Congresso Internacional de Mulheres em Copenhague. Nesta viagem, visitou também a União Soviética e a China. Nas eleições de 1962, se candidataria a vereadora de Duque de Caxias pelo PTB, no entanto, não foi eleita. Durante a ditadura civil-militar brasileira, seria cassada do cargo público que exercia na Secretaria da Fazenda do Rio de Janeiro. Em 1975, se filiaria ao Centro da Mulher Brasileira, “organização feminista onde atuou com afinco e dedicação até sua morte”²⁴⁸.

Antonieta Dias de Moraes foi mais uma das mulheres brasileiras presentes ao Congresso. A escritora, que já havia sido parte do Conselho Fiscal da Associação Brasileira de Escritores (ABDE), teve sua obra marcada pela atividade política. Em janeiro de 1953 publicara o “Poema da paz” na revista *Fundamentos*, narrando a esperança de um mundo sem guerras. Poucos meses depois, publicara na mesma revista “Stalin”, poema que tratou do luto dos militantes da paz devido ao falecimento do líder soviético. Em novembro daquele mesmo ano, assinou uma saudação de escritores e artistas aos soviéticos pelo 36º aniversário da Revolução de Outubro. Em abril de 1955, visitou a União Soviética com um grupo de escritores brasileiros. Durante essa viagem, pôde conhecer a União de Escritores local e as redações de órgãos literários. No mês anterior ao Congresso Mundial de Mães, antes de voar para Lausane, esteve em Helsinque como parte da delegação brasileira na Assembleia Mundial das Forças Pacíficas.

A atriz Vanda Lacerda também esteve no conclave realizado na Suíça. Nascida em 10 de setembro de 1923 no Rio de Janeiro, formou-se em piano pela Escola Nacional de Música. No entanto, foi atuando no rádio, no teatro, no cinema e na

²⁴⁸ SCHUMACHER; BRAZIL, 2000, p. 329.

televisão que trilhou sua carreira artística. Filha da anarquista Elvira Boni Lacerda, a política sempre teve um papel importante em sua vida. Em 1981 e 1982, assumiria a direção do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Rio de Janeiro (SATED-RJ), período em que houve a regulamentação profissional da categoria de ator. Stelinha Egg foi outra artista a compor a delegação brasileira. A cantora nascida em Curitiba no dia 18 de julho de 1914, começara a cantar em festas da Igreja Evangélica aos 5 anos de idade. Na Rádio Clube Paranaense, ganhou um concurso de melhor intérprete, o que lhe rendeu um contrato com a Rádio Tupi de São Paulo. No início da década de 1940, foi contratada pela Rádio Tupi do Rio de Janeiro. Na capital foi parceira musical de grandes nomes da música nacional, como Luiz Gonzaga, Dorival Caymmi e Silvio Caldas.

Em 1954, seria eleita como parte da presidência do Primeiro Congresso Nacional de Intelectuais. Naquele mesmo ano, apresentou-se no morro do Borel em uma festa organizada pela União dos Trabalhadores Favelados. O propósito era prestar solidariedade aos moradores do Morro Santa Marta, que estavam prestes a serem despejados, mas, através da mobilização popular, conseguiram suspender a execução do despejo. Em 1955, seria uma das várias personalidades a assinar um apelo contra a preparação da guerra atômica, onde se exigia a destruição, em todos os países, dos estoques de armas atômicas, bem como a cessação de sua fabricação. Nesta época, seria eleita como parte da presidência da Assembleia Nacional das Forças Pacíficas. Pela Assembleia, foi eleita também para o Conselho Nacional do Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz (MBPP). Assim, foi uma das delegadas brasileiras da Assembleia Mundial das Forças Pacíficas, instalada em Helsinque em junho de 1955. Foi também uma das artistas a conhecer a União Soviética naquele ano, onde se apresentou diversas vezes no teatro de Moscou difundindo a música popular brasileira.

Em nome da Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem (ABDDH), esteve também no Congresso Mundial de Mães, Alzira Vinhas de Queiroz. Em 1952, seu filho, Mauro Vinhas de Queiroz, primeiro tenente da Aeronáutica, foi preso e estava incomunicável. Em carta publicada pela *Imprensa Popular*, Alzira questiona se ele havia sido preso “porque luta para que o Brasil não volte a ser uma

colônia estrangeira”²⁴⁹. Se esse fosse o caso, afirma que, “apesar de todo o meu amor de mãe, prefiro vê-lo preso, segregado do mundo como se encontra, do que vê-lo em liberdade à base da solidariedade aos entreguistas, o que equivaleria a trair a Pátria que juro defender até com sacrifício da própria vida”.

Esse episódio revela que seu filho compartilhava o posicionamento de sua mãe, rejeitando a influência estadunidense, sobretudo em relação ao Acordo Militar Brasil-Estados Unidos que fora assinado no início naquele ano. Três meses depois da publicação da carta, Alzira chefou uma comissão enviada pela ABDDH ao presídio da marinha, conhecido como Ilha das Cobras. A Associação denunciava ao Congresso os atentados aos Direitos do Homem praticados nos marinheiros e fuzileiros encarcerados. No entanto, a comissão enviada para visitar esses presos políticos não pôde entrar no local. Sua luta não esmoreceu, de modo que ainda naquele ano assinou uma carta enviada à ONU denunciando a prisão política dos militares. Em 1956, participaria de um ato solene na ABI de instalação da Comissão de Apoio à Conferência Mundial de Mulheres Trabalhadoras. Três anos mais tarde, seria eleita vice-presidente da Sociedade Amigos do Bairro de Botafogo.

A delegação brasileira partiu, então, dos trópicos para o verão suíço. Em Lausane, a Orquestra de Câmara local tocou Bach, marcando a solenidade da sessão de abertura do Congresso Mundial de Mães no dia 7 de julho de 1955. Por quatro dias reuniram-se 1.060 participantes vindos de 66 países, incluindo 964 delegadas, 73 convidadas e 23 observadores²⁵⁰. Segundo o relatório da Comissão de Credenciais do Congresso, 653 destas mulheres nunca haviam participado de uma reunião internacional. A maioria delas foi eleita em bairros, fábricas, escolas e em grandes reuniões, cada uma representando grupos diferentes. O relatório mapeou ainda que:

Todas as mães querem defender a vida.

Elas querem uma vida feliz e segurança para seus filhos. Algumas delas trouxeram seus filhos com elas em sinal de seu desejo. Havia mães com filhos de vinte anos; mães querem salvar seus filhos, não importa a idade que tenham.

É por isso que elas deixaram suas casas, deixaram seus entes queridos,

²⁴⁹ “Prefiro ver meu filho prêso, a vê-lo em liberdade à base do apôio aos entreguistas”. *Imprensa Popular*, ano IV, n. 1080, p. 4, 17 jun. 1952.

²⁵⁰ ATRIA, Amsterdam, D109/33, World Congress of Mothers, Documents, Lausanne, 7th to 10th July 1955, p. 10.

para comparecer. Havia 835 mães presentes, 266 das quais tinham mais de 3 filhos. Havia várias mães grávidas, assim como mães de onze, treze, quinze filhos e várias mães de dez filhos. Havia mães de todas as idades, mães com menos de vinte anos, avós e bisavós no Congresso. Havia 128 mães com menos de 30 anos e 68 mães com mais de 60 anos. Todas essas mulheres expressaram sua condenação à guerra e deram uma demonstração poderosa da força do amor materno.

A autoridade do Congresso também pode ser vista na composição social das delegações. Entre as delegadas e observadoras, havia ministras governamentais, 32 membros de parlamentos e vereadoras, 9 advogadas, mais de 150 trabalhadoras industriais, camponesas e trabalhadoras de escritório, 97 educadoras, 55 médicas, 398 donas de casa, 41 escritoras, poetisas e jornalistas, 11 estudantes, 23 mulheres trabalhando em campos científicos ou culturais

[...] O Congresso Mundial de Mães, o primeiro Congresso da história que reuniu mães de todos os cantos do globo, foi um enorme sucesso e uma grande contribuição para a luta para salvaguardar a paz e construir um futuro melhor para todas as crianças do mundo.

Estamos convencidos de que as imensas forças de paz que foram reveladas não permitirão o desencadeamento de uma nova guerra e que nenhuma mulher terá que sentir que seu filho, seu marido ou seu irmão morrerão em um campo de batalha, que aqueles que são mais queridos para ela e seu lar serão destruídos.

Não permitiremos que sangue ou lágrimas corram novamente, não deixaremos que novos milhões de mães experimentem a dor mais cruel.

A ideia de que a paz deve ser defendida une todas as pessoas decentes, independentemente de suas opiniões políticas ou crenças religiosas, independentemente de sua raça ou nacionalidade.

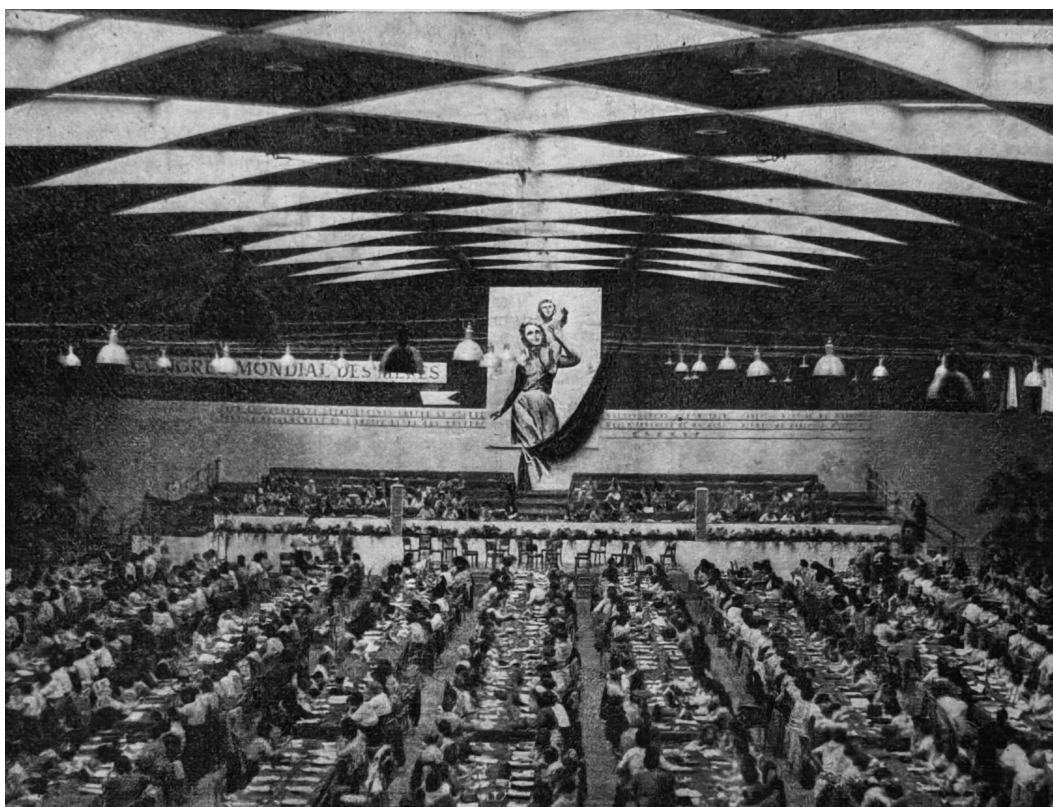
Nós, mulheres que damos a vida e que devemos lutar por essa vida e defendê-la, faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para salvar a paz.²⁵¹

Tratou-se, então, de um Congresso que abrangeu mulheres de todos os continentes, diversos países, profissões e idades. Foi facilitada, desse modo, uma troca rica e complexa, incluindo mães brasileiras, mães que haviam presenciado o bombardeamento em Nagasaki, mães militantes, mães que nunca haviam deixado seus países. Durante os quatro dias de discussões, 119 mulheres falaram, de forma que diversas opiniões foram escutadas.

O Congresso Mundial de Mães apresentou-se como uma continuidade da pauta central de defesa da infância que vinha sendo defendida pelos últimos conclaves organizados pela FDIM. Entretanto, agora a figura da mãe tornava-se protagonista. Surgia, assim, a ideia de mãe como categoria política, um grupo definido por seu trabalho de maternar mobilizando-se através de pautas definidas diretamente ligadas ao

²⁵¹ Ibid, p. 11. [tradução própria]

Figura 12 - Congresso Mundial de Mães, em Lausane.



Fonte: ATRIA, Amsterdam, D109/33, World Congress of Mothers, Documents Lausanne, 7th to 10th July 1955, p. 6.

contexto político internacional. Nesse sentido, por mais que, muitas vezes, no discurso das militantes a maternidade aparecesse de forma essencializante, sugerindo que o cuidado com os filhos fosse um papel inerente à mulher, é necessário percebermos a legitimidade de suas lutas. Usando a bandeira da maternidade - fosse de forma estratégica ou não -, essas figuras romperam barreiras, ingressando na política pública e viajando para congressos internacionais a fim de demandarem melhores condições materiais para si e seus filhos.

3.8 O fim da década de 1950: a queda do herói, do *Momento Feminino*, da AFDF e da FMB

Em fevereiro de 1956, três anos após a morte de Stálin, ocorria o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Durante a reunião, o secretário do Partido, Nikita Krushev, divulgou o que mais tarde ficou conhecido como “relatório secreto”, onde denunciava os crimes cometidos por Stalin. Rapidamente o relatório apresentado aos membros do PCUS se espalhou pela imprensa soviética. O alvoroço

logo atingiu os Partidos Comunistas de todos os países. Segundo a pesquisa do historiador Frederico José Falcão, no entanto, o PCB nunca assumiu a veracidade do “relatório”²⁵². Apesar da tentativa de bloquear a discussão sobre o tema dentro do Partido, sob a orientação de Luís Carlos Prestes, a imprensa passou a circular, em outubro daquele ano, a questão que estava assolando o mundo comunista desde fevereiro.

A resistência do PCB em travar o debate sobre as denúncias feitas ao antigo líder comunista resultou na saída de vários militantes do Partido, incluindo Agildo Barata, seu dirigente histórico, durante o primeiro semestre de 1957. A partir de então, houve uma grande cisão dentro do PCB, que rachou entre aqueles que eram a favor do debate, os “abridistas”, e aqueles que eram contra, os “fechadistas”. Falcão salienta ainda que, na reunião do Comitê Central do PCB, em agosto de 1957, “o antigo ‘núcleo dirigente’ do Partido, claramente vinculado ao stalinismo e, então, fragilizado pelas denúncias de Krushev ao seu líder e pelo setor da militância pecebista que denunciou práticas stalinistas da direção partidária, acabou afastado de suas funções dirigentes [...]”²⁵³. Dessas divergências internas sobre a orientação política do Partido e sua relação com a União Soviética, em 1962, resultaria a cisão que daria origem ao PCdoB.

As mulheres comunistas tiveram outros baques naquele período. Em 1956, seria publicada a última edição do *Momento Feminino*. Em janeiro de 1957, o então presidente Juscelino Kubitschek decretou o fechamento da Associação Feminina do Distrito Federal (AFDF) e da Federação de Mulheres do Brasil (FMB). No ano anterior, um boletim redigido pelo diretor da DPS, o coronel Edwaldo de Luna Pedrosa, explicava que, mesmo na ilegalidade, o PCB havia retornado à vida legal através de várias entidades diferentes, dentre elas a FMB:

Como as desigualdades políticas, econômicas e jurídicas que pesaram sobre a mulher brasileira se diluem a cada dia que passa, mercê do vertiginoso progresso que impulsiona o ritmo nacional, era evidente que sobre o setor da vida feminina também se fizesse sentir as preferências daqueles que, carentes de escrúpulos, pretendem solapar os fundamentos da nossa formação familiar, dirigindo falsos apelos à sensibilidade da alma da mulher brasileira. Em decorrência desse trabalho, originaram-se “associações” de mulheres, espalhadas por

²⁵² FALCÃO, 2016, p. 218.

²⁵³ Idem.

todos os quadrantes do território pátrio, a serviço dos comunistas, dos quais se tornaram *dóceis instrumentos*. Dentre elas, pela amplitude e profundidade de sua ação, ressalta a Federação de Mulheres do Brasil, que congrega e orienta todas as “associações” femininas de tendências comunistas existentes no país. Ligada à direção central, essa “Federação” vem veiculando todas as formas de agitação e propaganda preconizadas por aquele extinto Partido, participa de todos “movimentos” ou “campanhas” de inspiração moscovita e já agora, pela eficiência e o êxito alcançados, tem merecido louvores e citações especiais por parte dos mentores mais categorizados do credo vermelho nacional e internacional (documento junto). Ultrapassando as fronteiras do território brasileiro, adquiriu *expressão de âmbito mundial*, particularmente nos países do “campo socialista” onde o seu trabalho vem sendo exaltado pelos órgãos femininos congêneres, com os quais mantém intenso intercâmbio mediante a troca de “mensagens” enquanto, por outro lado, move “protestos” contra entidades similares sediadas fora da “cortina de ferro”, tomando ainda parte ativa em todas as iniciativas hostis aos países do mundo ocidental democrático. Seus quadros dirigentes se compõem de elementos femininos conhecidos pelas suas convicções políticas nitidamente “vermelhas”, devendo ser nominalmente referidas: Branca Fialho, (ligada diretamente ao Comitê Central do P.C.B., às expensas de quem viaja constantemente para a Rússia e seus satélites); Elisa Branco, (agraciada com prêmio Stalin da Paz); Eline Mochel (médica, ex-vereadora pelo P.C.B. no Distrito Federal); Edi Duarte Pereira; Cristina Joffily; Zelia Amado; Jurema Ferreira, etc. À vista do exposto, e sobretudo diante do volumoso e irrefutável documentação junta, e considerando mais que a referida entidade, embora devidamente registrada como sociedade civil, desviou-se das suas finalidades legais, pelo que infringiu o artigo 6º do Decreto-Lei 9.085, de 25 de março de 1956, a Divisão de Polícia Política e Social vem, “data vênica”, com base no referido Decreto-Lei sugerir a V.Excia. a suspensão, em caráter urgente, do funcionamento da Federação de Mulheres do Brasil, até ulterior deliberação da Justiça.²⁵⁴

Como vimos em capítulos anteriores, o diretor da DPS deslegitima a atuação das associações de comunistas pintando-lhes como manipuladoras, sob o comando das quais as mulheres de todo o Brasil “se tornaram dóceis instrumentos”. Percebe-se também a preocupação da Polícia Política com a internacionalização dessas militantes, cuja atuação havia adquirido “expressão de âmbito mundial”. Desse modo, a conexão com organizações estrangeiras apresentava um perigo ao olhar Estatal, afirmando a força das associações femininas brasileiras, não somente por serem organizações cujas dirigentes eram em grande parte comunistas, mas também por tratar-se de associações de mulheres. Pouco depois deste boletim, em 22 de janeiro de 1957, o governo Juscelino Kubitschek decretou a suspensão do funcionamento da AFDF e da FMB.

²⁵⁴ APERJ, Fundo DPS, Caixa 780, Pasta Comunismo, notação 38A, Dossiê 3, p. 77-79. [grifos próprios]

Provavelmente pelo fim do *Momento Feminino*, da AFDF e da FMB quase que simultaneamente, restaram apenas silêncios quando buscamos entender o posicionamento das comunistas brasileiras quanto as cisões no PCB causadas pelo relatório de Krushev. O que passaria a representar o “campeão da Paz” para essas mulheres? Elas acreditariam nas denúncias contra Stálin ou desmereceriam a veracidade do relatório apresentado no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética? Quais delas romperiam com o Partido ou até mesmo com o comunismo após essa ruptura? Essas são perguntas cruciais que espero poder explorar em uma pesquisa futura.

Ainda que sob intensa fragilização, as comunistas brasileiras mobilizaram-se para a formação de uma delegação a ser enviada para o IV Congresso Internacional de Mulheres organizado pela FDIM. Realizado entre os dias 1 e 5 de junho de 1958, em Viena, o tema do conclave foi “O papel e a responsabilidade das mulheres no mundo de hoje”. Segundo uma publicação contendo os documentos do conclave feita pela própria Federação, a ideia central era promover uma discussão entre mulheres do mundo todo, a fim de compreender como a FDIM poderia auxiliá-las em seus mais diversos contextos. No relatório do conclave, apresentado por Eugénie Cotton, a organização definiu três campos de atividade em que se concentrariam as suas tarefas. A primeira delas seria a defesa do direito das mulheres:

É evidente por todas as sugestões que foram enviadas pelas organizações nacionais, que é necessário criar condições para a mulher de 1958, que lhe permitam cumprir seus deveres definidos pelos três termos: mãe, trabalhadora e cidadã.

Devemos lembrar que há menos de um século, a opinião normal no mundo era que a mulher estava destinada a ser mãe e dona de casa, que era desnecessário para ela estudar ou aprender um ofício, ou participar da vida pública de seu país.

Hoje, os fatos provaram que as mulheres são capazes de estudar, de ter uma profissão e de assumir as responsabilidades da vida comunitária.

Se não estamos enganados, a mulher de 1958 não ama seus filhos menos do que a mulher de 1858. Pelo contrário, ela tem uma concepção mais exaltada de seu papel como mãe, que ela não deseja limitar a simplesmente trazer seus filhos ao mundo e cuidar deles durante seus primeiros anos.

[...] O FDIM deve apoiar energeticamente o direito da mulher ao trabalho, um direito que lhe dá independência econômica, é um fator em sua emancipação e garante sua dignidade. Por meio do trabalho, ela participa mais diretamente da vida social e sua atividade no lar aumenta em relação ao marido e aos filhos.

É justo que as mulheres tenham as mesmas oportunidades que os homens de se tornarem trabalhadoras qualificadas. Este problema central, esta nova concepção do papel das mulheres será o tema especial de uma das três conferências planejadas para o presente Congresso, com o título "A criação de condições que permitirão à mulher cumprir seu papel na sociedade como mãe, trabalhadora e cidadã"²⁵⁵.

Já no início deste trecho do relatório apresentado por Eugénie Cotton, observa-se, novamente, o termo “mãe” sendo usado como categoria política que identificaria mulheres de diferentes origens, idades, raças e espectros políticos como parte de um mesmo grupo com interesses semelhantes. O texto exalta que o amor materno continua o mesmo, estivessem essas mulheres dedicando-se exclusivamente aos cuidados do lar e dos filhos, ou também trabalhando fora de casa. Dessa forma, a narrativa construída para o convencimento de que a mulher deve ter o direito de exercer um trabalho assalariado e ter sua independência financeira passa pela garantia de que isso não traria ônus algum aos seus cuidados no lar.

Listando os outros pontos centrais no temário do IV Congresso Internacional de Mulheres, Cotton relata também que o direito das crianças e dos jovens à educação seria uma prioridade:

Este é um dos problemas que mais preocupam as mães atualmente. Muitas vezes, devido ao fato de terem sido impedidas de estudar as matérias que gostariam de ter estudado, elas veem uma espécie de vingança em poder dar educação aos filhos.

Elas sabem, por exemplo, que na vida moderna o analfabetismo é uma desvantagem real que devemos nos apressar para remediar, tanto no caso das meninas quanto no dos meninos. Na família, a mãe deve ser a primeira pessoa a defender a igualdade de direitos para as mulheres, colocando suas filhas em pé de igualdade com seus filhos, e não protegendo os meninos daquelas mil pequenas tarefas domésticas que geralmente são reservadas para as meninas.

Com o rápido progresso da ciência, o nível de conhecimento de homens e mulheres deve aumentar constantemente. No século XVIII, por exemplo, não havia ocupação que exigisse conhecimento de eletricidade, mas agora seria impossível lidar com aparelhos modernos sem algumas noções elementares sobre eletricidade. O homem e a mulher modernos devem saber de onde vem a energia atômica, por que ela é importante, quais benefícios ela pode trazer à humanidade e quais perigos terríveis ela pode causar.

Em breve, para explicar aos seus filhos o que é um sputnik, as mães terão que entender as leis da mecânica e as propriedades dos novos

²⁵⁵ WOMEN'S INTERNATIONAL DEMOCRATIC FEDERATION, IVth Congress of the Women's International Democratic Federation: Documents, Vienna, 1-5 June 1958. Berlin, 1958. p. 6. [tradução própria]

combustíveis. O nível de conhecimento do homem mais simples terá que ser elevado continuamente. Então, as mulheres estão certas em exigir que seus filhos, meninos e meninas, tenham direito à educação.²⁵⁶

De início, defende-se a importância de as mulheres educarem filhos e filhas da mesma forma, fazendo com que ambos realizem as tarefas domésticas e, igualmente, tenham oportunidades de atingir um nível alto de conhecimento. Ao final deste trecho, no entanto, aparece a ideia de que as mulheres precisam aprimorar seus conhecimentos científicos para que consigam apresentar explicações quando questionadas por seus filhos. Por isso, então, deveriam exigir igualdade ao direito à educação, entre meninos e meninas. Além dos direitos das mulheres e do direito à educação o Congresso Internacional de Mulheres, realizado em 1958, tinha a paz como um terceiro grande tema, bem como todas as outras conferências organizadas pela FDIM até então.

Os documentos do conclave revelam uma atmosfera em que a mulher expressava claramente o desejo de viver para além do seu papel como mãe, esposa e dona de casa. Sem abandonar esse trabalho doméstico, as participantes discutiam o papel da mulher na sociedade para além do lar, como cidadã e “trabalhadora a serviço do progresso”²⁵⁷. Percebe-se, através desse relatório, como o trabalho doméstico e o trabalho fora de casa não eram contrapostos na narrativa de exigência de direitos. Ao contrário, eram postos como complementares. Pode-se ler esta escolha como uma estratégia adotada pelas militantes para atingir um maior número de mulheres e, simultaneamente, despistar uma oposição mais ferrenha. Todavia, não é possível afirmar que este era o caso. É possível que estas mulheres de fato vissem a maternidade, o casamento e o cuidado com o lar como suas atividades primordiais que não seriam prejudicadas ao exercerem um trabalho assalariado.

²⁵⁶ Ibid, p. 7. [tradução própria]

²⁵⁷ Ibid, p. 10. [tradução própria]

Fizeram parte da delegação brasileira ao Congresso, Maria Aragão²⁵⁸, a representante da FMB Lidia Cunha, a baiana Maria Uchôa e a escritora Adeonara de Sá Couto. Além delas, viajou à Viena Matilde de Carvalho, vereadora de São Paulo eleita pelo Partido Social Progressista (PSP) em 1955, mas vinculada ao PCB²⁵⁹. Nascida em Pirajá, no interior de São Paulo, filha de um ferroviário e órfã de mãe, Matilde mudou-se em 1930 para a capital, onde passou a trabalhar como costureira. Em seu mandato, defendeu os direitos das operárias e lutou contra a carestia. Maria Prestes Maia foi outra membra da delegação brasileira. A portuguesa havia sido educada em um internato em Paris. Ainda jovem, teve de casar com seu primo através de um arranjo familiar, no entanto, a incompatibilidade culminou em divórcio. Por conta disso, sua família a rejeitou, o que a fez ingressar na carreira teatral, como cantora e atriz²⁶⁰. Na década de 1930, esteve no Rio de Janeiro com sua companhia de teatro, onde conheceu o engenheiro Prestes Maia, com quem se casou. Passaram a viver juntos em São Paulo e, em 1945, tiveram uma filha, Adriana. Prestes Maia atuou na FMB como membro da diretoria no Departamento de Assistência Social. Em 1961, seria convidada para assumir a presidência da federação.

Este capítulo buscou compreender como a narrativa construída pelas mulheres no Movimento pela Paz estava intrinsecamente ligada ao papel da maternidade. Buscamos compreender como o lugar de “mãe” foi mobilizado politicamente por estas militantes, que se reuniram através desta identidade a fim de demandar por melhores condições para si e seus filhos. Também analisamos as nuances nesse discurso, que, por

²⁵⁸ Pela alta frequência de nomes e sobrenomes iguais aos seus, é difícil afirmar quem seria esta Maria Aragão. É possível, no entanto, que se trate de Maria José Camargo de Aragão, médica negra e diretora do jornal maranhense *Tribuna do Povo*. Nascida no interior do estado, em Engenho Centra, era a terceira filha de sete irmãos. Seu pai, Emídio Aragão, trabalhava como guarda-fios da Companhia de Telégrafos. Sua mãe, Rosa Camargo, mesmo sendo analfabeta, foi decisiva na educação e formação dos filhos. Em 1934, Maria foi para o Rio de Janeiro, onde Rosa faria um tratamento médico. Pouco tempo depois, sua mãe faleceu e, então, Maria decide começar o curso de Medicina na antiga Universidade do Brasil, hoje UFRJ. Em 1942, ao formar-se, começou a atuar na área pediátrica, mas a morte de sua filha devido a uma epidemia a afasta do atendimento a crianças e a faz seguir carreira de ginecologista. Em 1944, passa a frequentar reuniões do Partido Comunista e, no ano seguinte, retornou ao Maranhão a fim de fortalecer o Partido no estado. Foi candidata popular a deputada estadual. Era diretora do jornal *Tribuna do Povo*, onde tecia duras críticas às práticas coronelistas do senador Vitorino Freire (PST). Por isso, foi presa pela primeira vez em 1951, permanecendo encarcerada por 80 dias. Em 1973 foi presa mais uma vez, levada pela Polícia Federal para Fortaleza, onde foi torturada e solta em 1978. Na década de 1980, dirigiu o Sindicato dos Médicos, atuou na greve dos profissionais de saúde e na criação da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos. Faleceu aos 81 anos, em 1991. (SILVA; FERREIRA, 2017)

²⁵⁹ NETO, 2021, p. 18.

²⁶⁰ MATOS, 2014, p. 112.

vezes, se fez valer de uma noção essencializante de mulher que compreendia a maternidade como sua função primordial. Percebemos ainda a fragilização do movimento de mulheres coordenado pelas comunistas que vinha se construindo desde 1945 a partir do desmantelamento do *Momento Feminino*, da AFDF e da FMB.

Considerações finais

Durante a Segunda Guerra Mundial, as mulheres foram severamente afetadas pela escassez, que precarizou a economia doméstica. Por conta dos recursos parcos, mulheres de classe média, cuja tarefa central antes envolvia os cuidados do lar, tinham agora que trabalhar não somente dentro de casa, zelando por seus filhos, marido e afazeres domésticos, mas também em um emprego assalariado, o que poderia também significar uma oportunidade para o ingresso no mercado de trabalho formal. Além da sobrecarga física a que eram impostas, a estafa mental era agravada pela frequente perda de entes queridos para o conflito mundial. O período pós-guerra foi marcado, então, pelo surgimento de diversas associações e uniões de mulheres que buscaram se articular a fim de garantir melhores condições de vida. No Brasil, as mulheres passaram a se organizar, em meados dos anos 1940, principalmente, a fim de combaterem o alto custo de vida que impunha um pesado fardo às trabalhadoras, reagindo também ao projeto nacional-desenvolvimentista industrializante em curso naquele período.

Várias das associações que surgiam eram coordenadas pelas comunistas, cujo olhar guiado pelo materialismo histórico atentava-se para as dificuldades enfrentadas pela classe trabalhadora. Além das associações de bairro, formaram-se federações nacionais e, aos poucos, o escopo de suas atividades foram se expandindo, de modo a integrar uma rede internacional de mulheres. Ao longo deste trabalho, busquei compreender quem eram estas agentes, de que maneira se articulavam dentro e fora do Brasil e como entendiam o mundo ao seu redor.

No Capítulo 1 iniciamos a exploração do tema deste trabalho buscando conhecer quem eram as comunistas brasileiras. Analisamos as diretrizes do Partido Comunista em meados da década de 1940 e como as mulheres estavam presentes no Partido. Vimos a importância de sua articulação em Uniões Femininas para a atuação das comunistas tanto dentro das Câmaras Municipais, quanto em ações locais. O *Momento Feminino* mostrou-se como um veículo de informações nesse período, divulgando eventos, organizações e temas de interesse das trabalhadoras. Investigamos também o tensionamento entre as comunistas e as feministas, de modo a entender o movimento de mulheres como um território de disputa no período pós-Guerra. Examinamos o surgimento da Federação de Mulheres do Brasil (FMB), em 1949, como uma

estruturação formal do movimento das comunistas, organizando as associações regionais através de diretrizes nacionais. Por fim, pudemos conhecer a Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM), instituição que agregava entidades como a FMB ao redor do globo. O objetivo desta entidade internacional era formar uma rede transnacional de mulheres cujo interesse em comum era a proteção da paz, o combate ao fascismo e a luta pelos seus direitos das mulheres e os das crianças.

A partir de então, no segundo capítulo, examinamos como as comunistas brasileiras passaram a frequentar reuniões internacionais, especialmente aquelas organizadas pela FDIM. Analisamos o II, III e IV Congressos Internacionais de Mulheres, algumas das reuniões de conselho da FDIM, o I e o II Congresso Mundial da Paz e a Conferência Continental Americana pela Paz. Por meio deste passeio analítico pelos conclaves, pudemos conhecer brevemente quem foram as mulheres que representaram o Brasil no exterior, como Nice Figueiredo, Arcelina Mochel, Nair Batista, Fanny Tabak, Branca Fialho, Mariuccia Iacovino, Ofélia do Amaral Botelho, Alina Paim, Lily Ripoll, Eunice Catunda, Eline Mochel e Helena Boaventura. Percebemos como a Luta pela Paz foi predominante na atuação política feminina dos anos 1940 e 1950. Compreendemos também como Stálin foi colocado no papel de baluarte da Paz, tornando-se uma figura heróica dentro do movimento internacional que se formava. A prevalência do tema mostrou reflexos no Manifesto de Agosto de 1950, adotado pelo PCB. Por conseguinte, a atuação das brasileiras em território nacional também guiou-se pelo Movimento pela Paz, tendo como um de seus métodos a coleta de assinaturas para os apelos de Estocolmo, de Berlim e de Viena. Neste processo, a militância de bairro foi massiva, ultrapassando as barreiras de escolas, fábricas e casas. Tal atuação não passou, porém, despercebida pelos olhos da Polícia Política, que as monitorou de perto e reprimiu suas atividades constantemente.

Por fim, no Capítulo 3, analisamos como a maternidade e a defesa da infância foram importantes bases para a participação feminina na Luta pela Paz. Para isso, buscamos entender o que era esperado da mulher na sociedade dos anos 1950. Também exploramos como as militantes comunistas desviavam, de certo modo, essa expectativa social, deixando de cumprir seu destino social exclusivamente ligado ao lar. As atividades políticas nas quais se envolviam renderam-lhes outras possibilidades, bem

como intensas críticas. Complexificamos este debate observando como estas mulheres também perpetuavam a ideia de maternidade como a principal atividade feminina. Este discurso foi amplamente utilizado durante a Luta pela Paz, angariando uma grande quantidade de mulheres ao movimento.

Entendemos como estes debates estavam sendo travados em reuniões internacionais como a Conferência Internacional em Defesa da Infância, reuniões do Comitê Executivo da FDIM, o Congresso dos Povos pela Paz, o III Congresso Internacional de Mulheres, a I Conferência Latino Americana de Mulheres, o Congresso Mundial de Mães e o IV Congresso Internacional de Mulheres. Nessas ocasiões, conhecemos algumas das delegadas brasileiras, como Dinah Silveira de Queiroz, Heloisa Ramos, Lourdes Palmeira, Gracita Miranda, Jovina Pessoa, Virgínia Modesto, Laura Austregésilo, Maria de Lourdes Teixeira, Paulina D'Ambrosio, Maria Della Costa, Creuza de Souza Moura, Carminda Alves Pereira, Edi Duarte Pereira, Ivone Rodrigues dos Santos, Lidia Cunha, Antonieta Dias de Moraes, Vania Laceira, Stelinha Egg, Alzira Vinhas de Queiroz, Matilde de Carvalho e Maria Prestes Maia, dentre outras. Analisamos ainda como algumas dessas mulheres estenderam suas viagens à Europa, visitando a União Soviética. Em Moscou, acompanhamos a homenagem a Elisa Branco no Palácio do Kremlin, na ocasião em que recebeu o Prêmio Stálin Internacional da Paz. Por último, entendemos como no fim da década de 1950 ocorreu uma forte desmobilização do movimento feminino que havia surgido no Brasil em meados da década anterior, com o fechamento do *Momento Feminino*, da AFDF e da FMB. Como sabemos, no entanto, tal fragilização não foi suficiente para encerrar a participação política no país. As mulheres continuaram se mobilizando, notadamente na oposição à ditadura civil-militar instaurada em 1964.

Ao longo desta pesquisa 72 viajantes foram mapeadas. Tal catalogação permitiu que começássemos a traçar o perfil dessas mulheres. Como apontado no Capítulo 3, identificamos registros fotográficos de 40 delas, sendo apenas 1 negra. Percebemos também que, das 72 militantes, 18 eram nascidas no Sudeste (10 em São Paulo, 7 no Rio de Janeiro e 1 em Minas Gerais); 10 no Nordeste (3 na Bahia, 3 no Maranhão, 2 em Alagoas, 1 no Sergipe, 1 no Ceará); 5 no Sul (4 no Rio Grande do Sul e 1 no Paraná); e 1 em Portugal. Não foi ainda possível determinar a origem das 38 mulheres restantes. É

notável a prevalência de viajantes sudestinas e a ausência de delegadas nortistas e centro-oestinas, característica que pretendo explorar em trabalhos futuros.

Quanto às profissões exercidas pelas delegadas brasileiras aos congressos internacionais, podemos observar uma grande variedade. Foram identificadas 12 professoras; 9 escritoras; 7 operárias; 4 advogadas; 4 musicistas; 3 donas de casa; 3 atrizes; 2 jornalistas; 2 médicas; artistas plásticas; 1 enfermeira e 1 técnica de contabilidade. Não conseguimos ainda verificar as atividades de 22 delas. Podemos nos questionar quem seriam essas 22 figuras. Talvez se tratassem de donas de casa ou operárias, figuras menos públicas se comparadas às artistas, advogadas e escritoras que somavam grande parte das viajantes aqui identificadas. No movimento de mulheres dentro do território nacional, por exemplo, era notável a maioria de operárias e donas de casa. Guilherme Nunes aponta que em um Congresso de Mães contra a carestia de vida e em defesa da paz organizado pelas comunistas em 1951, 147 das delegadas eram donas de casa, 47 eram operárias, 10 funcionárias, 9 professoras, 6 de profissões liberais, 5 estudantes, 4 enfermeiras e 3 camponesas. O autor levanta a hipótese que o foco nas pautas ligadas à economia doméstica, “se por um lado pode ser uma forma como o Partido interpretava as questões relativas às mulheres, por outro, dialogava com a base que estava ingressando no PCB”²⁶¹. Se eram as donas de casa e as operárias tão numerosas nas Uniões Femininas e associações de mulheres brasileiras é possível que fossem também representativas nas delegações escolhidas para representar o país no exterior. Gostaria de dedicar meu próximo trabalho de pesquisa à uma investigação ainda mais minuciosa sobre cada uma dessas mulheres, buscando traçar perfis cada vez mais completos que nos possibilitem responder questões ainda não desvendadas.

Também foi feito o mapeamento de 18 eventos frequentados pelas delegadas brasileiras entre 1945 e 1958, realizados em 12 diferentes cidades. Dessas, 16 estavam localizadas na Europa (1 em Paris e Praga simultaneamente, 1 em Berlim, 1 em Bucareste, 1 em Budapeste, 1 em Copenhague, 1 em Genebra, 1 em Lausane, 4 em Moscou, 1 em Praga, 3 em Viena e 1 em Varsóvia) e 2 na América Latina (1 na Cidade do México e 1 em Montevideu). É interessante pensar que, mesmo com os esforços para

²⁶¹ NUNES, 2021, p. 113.

se atentarem aos problemas de mulheres latinas, africanas e asiáticas, a grande maioria das reuniões organizadas pela FIDM ainda era realizada em território europeu.

Este trabalho teve como fim compreender a experiência das brasileiras comunistas entre as décadas de 1940 e 1950 como parte de uma rede transfronteiriça de mulheres que se articularam em favor dos seus direitos, da paz, das crianças e contra o fascismo. Espero ter demonstrado como estas militantes contribuíam para a construção desta rede, bem como se beneficiavam da troca com mulheres do mundo todo, produzindo sínteses que as ajudavam na luta cotidiana para uma vida mais digna para as trabalhadoras brasileiras.

Referências bibliográficas

- ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. O PCB e a Questão Feminina (1970-1979). *Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis: UFSC, 2008.
- ALVES, Iracélli da Cruz. *Feminismo entre ondas: mulheres, PCB e política no Brasil*. 2020. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- _____. Nice Figueiredo, Momento Feminino e o debate feminista no Brasil. *Revista Saeculum*, n. 40, 2019.
- _____. “Para o coração, sim. Mas também para o espírito”: Momento Feminino e o debate feminista no Brasil Republicano (1947-1956). *Revista de História*, São Paulo, n. 181, 2022.
- BOHOSLAVSKY, Ernesto. Os partidos de direita e o debate sobre as estratégias anticomunistas (Brasil e Chile, 1945-1950). *Varia Historia*, v. 30, n. 52, p. 51-66, jan/abr 2014.
- BUONICORE, Augusto. *Comunistas, Cultura e Intelectuais entre os anos de 1940 e 1950*. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/buonicore/ano/mes/40.htm>>. Acesso em: 17 mai. 2025.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Dados estatísticos: eleições federal, estadual e municipal, realizadas no Brasil a partir de 1945*. Rio de Janeiro, 1950.
- CAETANO, Vívian Marcello Ferreira. Gênero, condição feminina e relações de poder nas revistas: Brasil Feminino e Momento Feminino (1930- 1950). Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parcerias, 2018.
- CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- CARDOSO, Ana Maria Leal. Alina Paim: uma romancista esquecida nos labirintos do tempo. *Aletria*, n. 2, v. 20, mai.-ago. p. 125-132, 2010.
- CAVALHEIRO, Carlos Carvalho. *Salvadora!* Sorocaba: LINC, 2001.
- CONRAD, Sebastian. *O que é a história global?* São Paulo: Edições 70, 2025.
- CORRÊA, Larissa Rosa; VISCO, Nina Teruz. “Falam as eleitas do povo”: vereadoras e comunistas, a atuação política das mulheres do PCB (1946-1948). *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 14, p. 1–22, 2022.

DE HAAN, Francisca. Introduction: toward a global history of communist women. In: DE HAAN (ed.). *The Palgrave Handbook of Communist Women Activists around the World*. Cham: Palgrave Macmillan, 2023. p. 1-31.

_____. “The Women’s International Democratic Federation (WIDF): history, main agenda, and contributions, 1945–1991”. In: *Women and Social Movements (WASI) Online Archive*, online database, 2012. Disponível em: <https://projects.iq.harvard.edu/files/soc_fem/files/de_haan_widf_2012_wasi_essay_with_location_added.doc>. Acesso em: 4 jul. 2025.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Mulheres sem história. *Revista de História*, n. 114, p. 31-34, jan/jun. 1983.

DUARTE, Adriano Luiz. *Cultura popular e cultura política no após-guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro Mooca, 1942-1973*. 2002. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

FALCÃO, Frederico José. A Declaração de Março de 1958 na história do PCB. In: SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. (ed.). *Capítulos de história dos comunistas no Brasil* [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 215-230.

FEDERAÇÃO DE MULHERES DO BRASIL. *Atravessando as fronteiras da URSS*. Rio de Janeiro: Vitória, 1954.

FÉDÉRATION DÉMOCRATIQUE INTERNATIONALE DES FEMMES. XIVème Session du Comité Exécutif de la Fédération Démocratique Internationale des Femmes. Supplément à “Femmes du Monde Entier” n. 2. 1954.

FERREIRA, Alane. *Mulheres vermelhas: a atuação das militantes do Partido Comunista do Brasil (PCB) no jornal Momento Feminino (1947-1950)*. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana.

FERREIRA, Jorge. *Elisa Branco: uma vida em vermelho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Terceira república (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. v. 3.

- FIALHO, Branca. *Viagem à URSS*. Rio de Janeiro: Vitória, 1952.
- FITZPATRICK, Sheila. *Breve história da União Soviética*. São Paulo: Todavia, 2023.
- FLÔRES, Fernanda Lédo. *Na mira da repressão: militância política e escrita jornalística em Ana Montenegro (1947-1983)*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- FRACCARO, Glaucia. Uma história social do feminismo: diálogos de um campo político brasileiro (1917-1937). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 63, p. 17-26, jan.-abr. 2018.
- FREDDI, Wanda Escobar da Silva. Preparo da gestante para o parto. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 26, n. 3, abr-jun 1973.
- GEORGE, Jocelyne. Parto sem dor. *Encyclopédie d'histoire numérique de l'Europe*, 22 jun. 2020. Disponível em: <<https://ehne.fr/en/node/12181>>. Acesso em: 13 abr. 2025.
- GONÇALVES, Rafael Soares; PESSANHA, Manuella Thereza Cabral. Mulheres na Luta: a mobilização política das Uniões Femininas nas favelas cariocas no pós-guerra. *Revista Izquierdas*, n. 50, p. 1-16, 2021.
- GRADSKOVA, Yulia. *The Women's International Democratic Federation, the Global South, and the Cold War: Defending the Rights of Women of the 'Whole World'?* Nova Iorque: Routledge, 2021.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOCHMAN, Gilberto. Samuel Barnsley Pessoa e os determinantes sociais das endemias rurais. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 2, n. 20, p. 425-431, 2015.
- KOGAWA, João Marcos Mateus; MAGALHÃES, Anderson Salvaterra. Notas sobre uma estética do trauma no Brasil. *Bakhtiniana*, São Paulo, v. 10 n. 2, p. 54-72, mai./ago. 2015.
- KOLLONTAI, Alexandra. *A revolução socialista e as mulheres: obras escolhidas de Alexandra Kollontai*. São Paulo: Lavrapalavra, 2021.
- LÔBO, Daniela Ataíde. *Militância feminina no PCB: memória, história e historiografia*. 2017. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista.

- MACEDO, Elza Dely Veloso. *Ordem na casa e vamos à luta!* Movimento de mulheres: Rio de Janeiro 1945-1964. Lydia da Cunha – uma militante. 2001. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- MARINHO, Carla Figueiredo; MOTTA-MAUES, Maria Angelica. Eneida de Moraes em “Momento Feminino”: um jornal a serviço do seu lar. *Gênero na Amazônia*, Belém, n. 13, jan./jun. 2018.
- MATOS, Maria Izilda Santos de Matos. Maria Prestes Maia, “A Primeira Operária” de São Paulo. *Cordis*, São Paulo, n. 12, p. 107-139, jan./jun. 2014.
- MATTOS, Marcelo Badaró. Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964). *Revista Brasileira de História*, v. 24, n. 47, p. 241-70, 2004.
- MHAJNE, Anwar; WHETSTONE, Crystal. Troubling conceptions of motherhood: State feminism and political agency of women in the Global South. In: HALL, Lucy B.; WEISSMAN, Anna L.; SHEPHERD, Laura J. (ed.). *Troubling Motherhood: Maternity in Global Politics*. New York: Oxford University Press, 2020. p. 156-176.
- MIRANDA, Maria Augusta Tibiriçá. *Alice Tibiriçá: lutas e ideais*. Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 2005.
- MORENTE, Marcela Cristina de Oliveira. *Invadindo o mundo público: movimento de mulheres (1945-1964)*. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2017.
- MORESCHI, Bruno. O disforme. Piauí [online], ed. 40, jan. 2010. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-disforme/>>. Acesso em: 11 jun. 2025.
- MOURA, Gerson. *O alinhamento sem recompensa: a política externa do Governo Dutra*. São Paulo: Edusp, 2021.
- NETO, Murilo Leal Pereira. Eleitoras: participação política e comportamento eleitoral feminino nos anos 1950 em São Paulo. *Mundos do Trabalho*, v. 13, p. 1-24, 2021.
- NUNES, Guilherme Machado. *Mulheres Comunistas no Brasil: Elisa Kauffmann Abramovich, Julieta Battistioli e Júlia Santiago da Conceição (1935-1965)*. 2021. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- _____. Trabalho, militância e repressão no Recife: Júlia Santiago entre o DOPS e a fábrica (1933-1956). *Mundos do Trabalho*, v. 14, p. 1-19, 2022.

PAZ, Mariza Campos da. *Nieta dos Campos da Paz*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

PEREIRA, Andréa Ledig de Carvalho. Pelas mãos de Alice: a trajetória de uma filantropia comunista na primeira metade do século XX. *Revista Dia-logos*, v. 10, n. 1, p.10-19, jan.-jun. 2016.

PINSKY, Carla Bassanezi. *Mulheres dos Anos Dourados*. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. Mulheres dos Anos Dourados. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, p. 607-639.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *A democracia intolerante: Dutra, Adhemar e a repressão ao Partido Comunista (1946-1950)*. São Paulo: Arquivo do Estado Imprensa Oficial do Estado, 2002.

PRESTES, Luiz Carlos. Nossa Política: Prestes Aponta aos Brasileiros o Caminho da Liberdade. *Problemas*, n. 29, ago.-set. 1950. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/prestes/1950/08/01.htm>>. Acesso em: 18 abr. 2025.

REGIS, Caren Victorino. Jornal Momento Feminino: o que as mulheres falavam sobre educação? p. 79-87. In: DIAZ, José María Hernández. *Prensa pedagógica, mujeres, niños, sectores populares y otros fines educativos*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2018.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Jayme Fernandes. Correndo da polícia: repressão policial às campanhas pacifistas do "Movimento pela Paz" no Brasil (1950-1956). *Revista História Hoje*, v. 4, p. 32-51, 2007.

_____. Os “combatentes da paz”: a participação dos comunistas brasileiros na Campanha Pela Proibição das Armas Atômicas (1950). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, p. 261-283, jul./dez. de 2008.

_____. *Combatentes da Paz: os comunistas brasileiros e a campanha pacifistas dos anos 1950*. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro, 2011.

RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

SANTA FÉ, Izabel. A revista “O Momento Feminino”, pioneira na celebração do Dia Internacional da Mulher no Brasil. *Revista Internacional d’Humanitats*, n. 57/58, jan./ago. 2023.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (Ed.). *Dicionário de mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

SILVA, Danielle Jardim da. *Avanços e limites da contribuição soviética para a libertação das mulheres: apontamentos a partir do pensamento de Alexandra Kollontai*. 2018. Dissertação (Mestrado) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

SILVA, Tauana Olívia Gomes; FERREIRA, Gleidiane de Sousa. E as mulheres negras? Narrativas históricas de um feminismo à margem das ondas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 3, set.-dez. 2017. p. 1017-1033.

SOARES, Paula Elise Ferreira. *A questão feminina no PCB (1925-1956): as mulheres na cultura política comunista*. 2021. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais.

_____. O PCB e a criação das Uniões Femininas na cidade do Rio de Janeiro: as comunistas na luta pelo direito das mulheres trabalhadoras à cidade (1945-1948). *Mundos do Trabalho*, v. 14, p. 1-25, 2022.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

SOUZA-LÔBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Fundação Abramo, Editora Expressão Popular, 2021.

TAVARES, Ana Clara. *A paz das operárias: gênero, trabalho e o Partido Comunista em São Paulo (1948-1953)*. 2023. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

TILLY, Louise A. Gênero, História das Mulheres e História Social. *Cadernos Pagu*, v. 3, p. 29-62, 1994.

TÔRRES, Raquel Mundim. *Transpondo a Cortina de Ferro: relatos de viagem de brasileiros à União Soviética na Guerra Fria (1951-1963)*. 2019. Tese (Doutorado em

História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

UNITED NATIONS. *Treaty Series*, v. 21, n. 324, p. 78, 1948. Disponível: <<https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/Volume%21/volume-21-I-324-Other.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2025.

UPRICHARD, Emma. Children as ‘Being and Becomings’: Children, Childhood and Temporality. *Children & Society*, v. 22, p. 303-313, 2008.

VALOBRA, Adriana; YUSTA, Mercedes (ed.). *Queridas camaradas: historias iberoamericanas de mujeres comunistas*. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2017.

ZENI-LEÃO, Viviane Maria. *Mulheres e o imaginário comunista: uma nova história; uma história nova (1945-1956)*. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade do Paraná, Curitiba.

Lista de acervos e documentos consultados

Arquivo Nacional

- BR RJANRIO Q0.ADM, EVE.ASO, FOT.30

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

- Fundo DPS, Caixa 708, Pasta Comunismo, 108
- Fundo DPS, Caixa 709, Pasta Inquérito, Inquérito 14, folha 4
- Fundo DPS, Caixa 739, Pasta Diversos, notação 35
- Fundo DPS, Caixa 780, Pasta Comunismo, notação 38A, Dossiê 3
- Fundo DPS, Caixa 780, Pasta Comunismo, notação 39
- Fundo DPS, Ficha de Referência (ou Ficha Verde) 682
- Fundo DPS, Ficha de Referência (ou Ficha Verde) 817
- Fundo DPS, Ficha de Referência (ou Ficha Verde) 1412

Arquivo Público do Estado de São Paulo

- Panfleto “Ao coração das mães brasileiras”. Prontuário 108.021, v. 4, Federação das Mulheres do Estado de São Paulo.

Atria - Institute on Gender Equality and Women's History, Amsterdã

- D109/33, World Congress of Mothers, Lausanne, 7th to 10th July 1955.
- D109/33, World Congress of Mothers, Documents, Lausanne, 7th to 10th July 1955.
- WOMEN’S INTERNATIONAL DEMOCRATIC FEDERATION, IVth Congress of the Women’s International Democratic Federation: Documents, Vienna, 1-5 June 1958. Berlin, 1958.

Biblioteca Nacional / Hemeroteca Digital

- Série periódico *A Batalha* (RJ)
- Série periódico *A Manhã* (RJ)
- Série periódico *A Nação* (RJ)
- Série periódico *A Noite* (RJ)
- Série periódico *A Tribuna* (SP)

- Série periódico *Correio da Manhã* (RJ)
- Série periódico *Correio da Tarde* (SP)
- Série periódico *Correio Paulistano* (SP)
- Série periódico *Gazeta de Notícias* (RJ)
- Série periódico *Jornal do Brasil* (RJ)
- Série periódico *Diário Carioca* (RJ)
- Série periódico *Diário de Notícias* (RJ)
- Série periódico *Imprensa Popular* (RJ)
- Série periódico *O Cruzeiro* (RJ)
- Série periódico *O Imparcial* (RJ)
- Série periódico *O Momento Feminino* (RJ)
- Série periódico *Tribuna da Imprensa* (RJ)
- Série periódico *Tribuna Popular* (RJ)
- Série periódico *Voz Operária* (RJ)

Central Intelligence Agency (CIA)

- CIA-RDP78-00915R000600140010-9. Disponível em: <<https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP78-00915R000600140010-9.pdf>>.

International Institute of Social History, Amsterdã

- Bro 1735/16 fol, 10th Anniversary of the Women's International Democratic Federation, Women's International Democratic Federation, Berlin.

London School of Economics (LSE), The Women's Library, Londres

- Special Collections pamphlets, 060 SES, Session of Council of the Women's International Democratic Federation, Moscow, November 17-22, 1949, Women's International Democratic Federation, Berlin, 1949.
- Special Collections pamphlets, 323.352 CHI, The child needs peace as the flower needs sunlight, Women's International Democratic Federation, Berlin, 1952.
- Special Collections pamphlets, 327.142 WOM, The rights of women; defence of children; peace, Women's International Democratic Federation, Berlin, 1952.

- Special Collections pamphlets, 327.1720601 WOM, Message and resolutions adopted by Executive Committee WIDF, Bucharest July 1952, Women's International Democratic Federation, Berlin, 1952.
- Special Collections periodicals, n. 45, Paris, June 1950, Women's International Democratic Federation.

The National Archives, Londres

- FO 1110/66

Apêndice

Congressos e reuniões internacionais com participação de delegadas brasileiras abordados neste trabalho (1945-1956)

Data	Local	Congresso
01-06 dez. 1948	Budapeste, Hungria	II Congresso Internacional de Mulheres
abr. 1949	Paris, França e Praga, Checoslováquia	I Congresso Mundial da Paz
05-10 set. 1949	Cidade do México, México	Congresso Continental Americano pela Paz
17-22 nov. 1949	Moscou, URSS	Reunião do Conselho da FDIM
16-22 nov. 1950	Varsóvia, URSS	II Congresso Mundial da Paz
01-04 fev. 1951	Berlim, Alemanha	Reunião do Conselho da FDIM
11-16 mar. 1952	Montevidéu, Uruguai	Conferência Continental Americana pela Paz
12-16 abr. 1952	Viena, Áustria	Conferência em Defesa da Infância
18 jul. 1952	Bucareste, Romênia	Reunião do Comitê Executivo da FDIM
05 dez. 1952	Viena, Áustria	Congresso dos Povos pela Paz
20 dez. 1952	Viena, Áustria	Reunião do Conselho da FDIM
05-10 jun. 1953	Copenhague, Dinamarca	III Congresso Internacional de Mulheres
27-31 ago. 1954	Rio de Janeiro, Brasil	I Conferência Latino Americana de Mulheres
07-10 jul. 1955	Lausanne, Suíça	Congresso Mundial de Mães
nov. 1955	Moscou, URSS	Reunião do Conselho da FDIM
01-05 jun. 1958	Viena, Áustria	IV Congresso Internacional de Mulheres